

O INTERVENCIONISMO BRASILEIRO:

RAÍZES HISTÓRICAS E PERSPECTIVAS

(ou o Estatismo é um determinismo?)

Prof. R. A. AMARAL VIEIRA
da Universidade Gama Filho

SUMÁRIO: Introdução. 1. Tendência ao centralismo e ao intervencionismo de par com o liberalismo econômico; 1.1 Uma crítica: o federalismo; 2. Uma aparente contradição: o livre-cambismo num Estado intervencionista; 2.1 A experiência brasileira; 3. As raízes de nosso intervencionismo; 3.1 Intervenção incipiente; 3.2 O início: a substituição das importações; 3.3 Esforços de guerra; 3.4 O segundo governo Vargas; 3.5 A consolidação do sonho industrial; 4. O intervencionismo brasileiro; 5. Intervenção do Estado mediante o planejamento governamental; os diversos planos; 6. O Estado que se sucede a 1964; 7. O futuro imediato do Estado brasileiro; 8. A tendência do intervencionismo no mundo; Bibliografia.

INTRODUÇÃO

Em economia como em política, não há milagres, e os modelos são escassos. Partindo dessa verdade curial — embora pouco lembrada — este ensaio haveria de ser, e o é, incômodo: analisa a realidade brasileira, pelo menos é este seu escopo, de um ponto de vista crítico, metodologicamente descompromissado, frio na medida em que economia e política podem ser tratadas friamente.

Lembrando Russell — um crítico cáustico e lúcido das chamadas verdades graníticas de nossa civilização — este ensaio, ao pôr em dúvida o otimismo exacerbado de parte de nossa população intelectualizada, ao discutir metas previamente atingidas, questionar estatísticas futuras já assentes, não pode desejar ser, para essas camadas, ensaios populares. “E, se não são populares, devem ser, então, “impopulares”.

Sabe o autor que não há questões econômicas puras; elas transbordam para o político. O economista em função de governo é, freqüentemente, um político, por mais que almeje, mesmo sinceramente, a posse do tecnocrata e sua falsa, embora decantada, impassividade, friidez e ausência diante das variáveis sociais que perturbam as reflexões nossas, pobres mortais. Sabe o autor que o político guarda indestrutíveis relações com o econômico, que o condiciona. Por isso, este ensaio não é quer político quer econômico, para ser, a um tempo, econômico-político. A análise da formação de nosso Estado é muitas vezes uma análise econômica, enquanto a análise de nossa formação econômica é fundamentalmente uma análise política de nossa história recente.

A economia e a política, assim, não estão reduzidas ao estabelecimento de percentagens em colunas estatísticas. Sem desprezá-las — não obstante caiba discussão sobre a qualidade das informações estatísticas disponíveis — procurou-se o fundo da questão, muitas vezes escamoteado, mas ainda a única fonte segura para a interpretação do presente e a sempre perigosa antecipação do futuro, mesmo próximo.

A realidade brasileira tanto econômica quanto política não está desligada do mundo onde tem raízes. Seu comportamento, e daí a tentativa de interpretação, está intrinsecamente ligado, senão dependente, da realidade da América Latina, da realidade hegemônica dos Estados Unidos e, mais remotamente, do destino da civilização ocidental e do regime político-econômico que a caracteriza: o liberal-capitalismo. Dentro desse contexto há liberdade de ação, evidentemente, mas essa padece de restrições inquestionáveis. Não se deve concluir daí que não existe, para nós, a possibilidade de construção de uma história própria. Claro que essa possibilidade não só existe como está ao nosso alcance. O que se afirma, ao contrário, é que, no quadro atual, a interdependência tanto econômica quanto política é uma evidência que os subdesenvolvidos, entre os quais nos inserimos, não têm o direito de ignorar.

Se há o reconhecimento dessa interdependência, deve haver, igualmente, a firme decisão de buscar opções válidas, compatíveis com a nossa formação de nação e Estado. Rompe-se, desta forma, com o raciocínio linear próprio dos economistas — principalmente dos que desconhecem os estudos históricos — ao mesmo tempo em que se procura alternativas para as dicotomias que caracterizam nossa vida presente: anarquia *versus* ditadura, liberalismo *versus* estatismo, estatismo *versus* privatismo etc. Entendemos que o futuro deste País não será, necessariamente, uma expressão linear seja de seu presente, seja de seu passado recente.

A crise do Ocidente — na qual os reflexos do boicote do petróleo constituem simples aspecto — materializam o que há muito os analistas lúcidos anteciparam contra a incredulidade dos simplórios: o fim da era da abundância e do desperdício. Iniciamos a civilização da escassez e com ela tem início o declínio econômico e político do gigante do norte. Os que estão ao sul precisam, mais do que nunca, de *engenho e arte*, e muita lucidez para corresponderem às tarefas urgentes do novo presente.

Estará sendo montado, em nível internacional, um novo baile da Iha Fiscal?

O que será o Brasil a partir daí é obra de futurologia, ainda que, projetando o presente, possamos ter uma idéia do que nos aguarda, e, portanto, daquilo que já nos incumbe fazer. Mas a tarefa presente do ensaísta é mais simples: apresentar nossa epopéia recente, pôr em leque a formação do nosso Estado e dos principais problemas que afligem seu presente para ensejar, ao cientista político, a busca de **nosso caminho**, compatível com **nosso** experiência. Em outras palavras, insistimos no ponto de vista de que nossos cientistas sociais, mormente os economistas, e nossos homens de Estado precisam dedicar-se ao estudo da história nacional. É preciso lançarem-se todos aos nada sedutores — estão fora de moda — textos vernaculares de nossa historiografia, fonte única para a construção de um modelo, desde que os milagres são obra de feiticeiras e não de cientistas. Sirva de lição a experiência recentíssima com o “encantamento” de nossa elite diante do **milagre japonês**. A fabulosa nação post-industrial não resistiu, sequer, à simples ameaça de racionamento de combustível. Nação sem controle sobre as fontes de energia, nação sem autonomia sobre seu processo industrial não pode ter a pretensão de apresentar-se como potência. (*) Em suas pegadas seguem a Inglaterra, a Alemanha Federal, a França e o resto da Europa. O fim do Velho Continente como potência já é iminente e pouco lhe restará fora da confederação de Estados, única forma com que fazer face às duas superpotências. A esse cenário, ao clube cada vez mais restrito dos “grandes”, poderão chegar mais algumas poucas nações, a China sem dúvida, e o Brasil, na dependência do que fizerem hoje seus dirigentes.

As páginas seguintes tentam levantar o pano à cena, contribuindo com a análise da formação do Estado brasileiro.

1. Tendência ao centralismo e ao intervencionismo de par com o liberalismo econômico

Constrastando com a formação histórica da maioria dos Estados americanos, a tendência presente de nossa vida política confirma as origens de nossa organização, fundada no binômio centralismo-intervencionismo, quase sempre associado a um governo forte, se bem que legal. O autoritarismo governamental em nosso País jamais esteve ligado à origem do poder: monárquico ou republicano, representativo ou coroando sucessos militares ou insurreições populares, o exercício do governo conheceu as mais diversas formas, desde a mais liberal até às manifestações de exacerbado autoritarismo.

Se o autoritarismo não chega a constituir-se tônica característica de nossa prática administrativa, o centralismo político-administrativo e a cres-

(*) Russell, Bertrand. *Ensaio impopulares*. Companhia Editora Nacional. Trad. de Brenno Silveira. São Paulo, 1956, p. 5

Por exemplo: com sua economia voltada para a exportação, tornou-se virtualmente escrava das exportações, e assim, à mercê da política americana de importações; a crise americana de que resultou a imposição da sobretaxa de 10% sobre as importações representou para o Japão uma redução, em suas exportações (e por consequência em sua produção interna) em nada menos de 30%. O mesmo, noutras proporções, se deu com a Alemanha Federal.

cente hipertrofia do poder estatal representam, todavia, sua marca mais indelével.

Desde a formação colonial — com o hiato mal sucedido da experiência com as capitanias hereditárias — nossa prática foi sempre voltada para a organização unitária e o governo central. Assim foi com os governos gerais, com o Vice-Reinado, com o Primeiro Império e as Regências, com o Segundo Império e a República. O painel de toda essa evolução mostra a construção unitária da sociedade brasileira liderada pela sede do governo central, que sempre reuniu em torno de si o poder decisório, político, econômico e administrativo. Por todas essas razões, o Federalismo entre nós foi uma importação mecanicista sem raízes em nossa formação histórica, pelo que jamais vingou. Vigeu até aqui artificialmente, imposto pelos textos legais, sem refletir em nenhum momento qualquer compromisso com a realidade. Invertendo, por exemplo, a formação federalista americana, na qual se inspirou, a adesão ao Federalismo se fez com a divisão política de um Estado unitário desde a origem. O artificialismo da fórmula sem compatibilidade com nossa vocação política criou o mostrengo da República Federalista, formada por províncias que jamais se sentiram autônomas e jamais desejaram essa independência.

O próprio unitarismo de nossa cultura, reunindo a nação em torno dos mesmos princípios, dos mesmos valores e da mesma liderança, funcionou como anteparo às aspirações federalistas. O desequilíbrio econômico-financeiro do País depositou nas mãos do Governo central o poder do arbítrio nacional, com o controle prático das economias regionais, em face da penúria dos orçamentos estaduais. Maior patrão, maior cliente, maior fornecedor, maior comprador, era o Governo central também o fiador político, seja escolhendo os mandatários, seja exercendo o poder de depuração depois de inaugurado o processo representativo.

Já na República, a Revolução de 30 reagiu à famosa política dos governadores, representando em segundo turno o fortalecimento do Governo central contra a federação combalida, e a reinstalação do Governo forte e autoritário que se estenderia até 1946. O hiato representado pelo período da redemocratização que vai de 46 a 63 parece assim um episódio em nossa história.

1.1 Uma crítica: o Federalismo

Uma revisão histórica mostra, à saciedade, a construção unitária do Estado brasileiro, à qual já nos referimos, de par com a tendência ao governo central e forte. A tradição do Império, como vimos, é unitarista, embora se fizesse, ao lado da campanha republicana, a propugnação por um Estado federal. Se alguns monarquistas defendiam a adoção do federalismo nas bases da experiência americana que os inspirava — caso que foi das pregações de Nabuco e Rui Barbosa, entre outros — é fora de dúvida que a Federação aparecia no cenário da peleja política como uma forma a mais de combalir o poder imperial. A Federação, esperavam seus adeptos, fortaleceria as províncias em detrimento do governo central e, conseqüentemente, subtrairia das mãos do Imperador soma considerável de poder.

A adoção federalista (Decreto nº 1), jamais representou quer uma aspiração nacional, quer o coroamento natural de sua formação política. Era mesmo um instituto alheio às preocupações doutrinárias da classe política, que desconhecia os fundamentos do federalismo. Vingava como um transplante em país de tradição unitária; mesmo a experiência do legislativo provincial jamais representou uma dose considerável de descentralização política, até porque o modelo que inspiraria a redação do Decreto nº 1, a experiência americana, partira de uma evolução histórica que percorrera às avessas a construção do Estado brasileiro, pretensamente descentralizado pela Federação. Já o Estado americano encontrara na Federação a forma de associação de estados tradicionalmente autônomos.

Até sua implantação, a Federação fora tratada entre nós com superficialidade, por monarquistas e republicanos. Os primeiros vendo em sua adoção uma solução para a crise política brasileira dentro da Monarquia; os republicanos simplesmente enxergando nessa nova forma de governo mais um entrave ao centralismo representado pelo Império que procuravam apagar. De qualquer sorte, afigura-se-nos uma postura de incrível ingenuidade política a veleidade federativa sobre as bases de um sistema de índole centralizadora, como a Monarquia.

A Federação que não logrou salvar o Império terminou por infiltrar-se na República, carente de amadurecimento, manipulada por técnicos pouco versados em seu mecanismo. “Quando se deu o ato republicano de instituição do sistema federativo, as províncias foram declaradas “soberanas” por decretos tecnicamente errôneos dos federalistas da Proclamação da República, menos versados talvez em teoria federativa que os da Constituição de 1890-1891 e, portanto, sem nenhuma lição teórica daqueles fatos desenrolados na guerra civil dos Estados Unidos, país que, por um paradoxo, lhes serviu de modelo ao projeto federativo e onde os adeptos da causa vitoriosa foram às armas justamente para provar que não há nem é possível haver Federação de estados soberanos e, portanto, aptos à secessão”.⁽¹⁾ O enxerto de que resultou a implantação federativa pela República se fez ao arrepio da tradição brasileira e encimada de vícios que comprometem, até aqui, sua pureza doutrinária. De saída, aos estados criados pela federação republicana falecia a capacidade autodeterminativa, a face mais importante da doutrina federalista.

A Federação, por fim, esbarrava num obstáculo até aqui inafastável, o vício do Executivo forte, a tradição que uniu ao Estado unitário o governo central e forte, autoritário mesmo. Com a Federação, excluídas algumas exceções episódicas, esse vício tem-se agravado de tal sorte que o **Executivo forte** parece hoje constituir-se uma característica histórica inalterável. Presentemente, essa tendência se observa na formação do poder em todo o mundo, agravada na América Latina graças à contribuição dos problemas econômicos e políticos fermentados pelo subdesenvolvimento. De fato, Executivo forte é a característica de governo dos Estados Unidos, da União Soviética, da China, da França etc. Executivo forte é a marca do governo do Brasil, do Paraguai, da Bolívia, do Peru e, agora, do Chile. Nesses países (a relação pode ser muito mais extensa, incluindo Espanha, Portugal, Grécia, Cuba e todos os países socialistas, e quase todos os países subdesenvol-

vidos), a par do Executivo forte, pode-se assinalar a tendência para a formação de governos claramente militares (Peru, Chile, Grécia, Brasil) ou custodiados por militares (União Soviética, Estados Unidos e França, entre os grandes, Uruguai, Argentina, Portugal, Egito, entre os pequenos).

No caso brasileiro, o Executivo forte, que, além de absorver as prerrogativas do Legislativo, em inumeráveis vezes limitou a ação do Judiciário, não é um mero acidente das duas últimas décadas, mas uma inclinação que nos acompanha desde os primeiros passos do Império. "Tivemos, assim, Executivo forte para fazer a Independência, forte também para consolidá-la, não menos forte para golpear a Constituinte, em 1823, e de vocação sempre forte, quando objeto de contestação no decurso das crises que traumatizaram a comunhão política do País. Aí sua fraqueza ocasional foi sempre pretexto para levantá-lo depois copioso de forças e carregado de onímodas prerrogativas, conforme tem acontecido até aos nossos dias. Assim na Abdicação, na Maioridade, na República, na Revolução Liberal, no Estado Novo, na Redemocratização, no suicídio de Vargas, na renúncia de Jânio Quadros, na deposição de Goulart, servindo todos esses momentos históricos de marcos com que assinalar uma inclinação pendular do País para o advento do Executivo forte. Aqueles episódios ou antecederam ou sucederam a estados passageiros de fraqueza e abatimento e desorganização política, logo ultrapassados pelo estabelecimento da autoridade, dotada de instrumentos fortes de ação executiva." (2) Cabe incluir entre os exemplos de "fraqueza ocasional", pretextando o ressurgimento fortalecido do Estado, a crise que dominou a última fase do governo Costa e Silva, de que resultou a imposição do Ato Institucional nº 5.

O federalismo da primeira República praticamente desconheceu ingredientes financeiros e econômicos e, mesmo institucionalizado, jamais se apartou do combate pela domesticidade do Poder Executivo. Foi sempre um federalismo de índole exclusivamente política, no qual mesmo a guerra interna das tarifas "foi antes uma controvérsia jurídica à face de uma correta aplicação do texto constitucional do que propriamente um conflito econômico de vasta potencialidade política, como o que de último estala no federalismo contemporâneo, com o País se repartindo economicamente em regiões." (3)

Presentemente, entre os múltiplos fatores antifederalistas criados pelo governo central está a política tributária que asfixia ainda mais as economias regionais em proveito quer da União, quer dos Estados mais fortes, como é o caso do imposto de circulação de mercadorias, instrumento a mais no esvaziamento dos Estados consumidores, vale dizer praticamente a Nação, em proveito dos Estados produtores (Rio e São Paulo). Mas o Estado brasileiro não é apenas esse. É também um Estado no qual o desnível das economias regionais aniquila toda e qualquer possibilidade de autonomia econômica da maioria absoluta dos Estados, cujos recursos, por outro lado, continuam sendo esgotados pela sangria financeira proporcionada tanto pela tributação quanto pelo controle do sistema bancário e creditício que, com suas bases em apenas dois ou três Estados da Federação, transforma-se no desaguadouro de todas as reservas do País. Esse desnível, que tende a agravar-se no plano estadual e no plano regional, desmente a possibilidade

de uma Federação e, ainda, fortalece e justifica a intervenção da União na economia e política regionais. (4) Nenhuma economia regional, exceção feita a São Paulo, pode, hoje, subsistir à **outrance** do poder central. Para completar, por razões políticas e econômicas, o Estado brasileiro é crescentemente intervencionista e planejador, um estado centralizador que, se não tiver detida sua marcha, descambará inevitavelmente para um “Estado unitário monolítico, desenvolvimentista, tecnocrático, autoritário, superintendente dos objetivos econômicos permanentes, que nada deixaria ocioso ou autônomo às esferas intermediárias”. (5)

Nesse panorama, não há como falar em Federação. Até por que mesmo os fundamentos ideológicos da Federação, o liberalismo à frente, esboroam-se diante da realidade do Estado moderno, não só centralizador e intervencionista, mas também antiliberal. “De último, o conceito de federalismo, se o traduzirmos na linguagem clássica da sociedade liberal, tende a desvanecer-se. Os fatos fizeram ontem a teoria federativa (sociedade do “laissez-faire”), os fatos estão hoje a desmanchar essa teoria (sociedade do intervencionismo estatal). Breve, ou a palavra federação estará riscada do vocabulário político ou nos chamados países federalistas uma Constituição ousada já não terá necessidade de empregá-la, a menos que saiba utilizar aquele termo com respeito a uma estrutura organizada de Estado que nada tenha a ver com a doutrina dos compêndios nos quais leram outras gerações, atormentadas de problemas diferentes e movidas de distintas preocupações políticas”. (6)

1.2 Uma aparente contradição: o livre-cambismo num Estado intervencionista

Uma das formas de exercício do poder central foi a intervenção da União no domínio econômico, suprimindo nossa economia, promovendo a atividade econômica em vários setores para os quais não se mostravam suficientes os recursos particulares ou habilitado o empresariado. É fora de dúvida, todavia, que essa intervenção nem sempre se fez com vista à defesa do interesse nacional, pois inúmeras decisões de âmbito governamental, ao longo de nossa história, mais especialmente até 1950, podem ser indicadas como responsáveis pelo retardamento de nosso surto industrial. Sem pôr de lado os óbices externos ao nosso desenvolvimento, e os empecilhos da economia internacional que atingiram até a condução de nossa política interna, o que é exaustivamente estudado em outro capítulo, forçoso é reconhecer que o Estado federal assumiu, mormente a partir da Revolução de 30, uma posição de maior importância no conjunto de nossa economia. Mas é preciso ressaltar que esse intervencionismo, se em alguns casos ameaçou extrapolar os limites estreitos do liberalismo econômico, exerceu-se numa função supletiva.

A ação da economia privada, ressalvados alguns poucos casos ligados mais a questões políticas como a segurança nacional, nem sempre teve seu desenvolvimento obstaculizado pela ação estatal. Na verdade a intervenção do Estado caracterizou-se mais por seu supletivismo, criando condições para a ação privada ou substituindo-a quando não se mostrava capaz de arcar com os investimentos. Em grande número de casos o Estado, cessado o in-

pério de sua intervenção, retirou-se da ação direta, entregando aquele setor para a economia privada, sempre que esta se mostrou em condições de substituí-lo. Exemplos dessa ordem são oferecidos, entre outros, pelas indústrias siderúrgica e automobilística. Se o Estado exerceu o seu dever de pioneirismo com a Companhia Siderúrgica Nacional e a Fábrica Nacional de Motores, não protegeu esses investimentos com o monopólio; ao contrário, criou todas as condições para a implantação posterior da iniciativa privada. Dessa forma a ação do Estado, a partir do Plano de Metas (1956-1960), tem sido, até aqui, uma intervenção não apenas pioneira e decisiva para o nosso desenvolvimento, mas, principalmente, uma ação modernizante que, em muitos casos, antecipando-se à ação privada, a tem liderado.

Cabem aqui algumas observações sobre o caráter do intervencionismo brasileiro. Essa intervenção nada tem de socializante desde que se parta do pressuposto, que é o nosso, de que o Estado liberal fundado na ausência de intervenção no domínio econômico é hoje uma ficção. Entendemos, a um tempo, que milita a razão com Alexandre Parodi quando afirma que "todo regime estatal implica um mínimo de intervenção nas atividades econômicas dos indivíduos", (7) enquanto se nos afigura relíquia histórica a formulação originária de Adam Smith, para quem (1776) a **liberdade natural** impunha tão-somente três deveres ao Estado: "primeiro, o dever de proteger a sociedade da violência e da invasão por outras sociedades independentes; segundo, o dever de proteger, na medida do possível, cada membro da sociedade da injustiça e da opressão de qualquer outro membro, ou o dever de estabelecer uma adequada administração da justiça; em terceiro lugar, o dever de erigir e manter certas obras públicas e certas instituições públicas que nunca será do interesse de qualquer indivíduo ou de um pequeno número de indivíduos erigir e manter; porque o lucro jamais reembolsaria as despesas para qualquer indivíduo ou número de indivíduos, embora possa frequentemente proporcionar mais do que o reembolso a uma sociedade maior." (8)

Esse Estado liberal já está sepultado, com todos os frutos do individualismo filosófico e político do século XVIII e da Revolução Francesa. O que se vem construindo em substituição, desde o século passado, é um Estado frequentemente intervencionista, cuja ação na sociedade se abre como um leque, ao ponto de Von Mises chegar a afirmar que "o acontecimento mais importante na história dos últimos cem anos foi a substituição do liberalismo pelo estatismo". Não precisamos decretar a falência do liberalismo substituído pelo estatismo, desde que o próprio regime capitalista descobriu forças e energias para adaptar-se a esse Estado social e intervencionista que se constrói com mais força a partir da I Guerra Mundial. A formulação keynesiana de combate às grandes depressões representa, a propósito, a racionalização e os fundamentos da doutrina de que um Estado organizado — eventualmente um grupo de Estados — pode estabilizar, estimular e dirigir o rumo de sua economia sem apelar para a ditadura econômica e sem substituir um sistema baseado na propriedade por um sistema de poder ostensivo. O aparecimento da **Teoria geral do emprego, juro e dinheiro**, de Keynes (1936), ofereceu o fundamento doutrinário, de origem liberal-clássica, da moderna filosofia de intervenção estatal no domínio econômico visando suprir as forças econômicas que, ao contrário do que supunham os escritores

clássicos, não possuíam a autocapacidade de restabelecer o equilíbrio econômico, numa posição de ocupação plena.

O Estado social emergente não é, assim, um Estado socializante, nem representa uma solução fora do capitalismo, embora o estatismo a que está obrigado para promover o desenvolvimento do país possa, amanhã, ser um instrumento viabilizador de qualquer solução socialista.

Na opinião de Paulo Bonavides, o Estado social representa uma transformação superestrutural por que passou o antigo Estado liberal. Diz ele:

“Seus matizes são riquíssimos e diversos. Mas algo, no Ocidente, o distingue, desde as bases, do Estado proletário, que o socialismo marxista intenta implantar: é que ele conserva sua adesão à ordem capitalista, princípio cardeal a que não renuncia.”

Daí compadecer-se o Estado social no capitalismo com os mais variados sistemas de organização política, cujo programa não importe em modificações fundamentais de certos postulados econômicos e sociais.

A Alemanha nazista, a Itália fascista, a Espanha franquista, o Portugal salazarista foram “Estados sociais”. Da mesma forma, Estado social é a Inglaterra de Churchill e Atlee; e os Estados Unidos, em parte, desde Roosevelt, a França, com a Quarta República, principalmente; o Brasil, desde a Revolução de 30.

Ora, evidencia tudo isso que o Estado social se compadece com regimes políticos antagônicos, como sejam a democracia, o fascismo e o nacional-socialismo. E até mesmo, sob certo aspecto, fora da ordem capitalista, com o bolchevismo!

Todo Estado, em sua essência e substantividade, é poder, como diz o publicista alemão Forsthoff. Não se pode encobrir esse fato, nem se deve ignorá-lo. As formas como esse poder se manifesta ou a maneira como ele se distribui, estas, sim, diferem, conforme se trate do poder de um, de vários ou de todos. No Ocidente, esse poder político repousa numa estrutura econômica capitalista. No Oriente socialista, a base se modificou e é essa modificação que justifica o corte dicotômico entre o sistema político ocidental, que mantém a sobrevivência da burguesia, com o seu poder e a sua influência de classe já atenuados.

Ora, na atenuação dessa influência ou no domínio que a burguesia outrora exerceu incontrastavelmente é que se distingue também o Estado liberal do Estado social.

Quando o domínio daquele era completo, quando ele tinha em si virtualmente intacto o poder político, viveu a idade saudosa do liberalismo.

A medida, porém, que o Estado tende a desprender-se do controle burguês de classe, e este se enfraquece, passa a ser ele, consoante as aspirações de Lorenz von Stein, o Estado de todas as classes, o Estado fator de conciliação, o Estado mitigador de conflitos sociais e pacificador necessário entre o trabalho e o capital.

Nesse momento, em que se busca superar a contradição entre a igualdade política e a desigualdade social, ocorre, sob distintos regimes políticos, importante transformação se bem que ainda de caráter superestrutural. Nasce aí a noção contemporânea do Estado social.

“Quando o Estado, coagido pela pressão das massas, pelas reivindicações que a impaciência do quarto estado faz ao poder político, confere, no Estado constitucional ou fora deste, os direitos do trabalho, da previdência, da educação, intervém na economia como distribuidor, dita o salário, manipula a moeda, regula os preços, combate o desemprego, protege os enfermos, dá ao trabalhador e ao burocrata a casa própria, controla as profissões, compra a produção, financia as exportações, concede o crédito, institui comissões de abastecimento, provê necessidades individuais, enfrenta crises econômicas, coloca na sociedade todas as classes na mais estreita dependência de seu poderio econômico, político e social, em suma, estende sua influência a quase todos os domínios que dantes pertenciam, em grande parte, à área da iniciativa individual, nesse instante o Estado pode com justiça receber a denominação de Estado social.” (9)

A distinção entre o Estado liberal e o social é fundamentalmente econômica e se mede pelo intervencionismo. Sem qualquer comprometimento político ou ideológico, Estado social é aquele em que predominam os interesses sociais sobre os individuais, no qual o desenvolvimento econômico é o primeiro compromisso do Estado. Não é sem razão que essa é a característica contemporânea das nações subdesenvolvidas, nas quais o Estado exerce a função de catalizador do desenvolvimento.

Nos países subdesenvolvidos a ação do Estado se fez, cedo, mãos dadas o intervencionismo ao planejamento econômico, que o capitalismo keynesiano iria recolher do socialismo e que hoje é um lugar comum mesmo nas sociedades de economia de mercado, como a nossa. Gunnar Myrdal, a propósito, tem expressado que o termo economia planejada contém uma crassa tautologia, pois a palavra economia por si só implica a disposição de meios disponíveis para alcançar um fim ou objetivo. E lembra que a intervenção estatal nos países ocidentais não foi o resultado de uma decisão consciente de planejar — diríamos nós de uma opção político-ideológica — mas geralmente precedeu ao planejamento. A ordem natural, afirma o economista sueco, foi a intervenção abrindo caminho ao planejamento. (10)

Também no Brasil essa foi a seqüência com a crescente intervenção do Estado em setores os mais diversos, determinando no seu ulterior desenvolvimento a necessidade de racionalização, o planejamento global das atividades estatais. O intervencionismo do Estado brasileiro no domínio econômico impôs, como forma de coordená-la, o planejamento. Inicialmente por meio dos mais diversos planos, desde os planos assistemáticos (1870) até o PAEG (1964), chegando por fim ao regime do planejamento institucionalizado, inicialmente com os Ministérios Extraordinários (o primeiro Ministério foi ocupado por Celso Furtado no Governo João Goulart), até a fase iniciada com o Governo Castello Branco, com o Ministério do Planejamento não

apenas ao nível dos demais, mas coordenando toda ação programática do governo. (*)

A intervenção do Estado nos países subdesenvolvidos, além de insubstituível ação catalisadora do desenvolvimento, cumpre o papel de harmonizar as tensões sociais. Segundo Cândido Mendes, essa intervenção se justifica diante dessas cinco características das sociedades subdesenvolvidas em geral:

- a) a prosperidade dos setores privados se pode, muitas vezes, fazer em contradição com a prosperidade nacional;
- b) inexistente, dado os seus quadros sociológicos rígidos, qualquer mobilidade social que permita, ao início do processo, aos setores salariais, um poder de barganha ou reivindicação social capaz de ampliar a sua parcela da renda nacional;
- c) a acumulação se dá de forma concentrada e, via de regra, em termos de transferência do território em que se gerou;
- d) normalmente, os fatores de decisão econômica e política se acham fora do quadro nacional; e
- e) o comportamento dos fatores econômicos e sociais não se articula de modo a propiciar um clima de prosperidade ou de expansão crescente da renda nacional, mas, sim, de sua polarização aguda, às expensas da proletarianização da grande maioria da coletividade.” (11)

Em outras palavras, o intervencionismo estatal pode constituir-se não só em instrumento do desenvolvimento como também de democratização desse desenvolvimento quando promover a distribuição de seus resultados; é igualmente um postulado de nacionalismo econômico ao procurar, de um lado, trazer para o âmbito nacional o poder de decisão sobre sua economia, e, de outro, manter o nacional como o beneficiário do enriquecimento de seu país.

Mas o intervencionismo não é uma invenção dos subdesenvolvidos. Alberto Venâncio Filho (12) arrola alguns exemplos de intervenção do Estado no domínio econômico, em países já desenvolvidos, no mundo ocidental:

1. Nos Estados Unidos, no Governo Roosevelt, o esforço do “New Deal”, numa das mais extensas experiências de intervenção, visando, em curto prazo, conjurar os efeitos da Depressão, a que se segue em 1946 a promulgação do “Employment Act”, dando ao Governo Federal poderes de orientação da economia; mais recentemente, os projetos da “Nova Fronteira” do Presidente John F. Kennedy, e da “Grande Sociedade”, do Presidente Lyndon Johnson.

2. Na Grã-Bretanha, o esforço do Gabinete trabalhista dirigido pelo Premier Clement Atlee, logo após o término da Segunda Guerra Mundial (1946-1950), realizando uma intensa política de nacionalizações, as quais

N.E. — Vide Lei n.º 6.036, de 1.º de maio de 1974, que cria o Conselho de Desenvolvimento Econômico e a Secretaria do Planejamento como órgãos de assessoramento imediato do Presidente da República. (D.O. de 2-5-74; retificada no D.O. de 3-5-74, pág. 5.093).

foram na maioria mantidas pelo Gabinete Conservador que se seguiu no poder.

3. Na França, as tentativas do Gabinete de León Blum sob a égide do "Front Populaire", em 1936, a que se segue, logo após a Libertação em 1945, uma extensa política de nacionalização — que vai encontrar plena fundamentação legal no dispositivo do preâmbulo da Constituição francesa da IV República, de 27 de outubro de 1946: "todo bem, toda empresa cuja exploração tem ou adquire as características dum serviço público nacional ou de um monopólio de fato deve tornar-se propriedade da coletividade" — iniciando-se, logo em seguida, com o Plano Monet, um dos mais significativos esforços de Planejamento democrático.

4. Também na Itália, após o malogro do regime fascista, permanece uma política acentuada de intervenção, com grande parte da economia do país sob controle estatal, como é o caso do Instituto Ricostruzione Industriale (IRI), empreendendo-se também uma política de desenvolvimento das regiões menos evoluídas do Sul, através sobretudo da Casa del Mezzogiorno.

2.1 A experiência brasileira

Embora descoberto o Brasil oficialmente em 1500, a história do Estado brasileiro só se conta a partir de 1808 com a chegada da família real portuguesa, corrida pelas tropas de Napoleão. Quer no regime das capitânias hereditárias, quer no período do Governo-Geral, quer no Vice-Reinado, a administração colonial era uma simples representação do poder da Metrópole, pois ao Conselho Ultramarino competia decidir sobre todos os assuntos relativos à Colônia.

A perda das possessões asiáticas e africanas e a ausência de uma economia nacional culminando com a perda de independência em 1580, e a impossibilidade de encontrar no seu pequeno território os recursos econômicos para fugir à decadência, fizeram com que Portugal voltasse as atenções para o Brasil. Nele residiam as últimas esperanças de manter a situação de fausto e ostentação de riqueza até então propiciados pela exploração das colônias asiáticas e africanas. Mas o crescente empobrecimento da Metrópole mercantilista ⁽¹³⁾ impõe no Brasil uma administração fiscalista, sempre voltada a reter em seu proveito, sob os mais diversos artifícios, parcelas cada vez maiores dos recursos coloniais, cujo melhor exemplo é o regime de exploração da economia de mineração.

O regime das Câmaras Municipais, constituindo quase a única administração da Colônia, representaria a consagração dos interesses dos grandes proprietários rurais "uma vez que essas câmaras eram compostas de vereadores e presididas por juizes ordinários, uns e outros escolhidos pelos homens bons", expressão eufemística, no dizer de Edgardo de Castro Rabello, pois "homens bons eram todos os que exploravam o trabalho alheio; os que do seu viviam eram livres ou escravos; nem os primeiros entravam naquele rol". ⁽¹⁴⁾ Esse embrião de organização política construiria um sistema marcado pela prevalência do interesse individual e rural sobre o interesse público urbano. A extrapolação dos interesses individuais e rurais, mais tarde associados à classe dos comerciantes reabilitados por D. João VI, iria constituir-se no maior obstáculo à industrialização do País. Esse sistema, como

foi dito anteriormente, só começaria a debilitar-se a partir da Revolução de 30, quando ocorre a primeira reação urbana ao domínio dos **coronéis** e quando a industrialização começa a ser cogitada como uma alternativa ao império econômico-político da associação Minas — São Paulo, popularmente conhecida como a dobradinha café-com-leite.

A transmigração da família real representou de fato uma série de aberturas para a sociedade colonial, ensejando, inclusive, a instalação de indústrias e a promoção de várias iniciativas de extraordinário alcance cultural. Por outro lado, contrabalançando essas vantagens, o Vice-Reinado impôs a instalação de uma estrutura administrativa já obsoleta, que seria herdada e mantida pelo Império e se constituiria no principal desafio a ser enfrentado pela República.

Estranhamente, esse Estado agrário, que praticamente desconheceu o liberalismo, ⁽¹⁶⁾ é um Estado regulamentador, controlador de toda a economia. O liberalismo econômico só era invocado para defender o livre-cambismo que atendia aos interesses dos comerciantes e dos plantadores de café, enquanto o sistema de regulamentações transformava-se no principal obstáculo às tentativas de industrialização. ⁽¹⁶⁾

A intervenção do Estado no domínio econômico se faz, de início, através das tarifas alfandegárias. As diversas e inúmeras reformas alfandegárias de então correspondem modernamente aos diversos planos governamentais da Segunda República. Dessas reformas, merece maior destaque a implantada por Alves Branco, em 1844, e que deu ensejo ao esforço de Mauá. Mas o Estado que, com a Reforma Alves Branco, recolhera recursos para financiar as atividades industriais, é o mesmo Estado que, a seguir, retornando ao livre-cambismo, cede aos reclamos dos interesses europeus e abre nossas portas ao produto internacional, decretando a morte desse esforço de industrialização. O mesmo Estado que é liberal em termos de comércio utiliza-se, porém, de todos os recursos do mercantilismo para manter o controle sobre a vida nacional. O desabafo é do Visconde de Mauá: "Clama-se que no Brasil tudo se espera do Governo e que a iniciativa individual não existe! E como não há de ser assim se tudo quanto se refere à ação do capital, desde que este se aglomera para qualquer fim de utilidade pública ou particular, em que a liberdade das convenções devia ser o princípio regulador, esbarra-se logo de frente com péssimas leis preventivas, e quando estas não bastam, a intervenção indébita do Governo aparece na qualidade de tutor? O fato, pois, que tanta reprovação encontra, de tudo esperar-se do Governo é consequência necessária do regime legal a que entregaram o País os que o têm governado." ⁽¹⁷⁾

O liberalismo não existia, desde que tudo dependia da vontade governamental. Raymundo Faoro observa, a propósito, que a "regulação econômica do Estado fez-se sentir, com particular veemência, no comércio e na indústria. Praticamente, tudo dependia do Governo, com autorizações, favores, tarifas protecionistas e concessões; fora da faixa do Tesouro não conseguia medrar a iniciativa privada." ⁽¹⁸⁾

O unitarismo do Segundo Império desperta as reações do movimento Republicano ⁽¹⁹⁾ que já propugnava pelo liberalismo. Daí, na República, o

federalismo e as primeiras tentativas de liberdade econômica. Mas, se o trabalho já é livre, a economia agrícola tem seu fastígio. É o café que manda. Nessa dominação, aliás, talvez se encontrem todas as motivações contra a política financeira de Rui Barbosa, o qual compreendia que nenhum esforço seria válido sem a contrapartida da proteção ao similar nacional. Todavia, as reações *soi-disants* liberais contra o controle cambial exigiram cada vez mais a intervenção do Estado no domínio econômico, de forma a assegurar a defesa desse produto de exportação e a manutenção de sua posição de destaque nos mercados internacionais.

Essa intervenção se faz atendendo aos reclamos dos Estados produtores (São Paulo, Minas Gerais e Estado do Rio) ⁽²⁰⁾ e vai desde a compra de estoques e aos subsídios até a intervenção direta da União. Uma série de mecanismos monetários e financeiros efetiva esse processo de intervenção, intimamente ligado ao comportamento da taxa cambial. Analisando-o, Celso Furtado demonstrou que era o instrumento pelo qual a economia cafeeira socializava as perdas e privatizava os lucros. ⁽²¹⁾

3. As raízes do nosso intervencionismo

Para efeito de análise da intervenção do Estado, a moderna economia do Brasil pode ser dividida em cinco estágios: 1) a era pré-1930; 2) os anos 30; 3) os anos 40: a II Guerra Mundial e os primeiros anos do pós-guerra; 4) os anos 50; e 5) os anos 60. ⁽²²⁾

3.1 Intervenção incipiente

O Estado herdado do Império que chega aos primeiros anos da vida republicana está preocupado principalmente com a gestão dos impostos de importação, fonte principal de sua receita. Mesmo a utilização dos mecanismos de proteção raramente foi cogitada, fazendo jus ao livre-cambismo imposto pelos Estados agrícolas e que anularia no nascedouro os principais esforços visando à industrialização do País. Afora a atividade fiscalista, o governo intervinha diretamente no setor financeiro basicamente por intermédio do Banco do Brasil que, em sua longa história, alternou e às vezes acumulou (até a criação do Banco Central em 1964) funções de banco comercial e de banco emissor.

O controle dos investimentos de infra-estrutura e serviços, por companhias estrangeiras, a garantia de seu rendimento impuseram ao Estado o controle tarifário e, a seguir, a nacionalização desses serviços. Assim se deu, por exemplo, com as ferrovias, que começaram a ser adquiridas a partir de 1901. A falta de lucratividade do setor, a inconveniência de continuar garantindo a remuneração do capital estrangeiro e a necessidade de cobrar tarifas socialmente justas para os usuários, o que desestimulava os investimentos no setor, tornaram a nacionalização dos serviços públicos a única política viável.

Já neste século, a política do café imporia a primeira intervenção governamental no comércio exterior. Em 1906 o Convênio de Taubaté — que

uniu São Paulo, Minas e Rio de Janeiro, os principais produtores — estabeleceu um esquema de controle de produção e preços mínimos. ⁽²³⁾

A terceira característica desse período foi o aparecimento dos bancos oficiais estaduais, o Banco do Estado de São Paulo, em 1926, e o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, em 1928, ambos destinados ao fomento da produção agrícola em suas respectivas regiões.

3.2 O início: a substituição das importações

Mais uma vez um elemento extradoutrinário e exógeno tornaria a intervenção econômica um caminho natural. As ameaças resultantes da depressão mundial dos anos 30 levam o Estado ao desempenho de destacado papel na economia. Tem início a política de substituição das importações mediante o estímulo à industrialização. Concomitantemente, o Estado assume a responsabilidade pela sustentação do café, de que resulta sua intervenção direta na fixação dos preços e no controle da produção, política que chegaria a extremos: a queima de estoques e, mais recentemente, o financiamento da erradicação de cafezais. Hoje, a intervenção nos preços se estende praticamente a todos os bens de consumo e insumos industriais.

No plano administrativo, surgem as autarquias, às quais se deve, a par da modernização da máquina burocrática, o controle de importantes setores da economia além do café, como o açúcar, o mate, o sal, o pinho, a pesca, a marinha mercante. A política de substituição era paulatinamente preferida pelo controle de preços, embora ainda fosse inevitável, em muitos casos, o comportamento paternalista do Estado.

O controle dos preços das tarifas de eletricidade é alcançado com a promulgação, em 1934, do Código de Minas. Baer, Kerstenetzky e Villela ⁽²⁴⁾ explicam que a causa “imediate desse controle era o fato de que as tarifas haviam sido baseadas parte em valores ouro e parte em papel-moeda, a fim de que as companhias estrangeiras se protegessem contra a depreciação cambial. Isso significava, no entanto, que freqüentemente as tarifas de energia elétrica se elevavam cada mês e, quando ocorria uma depreciação forte, elas se elevavam a tais níveis que reduziam o consumo de eletricidade, o que, por sua vez, afetava adversamente a produção. Foi, portanto, para proteger a indústria e os consumidores que esse controle foi instituído. Nos anos seguintes o aspecto do bem-estar na fixação das tarifas adquiriu uma importância crescente.”

Seguem-se outras medidas objetivando assegurar a industrialização do País: o uso do controle de câmbio, a criação (1937) da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (destinada a suprir as necessidades de capital com empréstimos a longo prazo e a custos reduzidos), a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, a criação do Conselho Federal do Comércio Exterior, em 1934, com a dupla incumbência de fomentar as exportações e a instalação e expansão de indústrias consideradas prioritárias para o desenvolvimento do País. ⁽²⁵⁾ Ainda em 1937, o Lóide Brasileiro (fundado em 1890) se transforma em autarquia federal. A formação da marinha mercante nacional tem curso (1940) com a nacionalização da **Company of Port**

of Pará e da **The Amazon River Steam Navegation Company Limited**, fundidas no Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará (SNAAP). Em 1942 surge, ao lado do Lóide, a Companhia Nacional de Navegação Costeira, fruto da incorporação, estimulada pela II Guerra Mundial, do patrimônio da Cia. Lage e Irmãos. O ciclo se fecha com a criação do Serviço de Navegação da Bacia do Prata.

3.3 Esforços de guerra

O período constituído pela II Guerra Mundial e os anos que lhe seguem registram um grande avanço na ação intervencionista do Estado, sempre justificada por razão política dita inquestionável: segurança nacional. Os principais marcos dessa fase podem ser:

- a) em 1942, culminando uma longa campanha nacionalista, é criada a Companhia Vale do Rio Doce, hoje o principal exportador de minérios de ferro do País;
- b) em 1943, a criação da Fábrica Nacional de Motores, destinada ao reparo e fabrico de motores de avião. Posteriormente, se dedicaria à fabricação de caminhões e automóveis de passeio (patentes italianas), terminando por ser alienada a um grupo estrangeiro (Alfa Romeu);
- c) ainda em 1943, a criação da Fábrica Nacional de Alcalis, destinada ao suprimento de barrilha. A criação e montagem dessa fábrica, fundamental para a industrialização brasileira, está a merecer estudo particularizado, tais os óbices internacionais que o nosso governo teve de enfrentar até vê-la instalada e funcionando.

A partir de 46 e até o segundo governo Vargas, não há alterações substanciais nem o registro de novas intervenções, limitando-se o Estado a estender a nacionalização da rede ferroviária com a aquisição do acervo inglês (numa operação até hoje sem justificativa convincente), ⁽²⁶⁾ o aumento do controle cambial e o início, de forma mais sistemática, da prática do planejamento. ⁽²⁷⁾

3.4 O segundo governo Vargas

Os anos 50 são caracterizados pela retomada do ritmo de industrialização, já agora apoiado num planejamento global e na ação de grupos executivos destinados ao fomento de áreas específicas. Nesse plano, o acontecimento de maior destaque foi a criação do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 1952, o melhor fruto da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. A atuação da principal agência de desenvolvimento do País é objeto de análise pormenorizada em outros itens.

O segundo grande acontecimento do período foi a criação, em 1953, da Petrobrás, coroando um movimento de opinião pública. Com a Lei nº 2.004, o Estado optava pelo monopólio estatal do petróleo. Fruto de longa campanha que comoveu a vida nacional, a Petrobrás surgiria, porém, sob os maus

presságios de seus adversários e de grande parte da imprensa, ameaçada pelos cartéis internacionais, e ainda enfrentando resistências internas. Passados 20 anos, a Petrobrás e o monopólio estatal do petróleo respondem a todas as críticas, consolida-se como a maior empresa do País e uma das maiores do mundo e avança em setores novos como a petroquímica e a distribuição de petróleo e derivados, além de estender suas atividades, inclusive de prospecção, a outros países.

O caminho aberto pelo BNDE teria continuidade na criação de agências estatais de desenvolvimento regional, a primeira das quais foi o Banco do Nordeste do Brasil, seguido, anos depois, pela SUDENE, já representando um esforço de planejamento regional. Ainda nesse período surgem os bancos estaduais de desenvolvimento (que se vêm unir ao Banco do Estado de São Paulo e ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul) e fortalece-se a ação do Banco do Brasil como agência de fomento à produção.

Tinha curso a política de controle dos preços, tanto das tarifas dos serviços públicos (energia elétrica, transporte público, telefone etc.) como também dos aluguéis, gasolina, gêneros alimentícios e bens de consumo em geral: a COFAP, Comissão Federal de Abastecimento e Preços, no plano nacional, e as COAPs, no plano regional, depois por intermédio de sua sucessora, a SUNAB, Superintendência Nacional de Abastecimento. A política de tabelamento de preços (revigorada em 1973) mostrar-se-ia, porém, ineficaz e causadora de uma série de distorções, além de responder pelas crises de escassez periódica de produtos.

Ainda nos anos 50, como uma conseqüência do controle tarifário, ⁽²⁸⁾ verifica-se o crescimento das empresas estatais no campo dos serviços de eletricidade pública. Surgem a CHESF, FURNAS, CEMIG, e já nos anos 60, CESP, COHEB etc. A lista dessas empresas, hoje, arrola: Centrais Elétricas São Paulo S.A., Furnas Centrais Elétricas, Centrais Elétricas Minas Gerais S.A., Companhia Hidroelétrica do São Francisco, Cia. Paulista de Força e Luz, Centrais Elétricas Sul Brasil S.A., Cia. Estadual de Energia Elétrica (RS), Centrais Elétricas Goiás S.A., Cia. de Eletricidade de Pernambuco, Centrais Elétricas S.A. (Joinville), Centrais Elétricas do Pará S.A., Cia. Força e Luz do Paraná, Cia. de Eletricidade de Brasília, Cia. Força e Luz de Minas Gerais, Cia. Brasileira de Energia Elétrica (Niterói), Centrais Elétricas Fluminense, Centrais Elétricas S.A. (Vitória), Cia. Nordeste de Eletrificação de Fortaleza S.A., Eletrificação Paraíba, Cia. de Eletricidade de Alagoas.

3.5 A consolidação do sonho industrial

Os anos 60 consolidam a opção industrial, mantêm a tônica intervencionista, mas não são abertas novas áreas à ação governamental. No plano administrativo se destaca a criação de companhias **holding** reunindo sob um comando unificado várias empresas estatais do mesmo ramo. Surgem a Eletrobrás, a Embratel, a Siderbrás, e a Petrobrás cria uma série de subsidiárias. O único órgão novo é o Banco Nacional da Habitação (BNH) que, alimentado pelos fundos de aposentadoria dos trabalhadores, logo se transformaria numa poderosa agência financeira.

A política de controle de preços preferentemente à intervenção na produção é fortalecida com a criação do CIP, Conselho Interministerial de Preços. Além de um organismo a nível ministerial, inova a ação do Estado ao incorporar ao seu raio de ação, além dos preços a varejo, custos e preços de setores — chave da economia.

4. O Intervencionismo Brasileiro

O intervencionismo, ativado com as repercussões da Primeira Grande Guerra, é acompanhado pelo fortalecimento das oligarquias estaduais, através da política de governadores. A Revolução de 30 apeia do poder as oligarquias agrárias, e inicia um processo de modernização do País que pouco e pouco vai consagrando a intervenção do Estado. Há um crescente afastamento da tônica privatista, substituída pela dominância do interesse público. Já a Constituição de 1934, inspirada na Constituição de Weimar, traz em seu bojo um título novo entre nós, **Da Ordem Econômica e Social**, seguida pelo regime corporativo e autoritário da Constituição de 1937 (Estado Novo).

Com a redemocratização voltamos ao regime econômico anterior — a Constituição de 1946 (artigo 146) consagra a intervenção do Estado no domínio econômico.

O Capítulo **Da Ordem Econômica e Social**, artigos 160 a 174, da Carta de 1969 (artigos 157 a 166 da Constituição promulgada em 1967), traça as normas que regem, entre nós, a intervenção do Estado no domínio econômico, precisamente no controle da produção.

O artigo 160 condiciona a ordem econômica e social à realização da justiça social, consubstanciada na liberdade de iniciativa, na valorização do trabalho como condição da dignidade humana, na função social da propriedade, na harmonia e solidariedade entre os fatores da produção, no desenvolvimento econômico e na repressão ao abuso do poder econômico, caracterizado pelo domínio dos mercados, a eliminação da concorrência e o aumento arbitrário dos lucros.

Se a Constituição garante a liberdade de iniciativa (item I), limita o uso da propriedade à sua função social (item III); além de valorizar o trabalho, estabelece a necessidade de harmonia entre os fatores da produção (itens II e IV). Reconhece ainda a impossibilidade de qualquer justiça social sem a realização do desenvolvimento econômico (item IV) e a necessidade de coibir o abuso do poder econômico caracterizado pelo domínio dos mercados, a eliminação da concorrência e o aumento arbitrário dos lucros (item V). Sobre esse último aspecto, observa Zacarias Amaral Vieira:

“Ao princípio da iniciativa privada e da liberdade de profissão, antepôs o novo regime constitucional (refere-se à Constituição de 1946), o da intervenção do Estado no domínio econômico, para monopolizar determinada indústria ou atividade, tendo essa intervenção por base o **interesse público** e por limite os direitos fundamentais assegurados na Constituição Federal.”

E prossegue:

“Inegavelmente, nem sempre à intervenção monopolizadora do Estado do domínio econômico privado corresponde uma indenização ou uma expropriação. Por igual, isto ocorre se a intervenção estatal no domínio econômico se estabelece, apenas, para fins de controle, de polícia, de segurança, de higiene, de regulamentação, seja da quantidade, tipo, qualidade, preço, produção, circulação, seja meramente de alguns dos direitos em que se desmembre a coisa-objeto das indústrias ou atividades privadas, inclusive no que afeta às normas contratuais.”

Conclui o autor:

“Em realidade, a intervenção nos casos do art. 146 se refere às medidas de restrições, de regulamentação, de exclusão do princípio da propriedade privada ou da livre concorrência quanto a determinada indústria ou atividade privada. Não haverá necessidade, aqui, que determinada indústria ou atividade esteja sendo exercida em forma abusiva do poder econômico, pois, em tal emergência, a intervenção será de natureza repressora, prevista no art. 148, inclusive sob a forma de uniões ou agrupamentos de empresas individuais ou sociais, seja qual for o natureza que tenha por fim dominar os mercados nacionais, eliminar a concorrência e aumentar arbitrariamente os lucros. Como é evidente, nesta última espécie de intervenção, o que a autoriza é a simples forma abusiva do poder econômico, não havendo margem, aqui, para falar com respeito a direitos fundamentais assegurados na Constituição Federal.” (29)

Para colimar esses objetivos, a União poderá não só promover desapropriações (artigos 161 e 163, parágrafo único) sem a necessidade de prévia indenização em dinheiro, exigência do Estatuto de 46, que impediu a reforma agrária, bem como intervir no domínio econômico e exercer o monopólio de determinada indústria ou atividade (o monopólio do petróleo, por exemplo) quando indispensável à segurança nacional, seja para organizar setor que não possa ser desenvolvido com eficiência no regime de competição e de liberdade de iniciativa, como é o caso, no Brasil, nos últimos anos, da indústria do aço e da barrilha.

E ainda atribuição do Estado, por lei especial, dispor sobre o regime das empresas concessionárias de serviços públicos federais, estaduais e municipais. Por fim, a Constituição dá, no processo produtivo, prioridade à iniciativa privada em detrimento do setor público, nos termos do art. 170, *verbis* repetido da Constituição de 67 (art. 163):

“Art. 170 — As empresas privadas compete, preferencialmente, com o estímulo e apoio do Estado, organizar e explorar as atividades econômicas.

Parágrafo único — Apenas em caráter suplementar da iniciativa privada, o Estado organizará e explorará diretamente a atividade econômica.”

A propósito desse artigo, o então Deputado Josaphat Marinho declarou em discurso proferido no Congresso Nacional:

“A Constituição italiana proclama também a liberdade de empresa, mas, veja-se, além de submetê-la — é o que está no art. 41 — à utilidade social, à segurança, à liberdade e à dignidade humana, prescreveu: “A lei determina os programas e os controles para que a atividade econômica, pública e privada, possa ser dirigida e coordenada para fins sociais”. Aqui, não. O que o projeto proclama, com liberalidade estranhável, é que as atividades econômicas serão preferencialmente organizadas e exploradas por empresas privadas, com o estímulo e apoio do Estado. E, para não deixar dúvida de que este apoio e este estímulo são para proteger o poder econômico dominante, e não para promover o desenvolvimento social do País e ampliar o quadro dos direitos de todos os cidadãos, o projeto acrescenta: “somente para suplementar a iniciativa privada o Estado organizará e explorará diretamente a atividade econômica.” É o domínio borolento, desaparecido, soterrado nos túmulos do individualismo liberal, do *laissez-faire, laissez-passer*.”⁽³⁰⁾

O dispositivo constitucional, além de dispensável, é um corpo estranho de ânimo individualista-liberal, numa Constituição confessadamente intervencionista. Choca-se com a sistemática de toda a Carta ferindo os princípios e normas consagrados pelo Capítulo dedicado à **Ordem Econômica e Social**. É como se o legislador procurasse desdizer o dito, abrir a janela ao abuso para o qual antes trancara a porta. Aliás, a Constituição vigente é ilustrada por uma série de choques de disposições. Ao analista, mesmo superficial, da realidade econômica de nosso País não terá passado despercebida a crescente intervenção do Estado no domínio econômico, o fortalecimento do poder político e econômico da União. Não é tendência de uma fase histórica, marca de um período governamental, mas opção que, desde a Constituição de 1934 (artigos 115 e seguintes), vem caracterizando o processo desenvolvimentista nacional, e que, contraditoriamente, mas rendendo-se ao império dos fatos, vem sendo levada aos paroxismos pelos governos que se sucederam a 1964. A concentração do poder nas mãos da União, gerando governos fortes, seguiu-se uma crescente intervenção do Estado no domínio econômico. E esse caminho se nos afigura como uma exigência irresistível tão forte que chega a comprometer a própria ideologia de um governo de exceção.

O movimento de abril de 1964, de cujos princípios a Constituição de 1969 (Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, editada pela Junta Militar, com base no artigo 3º do Ato Institucional nº 16) é o Estatuto político, ao eclodir, e na “definição-compromisso” do primeiro Presidente que elegeu (discurso de posse no Congresso Nacional), objetivava, entre outros postulados maiores, a defesa da propriedade privada, ameaçada, a harmonia dos três poderes, comprometida, a recuperação da Federação,

o restabelecimento do processo democrático e defesa dos demais poderes contra a crescente e já então insuportável ampliação das atribuições do Presidente da República. Um só desses ideais não foi realizado. Ausência de sinceridade programática? Não, necessariamente. Parece-nos mais razoável compreender que esses **ideais** se chocavam com a realidade brasileira. De fato, o que tivemos e ainda vivemos, é a intervenção crescente da União na vida econômica, acompanhada do fortalecimento da competência do Executivo, nele do Presidente da República, e dos poderes da União.

O dispositivo constitucional, assim, seria natimorto, sem repercussão na vida econômica do País. Apesar dos propósitos constitucionais, o que se assiste é o permanente desrespeito ao espírito do artigo 170, com a crescente intervenção do Estado, sua participação em setores progressivamente mais largos da economia.

5. Intervenção do Estado mediante o planejamento governamental

O político e o econômico sempre andaram de mãos dadas, determinando-se mutuamente. O planejamento econômico adotado pelo Estado brasileiro deve ser encarado com esse duplo conteúdo. ⁽³¹⁾ Embora não reflita essa atitude ideológica, a adoção do planejamento implicou uma ação política de conseqüências econômicas e institucionais, desde que lhe são intrínsecas, no planejamento governamental brasileiro, relações de novo conteúdo entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo. ⁽³²⁾ Essas novas relações determinaram, inclusive, uma modificação substancial na hegemonia do poder ao estabelecer o predomínio do Poder Executivo nas relações do Estado, com prejuízos evidentes para o sistema político fundado na harmonia de poderes e na “democracia representativa”. Esse **moloch** estatal que se alimenta politicamente, inclusive nas democracias ocidentais de tradição liberal, carrega consigo, se não o germe de sua destruição, as bases de uma nova classe dirigente.

O Estado todo-poderoso se vê manietado e submisso a um novo grupo social, os tecnocratas, formado pelos assessores, conselheiros, técnicos, engenheiros, estatísticos, economistas, que assumem a direção da burocracia e submetem o Estado ao seu comando. A classe política se transforma em atores à procura de teatro, desde que não há sentido em pretender liderança política quem não possui o mando econômico. A tecnocracia é aos poucos a nova classe política do Estado que emerge do planejamento. Por sem dúvida, a nova tecnoestrutura estatal não é um ente ideal, composta que é por pessoas que participam do mesmo jogo de interesses que qualificava a representação da **velha classe** política. Nesse sentido, é ainda uma representação de classe, pelo que não houve mudança qualitativa na estrutura do Estado, seja política, seja econômica.

O planejamento governamental no Brasil, que a seguir se estuda, é visto desse ângulo duplo, tanto como um esforço para salvaguardar o regime da propriedade privada, ⁽³³⁾ quanto, ao consolidar uma dada estrutura econômica e social, preservar uma dada estrutura de poder. O planejamento era uma face do intervencionismo governamental e, como este, visava reduzir ao mínimo suportável os riscos políticos que, num Estado subdesenvolvido, podiam ameaçar os investimentos privados nacionais e internacionais,

pedra angular da estrutura econômica por que optara. O governo forte, autocrático, a decomposição da federação e do sistema representativo seriam o momento seguinte, inevitável, na atual conjuntura histórica.

Afirma-se que o planejamento no Brasil, como de resto na maioria dos países capitalistas, não se implantou como coroamento de uma política econômica, mas como resultado da intervenção assistemática, descontinuada e episódica do Estado no domínio econômico, intervenção essa que se processou ao longo de décadas e séculos. Exemplo desse intervencionismo científico pode ser construído a partir do comportamento do Governo brasileiro diante de um problema econômico regional de repercussões políticas, sociais e econômicas em todo o organismo nacional. Assim, nos fins do século XIX, provocado pelo flagelo da famosa seca dos três oitos, 1877, 1878 e 1879, que atingiu todo o Nordeste, em especial os Estados do Ceará, principalmente, e da Paraíba, se registra a intervenção do Governo Federal, com o próprio Imperador D. Pedro II determinando a remessa de recursos para a zona assolada pelo cataclismo. Os recursos se destinavam e essa foi a forma encontrada de combate não ao flagelo mas às suas conseqüências sociais — a abrir frentes de trabalho (construção de estradas e pequenos açudes) e estimular o êxodo para a Amazônia.

A retomada do problema, todavia, só se processou em 1909, 30 anos após, no Governo Nilo Peçanha, com a criação, pelo Decreto nº 7.619, da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas, futuro DNOCS, primeiro órgão de ação coordenada, sistemática. Mesmo esse órgão foi criado sob a égide do assistencialismo, determinado a socorrer as populações atingidas pela calamidade, despojado, portanto, da visão científica de promover o desenvolvimento da região, de forma a equipá-la à sobrevivência. Entre uma data e outra registrou-se uma única ação governamental: a decisão de construir açudes públicos. Em 1888, o Governo Imperial dá início à construção do primeiro açude, o Açude do Cedro, no Município de Quixadá, no Ceará. A retomada só se dá em 1919, no governo do paraibano Epiácio Pessoa, com a criação, pela Lei nº 3.965, de 25 de dezembro daquele ano, da Caixa Especial das Obras de Irrigação de Terras Cultiváveis no Nordeste Brasileiro. Essa Caixa, conhecida abreviadamente por Caixa Especial de Obras de Irrigação, é a primeira tentativa por um desenvolvimento continuado, ao ter como origem de seus recursos, numa antecipação do que seria o art. 198 da Constituição de 1946, ⁽³⁴⁾ 2% da receita geral da União e 2% a 5% da receita ordinária dos Estados, nos quais as obras e serviços fossem executados.

Mas a característica da ação governamental — descontinuidade dos serviços e a falta de persistência nos esforços da atividade pública — seria sublinhada pela administração Arthur Bernardes, sucessor de Epiácio Pessoa que, "por imperativo de contenção dos gastos públicos", suspendeu as obras que encontrou em andamento. Segundo o Presidente, no próprio benefício das "laboriosas populações do Norte", impunha-se a necessidade de reduzir os limites dos planos de ação deixados por Epiácio Pessoa, para que a delimitação dos objetivos propiciasse "o aproveitamento máximo do trabalho até então realizado". Em 12 de março de 1924 é extinta a Caixa

Especial de Obras de Irrigação. Em mensagem ao Congresso Nacional, 1925, Arthur Bernardes, após se referir a pulverização de recursos e a falta de ritmo das obras, declara que motivos de ordem financeira determinaram quando não a paralisação das obras, a redução de seu ritmo e das atividades de diversos serviços. Entre as obras cuja execução foi suspensa estava o açude de Orós, no Ceará, cuja construção seria retomada e concluída mais de 30 anos depois por outro mineiro, o Presidente Juscelino Kubitschek.

A ação planejada, sistemática e continuada de desenvolvimento regional no Nordeste só seria alcançada com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, em 1959.

A intervenção do Estado no domínio econômico, ressalvadas as diversas tentativas de planos de desenvolvimento, setorial e regional, e as tentativas de planejamento global, essas estimuladas pela Constituição de 46, e ressalvadas as intervenções episódicas em determinado setor da economia, se caracterizam, até 1939, por seu cunho assistemático, excepcional. Só a partir daí, mais em função da crise européia e do espectro da guerra, é que o Governo brasileiro começa a ser solicitado para a elaboração de planos econômicos, o primeiro dos quais, de 1942, é confiado à Coordenadoria da Mobilização Econômica. A fase atual, que podemos chamar de planejamento científico, tem início com um plano de desenvolvimento regional, o plano do Governo Carvalho Pinto, em São Paulo (1958-1962).

Afora esses planos, a intervenção estatal foi esporádica, ocasional e, na maioria dos casos, sem jamais institucionalizar o interesse nacional. Ao contrário, no plano econômico, a política governamental esteve sempre presa ao liberalismo econômico, que, atrasado em mais de um século, abria as portas de nosso comércio à concorrência da produção internacional, esmagando no nascedouro toda e qualquer possibilidade de construção de uma indústria nacional. De fato, o livre-cambismo imposto ao Brasil pela Europa industrializada retirou do empresário nacional a arma protecionista que, na revolução industrial americana, por exemplo, assegurou a implantação e o desenvolvimento da indústria daquele país que, desta forma, não foi exposta à concorrência desigual e desleal da produção européia, e assim pôde implantar-se, sobreviver e desenvolver. Ainda hoje, a proteção alfandegária é alvo do ataque de nações industrializadas que nesse instrumento enxergam, com razão, o recurso fundamental de proteção do produto nacional. Esses mesmos países, que no exterior são livres-cambistas, implantam em seus territórios rigorosas políticas de proteção ao produto nacional, seja gravando a importação de manufaturas com o fim de forçar a importação de matéria-prima e produtos não acabados, seja adotando uma legislação destinada simplesmente a criar embaraços à comercialização do produto estrangeiro, como no caso da proteção da indústria automobilística americana.

Nesse quadro, a tentativa do curto período do Ministério Rui Barbosa, no início da República, com a Lei do Similar Nacional, foi mais um episódio na história de nossa política nacional. No caso, um episódio de consequências trágicas, pois, com a esperança do protecionismo ensejado por Rui Barbosa, muitos empresários brasileiros se viram estimulados à aventura do

industrialismo. A história mostrou que a aventura nos custou muito caro, pois a retomada ao liberalismo entregou as poucas indústrias implantadas à sanha da concorrência internacional livre, de que resultou seu esmagamento. Essa história é contada em sua profundidade em capítulo à parte.

Posta de lado a análise do intervencionismo, desse ângulo, examinemos a evolução da política de planos na administração brasileira.

Se a fase do planejamento governamental, ainda que empírico, só foi iniciada em 1939, com o Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional, imposto mais por razões de ordem política (a deflagração do conflito mundial) que econômicas, sua discussão e defesa datam do século passado, embora, repita-se, sejam raros os exemplos de atividades planejadas na fase colonial, no Império e na Primeira República.

A primeira manifestação, séria, por um plano econômico de âmbito nacional data de 1858. Nesse ano, ao inaugurar o primeiro trecho da hoje Estrada de Ferro Central do Brasil (ligação entre estações da Praça das Aclamações e de Queimados), o engenheiro Cristino Benedito Otoni defendeu a "necessidade de um plano geral de viação para todo o Império e sua ligação com as artérias da República do Paraguai e da Guiana Francesa".⁽³³⁾

Outras tentativas de planos foram: ⁽³⁴⁾

1. Em 1869 é apresentado ao Parlamento o plano de **Navegação Interior do Brasil**, o Plano Morais (em homenagem ao seu autor, Eduardo Morais), o qual foi rejeitado.

2. Em 1874 é apresentado ao Instituto Politécnico Brasileiro, e por este ao Parlamento, o Plano Queiroz, de autoria do engenheiro Ramos Queiroz, com a denominação de **Esboço de Plano de Viação Geral para o Império do Brasil**.

3. De 1874 data o **Plano Rebouças**, de André Rebouças. Como o anterior, era ainda um plano setorial, viário, consistindo em representar o País por um triângulo cuja base situava-se na região amazônica. Dessa base partiriam troncos ferroviários demandando os portos do Atlântico. O plano, que influenciou bastante a política viária do Império, previa ainda mais seis vias convergentes, cobrindo as principais bacias hidrográficas do País, três para o alto Amazonas e as restantes respectivamente para o Paraná-Araguaia, o São Francisco-Tocantins e o São Francisco-Gurgeia.

4. O Plano Bicalho, elaborado em 1881 pelo engenheiro Honório Bicalho, chefe da Diretoria de Obras Públicas, preconizava o estabelecimento de uma **rede geral de comunicações**, interligando nossas vias férreas e fluviais, utilizando a navegabilidade natural ou trabalhada de nossos principais rios e afluentes, ligados por estradas de ferro.

5. Em 1882, do I Congresso Ferroviário, reunido no Rio de Janeiro pelo Clube de Engenharia, resultou o Plano Bulhões, elaborado por uma comissão liderada por A. de Oliveira Bulhões. Partindo do Plano Bicalho, propugnava o **Plano Geral de Viação**, com destaque no sistema ferroviário.

Malgrado todos esses esforços e iniciativas, ou fruto de sua insistência, só em 1890 a administração brasileira seria vencida pela idéia de plano, quando, ainda na área da viação, o Decreto nº 524, de 26 de junho, cria a obrigatoriedade de incluir todas as estradas brasileiras num **plano geral de viação** (pela primeira vez a linguagem burocrática emprega esse termo) a ser elaborado.

Mas o primeiro plano viário, o Plano Geral de Viação Nacional, só apareceria 44 anos depois, fruto do Decreto nº 24.497, de 29 de junho de 1934, quando surgem, de fato, os contornos do que seria nosso **esquema de viação nacional**, na definição de Jorge Gustavo da Costa. ⁽³⁷⁾ Contudo era ainda um plano setorial.

No âmbito do desenvolvimento regional, após o primeiro esforço representado pela Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (1909), a primeira tentativa de coordenação da ação governamental data da 1912, com a criação de um órgão provisório, a Superintendência da Defesa da Borracha (art. 105 do Decreto Executivo nº 9.521). A ação sistemática, visando ao desenvolvimento integrado regional, só é tentada pelo Estado a partir de 1948, com a criação da Comissão do Vale do São Francisco. Segue-se em 1953, 41 anos após a Superintendência da Borracha, sua precursora e embrião, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. A institucionalização do planejamento econômico regional e sua implantação científica só se dá a partir de 1956, com a criação do Plano de Valorização Econômica da Fronteira do Sudeste do País (SPVESUD) e, em 1959, com a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), sucessor da velha IFOCS, bem como o Banco de Crédito da Amazônia (1950), não podem ser incluídos no elenco de agências de desenvolvimento regional, desde que um e outro se mantinham presos a aspectos setoriais da problemática econômica do Nordeste, a borracha e as secas, carentes, portanto, de sua visão global. Essa só começa a ser vista com a criação, em 1953, do Banco do Nordeste do Brasil, efetivamente sua primeira agência de desenvolvimento.

O primeiro plano quinquenal brasileiro foi o Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional, implantado pelo Decreto-Lei nº 1.058, de 19 de janeiro de 1939, com o objetivo central de “atender à urgência de se promover a criação de indústrias chamadas básicas, como a siderurgia e outras, a execução de obras públicas, bem como de se prover a defesa nacional dos elementos necessários à ordem e à segurança do País.” ⁽³⁸⁾

Esse plano e a Coordenadoria da Mobilização Econômica (1942), embora signifiquem esforços de planejamento global de ordem pelo menos empírica, estão ainda presos ao episódio e não resultam de uma conscientização da administração pública brasileira. O primeiro resulta da deflagração do conflito mundial, e a segunda, da condição brasileira de País beligerante. A necessidade de mobilização completa de todos os recursos nacionais, imposta ao País pela sua condição de beligerante, deu ensejo à

criação da Coordenadoria da Mobilização Econômica. Os poderes outorgados a essa Coordenadoria não encontram precedentes na história de nosso intervencionismo econômico. (89)

Segue-se o Plano de Obras e Equipamentos — POE —, instituído pelo Decreto-Lei nº 6.144, de 29 de dezembro de 1943, com o objetivo de garantir, pela constituição de um orçamento especial, a realização de obras públicas de caráter civil, de acordo com as necessidades mais prementes, bem como o incentivo a indústrias básicas. Reflexo de uma fase de inovação administrativa decorrente do Plano Especial, o decreto que instituiu o POE inclui entre seus recursos os “dividendos de capitais da União empregados em sociedades de economia mista ou autarquias de exploração industrial”.

Somente a partir da Constituição de 1946 é que se pôde registrar o esforço visando à institucionalização do planejamento federal, estadual e municipal.

A mesma Constituição que autorizara a União a, “mediante lei especial, intervir no domínio econômico e monopolizar determinada indústria ou atividade” (art. 146), criaria o Conselho Nacional de Economia com a finalidade de “estudar a vida econômica do País e sugerir ao poder competente as medidas que considerar necessárias” (art. 205, § 2º). Iniciando seu funcionamento em 1949, retardado à ausência da legislação ordinária complementar, o Conselho Nacional de Economia cumpriria até seu final (15-3-67), em bases científicas o relevante papel de agente do planejamento governamental brasileiro.

Primeiro plano nacional de um governo federal, visando a uma ação continuada — o mandato do Presidente Dutra —, o Plano SALTE foi instituído em 1950 pela Lei nº 1.102, de 18 de maio, com o objetivo de realizar no mencionado período (1950-1954) empreendimentos relativos à saúde, à alimentação, ao transporte e à energia. O plano inclui minuciosa especificação de objetivos nesses setores. De todas as iniciativas de planejamento federal de âmbito pluri-setorial, o Plano SALTE foi, até aqui, o único submetido ao Congresso Nacional e imposto por lei dele decorrente. Dentre suas características releva a de haver sido a primeira experiência brasileira de planejamento a lançar mão, igualmente, das normas de planos impositivos e indicativos.

Após 17 anos da implantação do primeiro plano quinquenal, surge o Plano de Desenvolvimento Econômico, mais conhecido como Programa de Metas do Governo Kubitschek. Ao contrário do plano anterior, este era implantado praticamente como o resultado de toda a experiência nacional, desde o Plano SALTE, e os estudos realizados pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, primeiro, e, a seguir, pelo Grupo Misto BNDE-CEPAL. Se, em termos de clima internacional, o novo Governo se instaurava numa época caracterizada pela crescente intervenção dos Estados no domínio econômico, associada à febre desenvolvimentista que acordava a letargia dos subdesenvolvidos, em termos de nossa ambiência, o novo Governo encontrava não apenas campo propício a essa intervenção, mas uma infra-estrutura a ele habilitada. Além dos técnicos, economistas e planejadores

formados pela Comissão Mista e pela CEPAL, encontrava a nova administração uma conscientização técnica voltada a um tempo para o intervencionismo e o planejamento. Retrato dessa tendência é a criação, no BNDE, pólo dessa ação, de um Departamento Econômico encarregado de centralizar as funções de pesquisa e de estudos da política monetária e fiscal, do balanço de pagamentos e da renda nacional. O mesmo BNDE, pela voz de seus técnicos, já afirmava, para o Brasil, a necessidade de “adoção de uma política ativa de desenvolvimento, através da **programação de economia**” (ressalvo o grifo).

Por outro lado, o Programa de Metas, ao contrário das tentativas anteriores, não se constituía, perante o povo, em mais uma elucubração de técnicos, sem qualquer comprometimento com a realidade nacional. O Programa fora o principal tema do candidato Juscelino, de sorte que, discutido em praça pública, teve o início de sua implantação no primeiro dia da administração Kubitschek, com a instituição do Conselho de Desenvolvimento e a força de uma vontade referendada por toda a Nação. No governo, o Programa é comandado pelo próprio Presidente.

Criado a 1º de fevereiro de 1956, o Conselho de Desenvolvimento representa a concretização da idéia esboçada por Getúlio Vargas em 1952, quando intentou instituir o Conselho de Planejamento e Coordenação.

Na mensagem ao Congresso Nacional, o Presidente Kubitschek justifica sua pronta instrução: “passo inicial para a Reforma Administrativa, a criação do Conselho de Desenvolvimento constitui a solução, que se exige de imediato, para o problema de coordenação superior, de caráter interministerial”. (40) *Foram-lhe cometidas as seguintes atribuições:*

- “a) estudar as medidas necessárias à coordenação da política econômica do País, particularmente no tocante ao seu desenvolvimento econômico;
- b) elaborar planos e programas que visassem a aumentar a eficiência das atividades governamentais, bem como a fomentar a iniciativa privada;
- c) analisar relatórios e estatísticas relativos à evolução dos diferentes setores da economia do País, com o propósito de integrá-los na formação da produção nacional;
- d) estudar e preparar anteprojetos de leis, decretos ou atos administrativos julgados necessários à consecução dos objetivos supramencionados;
- e) acompanhar e assistir a implementação, pelos Ministérios e bancos oficiais competentes, de medidas e providências concretas cuja adoção houvesse recomendado.” (41)

Plano de Desenvolvimento Econômico, resultante, é de orientação nitidamente cepaliana, ao aceitar o pressuposto de que a conjuntura econômica dos países subdesenvolvidos é caracterizada por um desequilíbrio estrutural. Essa análise produziu uma alternativa, adotada pelo plano, qual seja a

“intervenção indireta do Estado na economia nacional, com o objetivo de diminuir a taxa de erro na estrutura de preços, tendo em vista aumentar dentro dos limites do possível, nas condições existentes, o bem-estar político, social e econômico”. (42) Esse caráter normativo da intervenção, da maior compatibilidade com os regimes liberais, cede lugar à alternativa imperativa, quando o Estado já admite substituir a iniciativa privada. O Conselho de Desenvolvimento indica a segunda alternativa: “substituição, pela decisão governamental, das indicações de intervir, dadas pela estrutura de preços, o que significa a substituição dessa estrutura por outra determinada pelo Estado. O Estado poderia intervir em esfera de ação mais ou menos dilatada, suplementando ou suplantando o papel que nas economias liberais cabe à iniciativa e ao capital privados.” (43)

No mesmo documento, o Conselho assinala o caráter indicativo do planejamento adotado: “Ditada pela estrutura histórica, política e social do Brasil, a programação do desenvolvimento da economia brasileira deve fazer-se de modo que o Estado, ao levar avante a tarefa de adaptar o sistema de preços à consecução do objetivo de melhoria do bem-estar da comunidade, assim proceda pelos instrumentos de que dispõe, que são fiscais, tarifários, monetários, creditícios, financeiros e gerenciais, para criar o ambiente propício à evolução e desenvolvimento da iniciativa privada, capacitando-a a atingir certas metas ou objetivos de produção sem que sua atividade seja especificamente regulada ou de antemão prescrita pelo Estado.” (44)

Desse texto se infere o caráter do planejamento estatal como sujeito à decisão de subordinar o desenvolvimento nacional ao fortalecimento da iniciativa privada, cabendo ao Estado, por meio dos mecanismos de que dispõe, fortalecer essa iniciativa ou criar condições para o seu fortalecimento, ou suplementar sua atividade.

As diretrizes do Plano de Desenvolvimento Econômico são estabelecidas pelo Presidente Kubitschek em sua primeira mensagem ao Congresso Nacional. Nesse documento, 15 de março de 1956, o Presidente fixa mais uma vez o caráter supletivo da intervenção estatal: “Na impossibilidade de atribuir-se, no momento, à livre empresa a responsabilidade de todos os investimentos essenciais ao fortalecimento de nossa capacidade de produção, deve o Governo cumprir a missão de investidor supletivo. Deve fazê-lo, todavia, com equilíbrio e critério, restringindo-se à eliminação dos pontos de estrangulamento da atividade econômica e, em alguns casos, à missão de pioneiro na introdução de novas técnicas e novas indústrias pouco atraentes para os capitais privados.” (45)

O plano de ação governamental era constituído de cinco setores — energia, transporte, agricultura e alimentação, indústrias de base e educação — e 30 metas governamentais. (46)

A fase atual do planejamento governamental — na qual é intentado o enfoque nacional e a coordenação racional de todos os esforços associada ao controle centralizado de todos os recursos, com a ação continuada substituindo a ação episódica — só começa a ter curso entre nós com o Programa de Metas, efetivamente o primeiro plano governamental de âmbito federal

elaborado em bases científicas. Pouco antes, em 1952, a Lei n. 1.628 criara o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico. Com essa medida, dava o Governo Federal os primeiros passos visando à efetivação de uma política fundada no planejamento econômico global. Ao BNDE incumbia não apenas a disciplinação dos recursos, mas a racionalização dos esforços com o objetivo de chegar à administração científica de nosso desenvolvimento.

Até então, tivemos alguns esboços e tentativas, ainda empíricos, representados pelo Plano de Obras e Equipamentos (POE), o Plano Geral de Viação Nacional (1946), simples atualização do Plano de 1934, e por fim o Plano SALTE, 1950—1954, que representava, à época, a maior concentração de recursos postos à disposição de uma política governamental.

Ao fim do Programa de Metas que simbolizava o Governo Kubitscheck, e depois do abandono a que foi relegado o Conselho de Desenvolvimento que com ele se identificava e se confundia, não ocorreu imediatamente, no Governo Jânio Quadros, a implantação de um novo programa. Empossado a 31 de janeiro de 1961, o Presidente Quadros criaria, em 5 de agosto de 1961, menos de um mês antes de sua renúncia, a Comissão Nacional de Planejamento.

O planejamento governamental, ressaltados os programas apresentados ao Congresso pelos diversos gabinetes da fase parlamentarista, é retomado pelo período presidencialista do Governo João Goulart. Em 31 de dezembro de 1962, apenas uma semana antes do plebiscito que restituiria o País ao presidencialismo, e quando essa manifestação da Nação estava assegurada, surge o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, ou simplesmente Plano Trienal, que realisticamente se cingia ao mandato do Presidente. Este Plano pode ser resumido nos seguintes objetivos políticos fundamentais:

- a) oferecer aos investidores e credores internacionais segurança sobre as políticas interna e externa a serem cumpridas;
- b) assegurar internamente a certeza de um governo moderado;
- c) tentar resolver os problemas críticos da economia brasileira através do que se denominou **desenvolvimento com estabilidade**, expressão que responde a situações políticas da época.

Ainda no Governo João Goulart, mas no período parlamentarista, registramos uma das decisões mais importantes para a moderna administração brasileira. Trata-se do Decreto nº 1.422, de 27 de setembro de 1961, que criou o posto de Ministro Extraordinário para o Planejamento, ocupado pelo economista Celso Furtado. Esse Ministério seria, no governo Castello Branco, incorporado ao gabinete e, a partir daí, se constituiria no centro de toda a ação governamental, tanto no plano federal quanto no estadual, neste por meio das secretarias estaduais de planejamento.

6. O Estado que se sucede a 1964

A partir de 1964, a política econômica brasileira caracteriza-se, tanto, pelo fortalecimento do setor público quanto pelo estímulo à participação

estrangeira, de que resultam, conseqüentemente, restrições ao desenvolvimento do capital privado nacional. Se a primeira característica não importa opção política, resultado que foi de um processo desencadeado há algumas décadas, (47) o favorecimento às inversões estrangeiras reflete decisão político-ideológica adotada desde os primeiros momentos da gestão Campos e até aqui mantida inalterada em suas linhas mestras e principais resultados. Manteve o Estado brasileiro o encargo dos investimentos de infra-estrutura e serviços públicos destinados a criar condições à atuação das empresas estrangeiras (ou seus investimentos) em atividades mais rendosas, de menor risco e mais rápida amortização. (48) Teoricamente, essa política deveria, também, facilitar a ação do capital aborígine ao ocupar-se tão-somente dos setores que requeriam investimentos de grande porte e indivisíveis — investimentos, portanto, que não poderiam exercer qualquer atrativo ao incipiente capital nacional. Vale dizer, o Estado se propunha a socializar os riscos dos investimentos para privatizar seus resultados. Ocorre, porém, que se tornava igualmente inevitável o confronto, sempre desvantajoso, do capital privado nacional com a empresa estrangeira e multinacional, confronto ao qual comparecia desarmado e despreparado, sem contar, inclusive, com a proteção estatal, exceção feita aos mecanismos das barreiras alfandegárias. Por outro lado, ao fomentar as exportações, ao transformá-las quase num objetivo da vida nacional, o governo inevitavelmente privilegiava o capital estrangeiro, seja expondo o produto nacional à concorrência internacional, seja favorecendo a ação das multinacionais, seja propiciando, com as exportações, sérias distorções da política de produção de que é exemplo e principal conseqüência a crise do consumo interno, agravada no segundo semestre de 1973 e primeiro de 1974.

A exacerbação das exportações reatualizou o fornecimento de matérias-primas e produtos não-acabados em troca da importação de manufaturados. A crise mundial de matérias-primas — pretexto para a retomada brasileira de sua exportação — determinaria, inevitavelmente, a crise do fornecimento de produtos. O controle das exportações, exercido pelas **trading company**, determinaria uma política de privilégio de fornecimento, favorecendo, evidentemente, os países industrializados, sede dessas companhias. Chegamos, por exemplo, ao paroxismo de exportar celulose (destinada ao fabrico de papel) e importar não só papel, mas até serviços gráficos (da Argentina, Espanha, Japão entre outros), em vista da crise nacional da produção de papel (resultante da falta de celulose), num momento em que a capacidade instalada do parque gráfico brasileiro apresentava o maior índice de ociosidade de sua história recente. A exportação de minério de ferro teve resposta na escassez do aço paralisando a indústria nacional; o outro lado da exportação do algodão em pluma foi a ausência de fio para alimentar a indústria têxtil; a exportação de carne culminou com sua falta para o consumo interno.

A formação dos conglomerados, outra face da mesma política, visa, em síntese, a fomentar a grande empresa; outra vez se vê prejudicada a economia privada nacional, forçada a uma disputa com as multinacionais, cuja rede internacional de comercialização, disponibilidade de capital e recursos técnicos tornam insana toda e qualquer veleidade de concorrência. A em-

presa nacional é, hoje, uma empresa de nível médio, vale dizer, às voltas com problemas de recursos financeiros, produtividade, rentabilidade e comercialização. As grandes empresas — quando essas questões não mais se oferecem — ou são públicas ou são estrangeiras.

Entre as 10 maiores empresas nacionais em 1972, segundo a classificação da Fundação Getúlio Vargas, (49) não se inclui uma só de capital privado nacional.

Em 1968, oito pertenciam ao setor público e duas a capital estrangeiro; em 1969 a composição era a mesma, oito públicas para duas estrangeiras; em 1970, o quadro era de sete públicas e três estrangeiras; em 1971, oito públicas e duas estrangeiras; e, por fim, em 1972, sete públicas contra três estrangeiras.

Estendendo o quadro da análise para as 40 maiores empresas brasileiras, segundo a mesma classificação, teremos:

Em 1970, 16 das 40 maiores empresas pertencem ao setor público, 19 são de capital estrangeiro e apenas cinco pertencem a capital privado nacional. A primeira de todas vem do setor público, a PETROBRÁS, com um patrimônio líquido de Cr\$ 3.661.142.000,00, seguida da Centrais Elétricas de São Paulo, também do setor público, e ostentando, à época, um patrimônio líquido de Cr\$ 2.579.740.000,00. A primeira empresa de capital privado nacional é um grupo de empresas, S.A. Indústrias Reunidas F. Matarazzo que, com um patrimônio líquido de Cr\$ 759.353.000,00, se coloca em 19º lugar. A empresa de capital privado nacional imediata é Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (patrimônio líquido de Cr\$ 274.666.000,00), empreiteira, e, portanto, dependente das encomendas do setor público. A participação do capital privado nacional só volta a figurar, no 27º lugar, com a Refinaria e Exportação de Petróleo União (patrimônio líquido de Cr\$ 243.000.000,00) cuja produção é controlada por limites estabelecidos pelo Conselho Nacional de Petróleo, dentro da política de restrições à iniciativa privada no refino do óleo bruto. À época, a composição acionária dessa empresa era a seguinte: 35%, setor público (Petrobrás); 35%, capital privado nacional (grupo Capuava); e 30%, capital estrangeiro (Philips Petroleum). Em setembro de 1973, a empresa passaria para o setor público com a aquisição, pela Petrobrás, das ações do grupo Capuava. A Petrobrás passa a figurar, assim, com duas subsidiárias dentre as 40 maiores (Refinaria União e Petroquisa, esta em 33º lugar, com um patrimônio líquido de Cr\$ 290.922.000,00). Segue-se a Cia. Suzano de Papel e Celulose, no 31º lugar (patrimônio líquido de Cr\$ 170.161.000,00) e, por fim, em 34º lugar, a última entre as 40, o grupo S.A. Indústrias Votorantin, com um patrimônio líquido de Cr\$ 530.960.000,00. Dessas cinco empresas apenas a Refinaria União tem sede fora de São Paulo. Enquanto isso, a primeira estrangeira, a terceira na ordem das 40, a Light Serviços de Eletricidade, apresenta um patrimônio líquido de Cr\$ 4.887.816.000,00.

Em 1971, 18 empresas pertencem ao setor público, 15 são estrangeiras e sete podem ser consideradas de capital privado nacional, nesse número incluindo-se a ICOMI, Indústria e Comércio de Minério S.A., uma associada (49% das ações) do grupo americano Bethlehem Steel Corp. Não há altera-

ção entre as três primeiras que continuam, na ordem, Petrobrás (patrimônio líquido de Cr\$ 7.212.204.000,00), CESP, Centrais Elétricas de São Paulo (patrimônio líquido de Cr\$ 6.780.202.000,00) e Light Serviços de Eletricidade S.A. (patrimônio líquido de Cr\$ 3.786.971.000,00), seguida de outra estrangeira, a Volkswagen do Brasil S.A. (patrimônio líquido de Cr\$ 1.407.400.000,00). A primeira empresa de capital privado nacional é, agora, Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (patrimônio líquido de Cr\$ 611.938.000,00), ocupando o 14º lugar, seguindo-se-lhe, em 22º lugar, a ICOMI, Indústria e Comércio de Minério S.A. (patrimônio líquido de Cr\$ 314.076.000,00), e, em 29º lugar, o grupo Votorantin (S.A. Indústrias Votorantin, com um patrimônio líquido de Cr\$ 599.969.000,00). Em 32º lugar figura uma empreiteira, DERSA, Desenvolvimento Rodoviário S.A. (patrimônio líquido de Cr\$ 314.076.000,00) e em seguida a VARIG S.A. — Viação Aérea Riograndense (patrimônio líquido de Cr\$ 273.009.000,00), empresa que depende diretamente de subsídios do setor público. Em 34º lugar surge outra firma empreiteira, portanto, como as demais do ramo, dependente do setor público, a Construtora Mendes Júnior S.A. (patrimônio líquido de Cr\$ 235.449.000,00), e em 35º lugar, a última dentre as 40, o Grupo Matarazzo, S.A. Indústrias Reunidas F. Matarazzo, com um patrimônio líquido de Cr\$ 1.041.149.000,00. Dessas sete empresas, quatro têm sede em São Paulo, uma no Rio Grande do Sul, uma no Rio de Janeiro e uma em Belo Horizonte.

Já em 1972, o total das 40 maiores era formado por 20 empresas pertencentes ao setor público, 15 empresas estrangeiras e apenas cinco empresas de capital privado nacional. A primeira do setor público e primeira dentre as 40 permanece a Petrobrás (patrimônio líquido agora de Cr\$ 9.425.600.000,00), seguida da CESP, Centrais Elétricas de São Paulo, também pertencente ao setor público (patrimônio líquido de Cr\$ 9.580.300.000,00), e em terceiro lugar, a primeira estrangeira, a Light Serviços de Eletricidade S.A. (patrimônio líquido de Cr\$ 4.968.600.000,00). A primeira empresa de capital privado nacional continua sendo Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (patrimônio líquido de Cr\$ 689.400.000,00), agora em 19º lugar, seguida da Cia. Cervejaria Brahma (patrimônio líquido de Cr\$ 600.100.000,00), em 25º lugar, e da VARIG S.A. (patrimônio líquido de Cr\$ 443.100.000,00, em 26º lugar. A quarta é o grupo S.A. Indústrias Votorantin (patrimônio líquido de Cr\$ 696.900.000,00), em 34º lugar, e a última é a Siderúrgica Riograndense S.A. (patrimônio líquido de Cr\$ 287.400.000,00), que ocupa o 36º lugar. Destas cinco empresas, três têm sede em São Paulo, uma no Rio de Janeiro, a Brahma, e uma em Porto Alegre, a VARIG.

Uma análise das 50 maiores empresas brasileiras em 1972, segundo a classificação da Fundação Getúlio Vargas, ⁽⁶⁰⁾ associada às informações disponíveis relativas ao controle acionário de cada uma, ⁽⁶¹⁾ revela:

1 — Petróleo Brasileiro S.A. (setor público)

A Petrobrás é a 67ª empresa maior do mundo, segundo a revista **Fortune**. Possui várias subsidiárias como a Petroquisa, a Petrominas S.A., a Petrobrás Distribuidora e a Braspetro, esta destinada às suas operações internacionais, já associada a empresas de petróleo do Iraque, Colômbia, Bo-

livia, Madagascar, Egito e Argélia. Com a Capuava, sobe a sete o número de refinarias da Petrobrás, o que corresponde a 98% do refino brasileiro. Aham-se em construção mais três e estão sendo ampliadas as já existentes.

Além dessas empresas, a PETROBRÁS — associada a capitais privados nacionais ou estrangeiros — participa ou possui o controle acionário de:

- Petrocoque S.A. Indústria e Comércio (São Paulo), onde é acionista majoritário, com 35%. Ao seu lado estão o grupo Universal (brasileiro) com 24,9%, o grupo Alcon Alumínio (americano) com 25,1%, e o grupo Votorantin (brasileiro) com 15%.
- Poliolifinas S.A. Indústria e Comércio (São Paulo), onde, por intermédio da Petrobrás Química S.A. (PETROQUISA), participa com 28% das ações, ao lado da National Distillers do Brasil Ltda. (do grupo americano National Distillers & Chemical Corporation) que detém igualmente 28%, do grupo privado nacional Uniper com 24%, e da multinacional Internacional Finance Corporation.
- Petroquímica União (São Paulo) onde detém o controle acionário com 50%, ao lado do grupo brasileiro Moreira Salles (25%), do grupo americano-holandês Ultra/Philips Petroleun (15%) e da multinacional Internacional Finance Corporation (10%).
- Nitriflex S.A. Indústria e Comércio (São Paulo), da qual, por intermédio da PETROQUISA, tem o controle acionário absoluto (79,4%) e é associada do grupo americano Cia. Goodyear do Brasil (São Paulo), que detém 20% das ações.
- Isocianatos do Brasil Ltda. (Salvador, BA), onde é associada do grupo americano Du Pont do Brasil S.A., cada qual com 40% das ações. Os restantes 20% pertencem à Petroquímica da Bahia, do grupo brasileiro Banco da Bahia.
- Nitrocarbono Ltda. (São Paulo), onde a PETROQUISA detém 26,6%, a Petroquímica da Bahia (grupo Banco da Bahia) igualmente com 26,6% e ainda com 26,6% a Copea — Petroquímica de Amidos Ltda., do grupo Celso Rocha Miranda (brasileiro) e o grupo estrangeiro Staatsmisvendsm.
- Ciquine Companhia Petroquímica (Camaçari, BA) onde detém, através da PETROQUISA, 30% das ações, ao lado do grupo privado nacional Camargo Corrêa (30%), do grupo estrangeiro Mitsubishi Chemical Industries (japonês) que, a sua vez, associado aos grupos Mitsubishi Heovy Inds. e Misho Iwai, detém 30%. (Por seu turno, a Ciquine Companhia Petroquímica controla acionariamente a Ciquine Companhia de Indústrias Químicas do Nordeste (Camaçari, BA), ao lado da Steel Brasil S.A. e da multinacional Adela Investment Co.)
- Cia. Pneus Tropical (Feira de Santana, BA), associada ao Grupo F. Macedo (nacional), com apoio financeiro da SUDENE, BNDE e DESENBANCO.

2 — Centrais Elétricas de São Paulo (setor público).

3 — **Light — Serviços de Eletricidade S.A.** (grupo canadense).

Pertence ao Grupo Brascan Ltd., de Toronto, Canadá (ex-Brazilian Light & Power Co. Ltd.). Instalou-se no Brasil em 1866 quando praticamente passou a controlar os serviços de luz, força, telefone e gás das principais cidades brasileiras, por intermédio das seguintes subsidiárias: Brazilian Electric Power Co. Rio; Rio de Janeiro Transway Light & Power Co. Ltd.; Societé Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro (em 1969 foi adquirida pelo Estado da Guanabara, transformando-se na Companhia Estadual de Gás); São Paulo Electric Co. Ltd.; São Paulo Gás Co. (expropriada pela municipalidade paulista em 1967); Rio Grandense Light & Power Syndicate Ltd. e Telephone Co. of Pernambuco Ltd.

Em 1966 o grupo vendeu ao governo federal por Cr\$ 96.300.000 os seus interesses em companhias telefônicas (Cia. Telefônica Brasileira), comprometendo-se a reinvestir no País a importância de Cr\$ 65.000.000, com a qual o grupo adquiriu o controle acionário de um sem-número de empresas nacionais. Para gerir esses reinvestimentos, o Grupo formou três grandes holdings — Banco Brascan de Investimento S.A., Empresa Técnica de Organização e Participação S.A. (ETOP) e Organização e Empreendimentos Gerais S.A.

Além das empresas já mencionadas e da Light — Serviços de Eletricidade S.A., integram o grupo, no Brasil:

Banco de Investimentos do Brasil S.A. (Rio de Janeiro), Aracruz Florestal S.A. (Rio de Janeiro), Artex S.A. Fábrica de Artefatos Têxteis (Blumenau, SC), Bela Agrícola e Industrial S.A. (Rio de Janeiro), Indústrias Alimentícias Carlos de Brito S.A. — Fábrica "Peixe" (Recife), Itacobe Minérios Ltda. (Rio de Janeiro, GB), Itajubá Minérios Ltda. (Rio de Janeiro, GB), Itanembe Minérios Ltda. (Rio de Janeiro, GB), Itaolim Minérios Ltda. (Rio de Janeiro, GB), Itajica Minérios Ltda. (Rio de Janeiro, GB), Brasnac Participações e Investimentos Ltda. (Rio de Janeiro, GB), Locadora Brascan S.A. — Locabrás (Rio de Janeiro, GB), Ouro Branco S.A. (Belo Horizonte, MG), Brasnac Corretora de Seguros Ltda. (Rio de Janeiro, GB), Diproc Exportação e Importação Ltda. (Rio de Janeiro, GB), Brascan Nordeste Sociedade Civil de Desenvolvimento e Pesquisas (Recife, PE), Parati Empreendimentos de Desenvolvimento e Melhoramentos Sociedade Civil Ltda. (Rio de Janeiro, GB), Sasa Administração e Participações Ltda. (São Paulo), Swift Armour S.A. Indústria e Comércio (São Paulo), que por seu turno controla a Swift Exportadora (São Paulo), Cervejarias Reunidas Skol-Caracu S.A. (Rio de Janeiro, GB), Empresa Industrial Garcia S.A. (Blumenau, SC), que, por sua vez, participa da Tecanor S.A. — Têxtil Catarinense do Nordeste (Paulista, PE) e do Centro Eletrônico da Indústria Têxtil Ltda. (Blumenau, SC), Gávea Imobiliária Turismo S.A. (Rio de Janeiro, GB), Engex S.A. Equipamentos Especializados (Salvador, BA), Komatsu — FNV Máquinas e Equipamentos S.A. (São Paulo), em associação com a Komatsu Mfg. Co. (Tóquio), Transportadora e Comercial FNV Ltda. (Cruzeiro, SP) e Promisa — Mineração e Prospecções Minerais S.A. (Rio de Janeiro, GB), que, por sua vez, participa da CAMI — Companhia Amazonense de Minérios (Manaus, AM), Brink's S.A. Transpor-

tes de Valores (São Paulo), Celanese do Brasil Fibras Químicas Ltda. (São Bernardo do Campo, SP), que participa, por sua vez, da Tecanor S.A. — Têxtil Catarinense do Nordeste (Paulista, PE) e do Centro Eletrônico da Indústria Têxtil (Blumenau, SC), Eucatex S.A. Indústria e Comércio (Salto, SP), Farloc do Brasil S.A. Indústria e Comércio (Rio de Janeiro, GB), Fazendas Agrícolas Reunidas Ltda. (São Paulo), FNV — Fábrica Nacional de Vagões (São Paulo), Crefinan S.A. — Crédito, Financiamento e Investimentos (Rio de Janeiro, GB), e, com pequena participação, FNV — Equipamentos Industriais S.A. (Campinas, SP).

4 — Cia. Vale do Rio Doce (setor público).

Essa empresa controla, com 51% das ações, a Amazônia Mineração S.A. (Belém), onde é associada do grupo estrangeiro (americano) U.S. Steel Corporation que, por seu turno, associada à Cia. Meridional, detém os restantes 49%. Participa, ainda, ao lado do BNDE (57%) e da Nippon Usiminas (20%), do Controle da Usiminas, com 3%. Presentemente, estuda com a Japan-Brazil Pulp Resources Development Company, subsidiária brasileira do grupo japonês C. Itch, a formação de uma empresa associada, visando à fabricação e exportação de polpa de madeira.

5 — COSIPA — Companhia Siderúrgica Paulista (setor público).

6 — FURNAS — Centrais Elétricas (setor público).

7 — RFFSA — Rede Ferroviária Federal S.A. (setor público).

8 — EMBRATEL — Empresa Brasileira de Telecomunicações (setor público).

9 — Volkswagen do Brasil S.A. (grupo alemão).

Pertence ao grupo alemão Volkswagen A. G. de Wolfsburg, a segunda indústria automobilística da Europa (aparece imediatamente após a Fiat, Itália), quarto produtor mundial de automóveis e igualmente a quarta maior empresa mundial fora dos Estados Unidos. Participa, na Alemanha (República Federal), com 50% das ações da Deutsche Automobilgesellschaft mbH, Hannover. Entre seus maiores acionistas figuram o governo da Baixa Saxônia (20%), o governo federal alemão (16%) e a fundação Volkswagen (4%).

No Brasil, além da Volkswagen do Brasil Indústria e Comércio de Automóveis S.A. (São Bernardo do Campo, SP), integram o grupo: Vemag — Veículos e Máquinas Agrícolas (São Paulo), Distribuidora de Equipamentos para Lavoura Indústria de Transporte — E.L.T.T. Ltda (São Paulo), NSU Brasileira Indústria e Comércio de Veículos Motorizados (Rio de Janeiro), Financiadora Volkswagen S.A. (São Bernardo do Campo, SP), Transalme Sociedade de Representações, Administração e Organização Ltda. (São Bernardo do Campo, SP), DistriVolks S.A. — Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (São Paulo), VVD Volkswagen Corretagem de Seguros S.A. (São Paulo), Comercial e Representações Britânia Ltda (São Paulo), Brasilpart S.A. — Empreendimentos e Participações (São Paulo), Multival S.A. — Corretora de Valores (São Paulo), Compar — Companhia Paulista de Arren-

damentos (São Paulo) e Forjaria São Bernardo S.A. (São Bernardo, SP), também ligada aos grupos Flick e Hoesch.

10 — Pirelli S.A. Companhia Industrial Brasileira (grupo italiano).

A Pirelli brasileira pertence à Pirelli Spar (Milão), grupo italiano associado à Société Internationale Pirello (Brasileira, Suíça) e Inversiones Miraflores S.A. (Panamá). Na Itália é a quarta maior empresa, logo após a Montecatini-Edison, a Fiat e a ENI (companhia estatal). Possui subsidiárias na Espanha, no Reino Unido, na Grécia, na Suíça, na Bélgica, na França, na Dinamarca, na Suécia, na Alemanha, na Turquia, no Canadá, nos Estados Unidos, no México, no Peru, na Argentina e no Brasil. Em todo o mundo dedica-se à produção e comercialização de pneumáticos para veículos, fios e cabos metálicos.

Integram o grupo no Brasil as seguintes empresas:

Companhia Brasileira de Inversões, Participações e Comércio (São Paulo), Pirelli S.A. — Companhia Industrial Brasileira (São Paulo), Aginco — Agricultura Indústria e Comércio S.A. (São Paulo), Pirelli Norte S.A. — Indústria e Comércio (Recife, PE), Pirelli Sul — Companhia Industrial Sulriograndense (Sapucaia do Sul, RS), Sociedade Anônima de Materiais Elétricos "SAME" (São Paulo), Fiesmasa — Comércio e Indústria de Fios Es-maltados (São Paulo) e Comércio, Empreendimentos e Participações Muriaé Ltda (São Paulo).

11 — Companhia Souza Cruz Comércio e Indústria, ex-Cia de Cigarros Souza Cruz (grupo anglo-americano)

Pertence (com participação do grupo argentino Bunge-Born) à British-American Tobacco Ltd. (Londres), que resultou da associação da Imperial Tobacco Company (of Great Britain and Ireland) com a American Tobacco Company. Além do fumo, o grupo atua na produção de papel (Wiggins Teape & Co.), perfumes e cosméticos (Yardley and Co. Ltd.), refrigerantes, produtos congelados, sorvetes etc. Possui subsidiárias em toda a Europa Ocidental, em vários países africanos, no Vietnã, no Camboja, Indonésia, Austrália, Hong-Kong, Canadá, Estados Unidos, México, Nicarágua, Honduras, Costa Rica, El Salvador, Panamá, Jamaica, Colômbia, Trinidad, Venezuela, Guyana, Chile e Argentina.

No Brasil, além da Companhia de Cigarros Souza Cruz (Rio de Janeiro), integram o grupo:

Inducondor Corretagens de Seguros Ltd. (Rio de Janeiro), Agrobrasil S.A. Indústria de Alimentos (Rio de Janeiro, GB), Conservas Coroa S.A. Mercantil, Industrial e Agrícola (São Paulo) e Yardley of London Brasileira S.A. Indústria e Comércio (Rio de Janeiro), Companhia Palmares — Hotéis de Turismo (Rio de Janeiro, GB), em associação com Sheraton International Mc., do grupo International Telephone and Telegraph Company (Nova Iorque), Mdacondor Indústria de Fumos Ltda. (Rio de Janeiro, GB), Eldocar Corretagens de Seguros Ltda. (Rio de Janeiro, GB), Continental Empreendimentos Civis Ltda. (Rio de Janeiro, GB), Supermercados Peg-Pag (São Paulo),

IBCO — Companhia Nacional de Desenvolvimento (Rio de Janeiro, GB), Bentoy Comércio e Representações Ltda. (Rio de Janeiro, GB).

Participa, ainda, através da Souza Cruz, da Protecto S.A. Tintas e Vernizes (Fortaleza, CE), Campina Grande Industrial S.A. "Cande" (Campina Grande, PB), Cia. Alagoana de Rações Balanceadas "CARB" (Maceió, AL), Sunave S.A. Construções Navais e Pesca (João Pessoa, PB), e da Cervejarias Reunidas Skol-Caracu (Rio de Janeiro, GB) onde é associada dos grupos Brascan (Thoronto, Canadá), e Companhia Cervejaria Portuguesa (Portugal).

12 — Cia. Siderúrgica Nacional (setor público).

13 — Cia Telefônica Brasileira (setor público).

14 — Cemig — Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. (setor público).

15 — Chesf — Cia. Hidroelétrica do São Francisco (setor público).

16 — **Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira** (Luxemburgo).

Pertence ao ARBEB — Aciéries Réunies de Burbach-Eich-Dudelange (Luxemburgo), um dos maiores grupos metalúrgicos da Europa, com subsidiárias na França, Alemanha Ocidental, Áustria, Suíça, Reino Unido, Estados Unidos e Argentina. No Brasil, além da Belgo-Mineira, integram o grupo as seguintes empresas:

S. A. Mineração da Trindade (Belo Horizonte, MG), Companhia Agrícola e Florestal Santa Bárbara (Belo Horizonte, MG), Indústria de Arames Cleide S.A. (São Paulo), Telcon S.A. Indústria e Comércio (São Paulo), Companhia Industrial e Mercantil de Artefatos de Ferro "Cimap" (Osasco, SP), Artefatos de Aços S.A. Indústria e Comércio (Belo Horizonte, MG), Pohlig-Heckel do Brasil S.A. — Indústria e Comércio (Belo Horizonte, MG), Companhia Ferro Brasileira (Caeté, MG), Companhia Central de Administração e Participações (Rio de Janeiro, GB), Eletromar — Indústria Elétrica Brasileira S.A. (Rio de Janeiro, GB), esta também ligada à Westinghouse Electric Co. USA., Assistência Técnica de Equipamentos Rodoviários S.A. — Aster (Rio de Janeiro, GB) e Samarco Mineração S.A. (Belo Horizonte, MG), em associação com a Mercona Corporation (grupo americano).

17 — **Ford Brasil S.A. ex-Ford-Willys do Brasil S.A.** (grupo americano)

Pertence à Ford Motor Company (Michigan), segunda maior indústria automobilística dos Estados Unidos, uma das maiores do mundo, fabrica caminhões, tratores e equipamentos agrícolas, aparelhos de televisão, rádio etc., com subsidiárias na Irlanda, Reino Unido, Bélgica, Holanda, França, Alemanha Ocidental, Itália, Portugal, Dinamarca, Suécia, Finlândia, Japão, Austrália, Canadá, México, Venezuela, Colômbia, Peru, Chile, Argentina e Uruguai.

No Brasil, além da Ford Brasil S.A., ex-Ford-Willys, por seu turno sucessora da Willys Overland do Brasil S.A., integram o grupo as seguintes empresas:

Ford Products Co. (São Paulo), Ford Financiadora S.A. Crédito Financiamento e Investimentos (São Paulo), Irfa — Indústrias Reunidas de Ferro

e Aço S.A. (Rio de Janeiro, GB), Bongotti S.A. — Indústria e Comércio de Radiadores (São Paulo), São Francisco S.A. — Máquinas e Ferramentas (São Carlos, SP), Trans-Global Corretagem de Seguros Ltda. (São Paulo), Jaú Transportadora Aérea Ltda. (São Paulo), Ford Administração e Consórcios Ltda. (São Paulo), Provic Indústria e Comércio Ltda. (São Paulo), Sopei — Sociedade Paulista Exportadora e Importadora Ltda. (São Paulo), Sociedade Paulista de Aparelhos Domésticos "Spad" Ltda. (São Paulo), Ford Distribuidora de Títulos e Valores Ltda. (São Paulo), Comimp — Comercial e Importadora Ltda. (São Paulo), Cevig — Indústria e Comércio Ltda. (São Paulo), Junvi — Importadora e Exportadora Ltda. (São Paulo), Philco — Rádio e Televisão Ltda. (São Paulo) e Sociedade Eletrônica Brasileira Americana Ltda. (São Paulo). Participa, ainda, da Bendix Home Appliance do Brasil S.A. Indústria e Comércio (São José dos Campos, SP).

18 — Usiminas — Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. (setor público).

Essa empresa resulta da associação do Estado (12,7%, Governo Federal; 62%, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico; 2,8%, Cia. Vale do Rio Doce), com capital privado estrangeiro representado pelo grupo japonês Nippon Usiminas K.K., Consórcio formado pelos maiores produtores de ferro e aço liderados pela Nippon Steel Co. Ltd., detentor de 20,9% das ações. Controla ainda: Usiminas Mecânicas S.A. (Belo Horizonte, MG.) onde detém 40% das ações e o BNDE 33,6%. Os restantes das ações são divididas entre os grupos estrangeiros Ferrosteeel e Nippon Steel Co. Ltd., de Tóquio; Companhia Locadora de Armazéns Olarias (Rio de Janeiro, GB).

19 — Construções Comércio Camargo Corrêa S.A. (capital privado nacional).

Empresa nacional de capital privado, a primeira a figurar na lista das "500 Maiores". Trata-se, porém, de empreiteira de obras públicas, cujo faturamento, portanto, está diretamente vinculado às encomendas do setor público.

20 — Companhia Geral de Motores do Brasil (grupo americano).

Pertence à General Motors (Michigan), maior empresa do mundo e maior produtor mundial de automóveis; afora os Estados Unidos, possui fábricas e linhas de montagem em 17 países: Reino Unido, Bélgica, Holanda, Alemanha Ocidental (onde fabricam veículos da marca Opel), Itália, Espanha, Portugal, Dinamarca, Suécia, Noruega, Finlândia, Áustria, Suíça, Japão, Canadá, México e Argentina. No Japão, participa com 34% do controle da fábrica de automóveis Isuzu Motors. No Brasil, além da Companhia Geral de Motores do Brasil, o grupo possui:

Financiadora General Motors S.A. — Crédito, Financiamento e Investimento (São Caetano do Sul, SP) e Distribuidora General Motors S.A. Títulos e Valores Mobiliários (São Caetano do Sul, SP).

21 — Cia. Paulista de Força e Luz (setor público).

22 — **General Electric S.A.** (grupo americano).

Pertence à General Electric Company (Nova Iorque), maior fabricante mundial de aparelhos eletrodomésticos; fabrica ainda componentes industriais, bens duráveis, contratos para a indústria aeroespacial e de armamentos. Participa das empresas alemãs AEG-Telefunken e Osram e da firma japonesa Tokyo Shibaura Electric Co. Tem subsidiárias no Reino Unido, Irlanda, Bélgica, Holanda, França, Espanha, Portugal, Alemanha, Itália, Suíça, Canadá, México, Bermuda, Colômbia, Venezuela, Chile, Argentina e Uruguai.

No Brasil, além da General Electric S.A., o grupo possui as seguintes empresas:

General Electric do Nordeste S.A. Produtos Elétricos (Recife, PE), S.A.D.E. Sul-Americana de Eletrificação Sociedade Anônima (São Paulo), Banco Brasileiro de Investimentos Ipiranga S.A. (São Paulo), com a participação minoritária do Royal Bank of Canada Ltd. e do Bankamerica Corporation, Banco Comercial Ipiranga S.A. (Rio de Janeiro, GB), Cia. Ipiranga Corretora de Câmbio e Títulos (Rio de Janeiro, GB), Ipiranga S.A. Investimentos, Crédito e Financiamento (Rio de Janeiro, GB), Ingeco Exportação e Importação Ltda. (Rio de Janeiro, GB), Boa Vista Exportação e Importação Ltda. (Rio de Janeiro, GB), Importadora e Exportadora Rondônia Ltda. (Rio de Janeiro, GB), Importadora e Exportadora Brasiliense Ltda. (Rio de Janeiro, GB), e Sociedade Intercontinental de Compressores Herméticos — Sicom S.A. (São Carlos, SP).

23 — **Mercedes Benz do Brasil S.A.** (grupo alemão).

Pertence ao grupo Daimler-Benz A.G. (Stuttgart) que, na Mercedes Benz do Brasil S.A., é associado do grupo Deutsche Bank e do Brasfinanz Suíça. O grupo Daimler-Benz, fabricante de veículos automotores, possui subsidiárias na Suíça, Nova Zelândia, Austrália, Canadá, Estados Unidos e Argentina. No Brasil, além da Mercedes-Benz, possui as seguintes empresas:

Companhia Abastecedora de Minérios "Ciami" (São Paulo), Companhia Expresso Federal (Rio de Janeiro, GB), Companhia Industrial "Machina S. Paulo" (São Paulo), Motores Diesel Invema S.A. (São Bernardo do Campo, SP), Organização Tudauto S.A. (Rio de Janeiro, GB) e Sociedade Técnica de Fundições Gerais S.A. — Sofunge (São Paulo).

24 — Copel — Cia. Paranaense de Energia Elétrica (setor público).

25 — Cia. Cervejaria Brahma (capital privado nacional).

26 — **VARIG S.A.** — **Viação Aérea Rio-Grandense** (capital privado nacional).

Empresa subsidiada pela União e concessionária de serviço público.

27 — **Rhodia** — **Indústrias Químicas e Têxteis** (grupo francês).

A Rhodia brasileira pertence ao grupo francês Rhône — Poulenc S.A. (Paris) que atua na fabricação de produtos químicos em geral e de fibras sintéticas e artificiais, é o segundo conglomerado de empresas da França, figurando logo após à Renault, em volume de vendas. Integram o grupo, afora outras empresas de menor porte, a Produits Chimiques Péchiney-Saint Gobain S.A., grupo Progil S.A. Participa, minoritariamente, do controle acionário da Lautier Fils S.A. (Grasse) produtora de essências e produtos aromáticos. Possui subsidiárias no Reino Unido, na Alemanha, Suíça, Áustria, Bélgica, Itália, Holanda, Grécia, Dinamarca, Marrocos, Costa do Marfim, Hong-Kong, Irã, Paquistão, Canadá, Estados Unidos, México, Argentina, Uruguai.

No Brasil, além da Rhodia Industrial Químicas e Têxteis S.A. (Santo André, SP), o grupo possui ainda:

Valisère S.A. Fábrica de Artefatos de Tecidos Indesmalháveis (Santo André, SP), Participações e Indústria Químicas Ltda. (São Paulo), Instituto Veterinário Rhodia-Merieux S.A. (São Paulo), Comercial Têxtil Santo Antônio Ltda. (São Paulo), Filese Indústria Têxtil S.A. (São Paulo), Sociedade Comercial Rhodia Ltda. (Santo André, SP), Rhodosá — Indústrias Têxteis S.A. (São José dos Campos, SP), Rhodia — Petroquímica e Produtos Derivados S.A. (Santo André, SP), Rhodifá — Produtos Veterinários S.A. (Santo André, SP), Rhodia Nordeste S.A. Indústrias Têxteis e Químicas (Cabo, PE), Valisère do Nordeste S.A. — Têxtil e Confecções (Cabo, PE), Clorogil S.A. — Indústrias Químicas (São Paulo), Lautier Fils do Brasil S.A. (Rio de Janeiro, GB), Rhodiaco Indústrias Químicas S.A. (Santo André, SP), em associação com a Standard Oil Co. (Indiana) por intermédio da Amoro Chemical Corporation.

28 — Krupp Metalúrgica Campo Limpo S.A. (grupo alemão).

Pertence ao grupo siderúrgico alemão Friedrich Krupp GmbH (Essen), com subsidiárias na Suíça, Grécia, Bélgica, França, Libéria, Índia, África do Sul, Japão, Austrália, Holanda, Suécia, Reino Unido, Colômbia e Estados Unidos. É associado da multinacional Adela Investment Co., de Luxemburgo.

Além da Metalúrgica Campo Limpo (Jundiaí, SP), o grupo possui no Brasil:

Escritório Técnico Comercial Krupp Ltda. (Rio de Janeiro, GB), Parapanema S.A. Agrícola e Pecuária (Itapeva, SP), e Tungstít Metal Duro Indústria e Comércio Ltda. (Santo André, SP).

29 — Eletrosul, Centrais Elétricas do Sul do Brasil (setor público).

30 — Esso Brasileira de Petróleo S.A. (grupo americano).

Empresa do grupo Exxon Corporation, ex-Standard Oil (New Jersey), segmento petrolífero do grupo Rockefeller que possui, ainda, a Standard Oil de Califórnia e a Standard Oil de Indiana. É a maior firma de petróleo do mundo e, por certo, a de maior ramificação em todo o Ocidente. Controla 30% da Arabian American Oil e 12% da Iraq Petroleum (recentemente nacionalizada). Tem subsidiárias no Reino Unido, na Irlanda, em toda a

Europa Ocidental, no Canadá, nas Antilhas Holandesas, Colômbia, Venezuela e Argentina.

No Brasil, além da Esso Brasileira de Petróleo S.A., a Standard Oil Co. of New Jersey possui:

Comércio e Indústria Iretama S.A. (Rio de Janeiro, GB), Brasilmar Meridional de Navegação Ltda. (Rio de Janeiro, GB), Sociedade Técnica e Industrial de Lubrificantes Solutec S.A. (Rio de Janeiro, GB), Cobalub — Companhia Baiana de Lubrificantes (Salvador, BA), Tintas Ypiranga S.A. (Rio de Janeiro, GB), Gilbarco Interamericana — Participações, Indústria e Comércio Ltda. (São Paulo), Gilbarco do Brasil S.A. — Equipamentos (São Paulo) e Setenco Participações Indústria e Comércio Ltda. (São Paulo).

31 — CEEE — Companhia Estadual de Energia Elétrica do RGS (setor público).

32 — Cemat — Centrais Elétricas de Mato Grosso (setor público).

33 — **Alcan, Alumínio do Brasil S.A.** (grupo canadense).

A Alcan do Brasil pertence à Alcan Aluminium Ltd., de Montreal, Canadá, o maior fabricante e vendedor de alumínio do mundo.

Fora do Canadá possui usinas produzindo nos seguintes países: Noruega, Índia, Suécia, Espanha, Reino Unido, Austrália, Japão e Brasil. Controla 50% das ações da Aluminium Norf GmbH (Alemanha) e possui subsidiárias nos Estados Unidos, México, Venezuela, Colômbia, Uruguai e Brasil.

No Brasil, a Alcan Aluminium Ltd. possui ainda:

Albra Laminação de Alumínio Ltda. (São Paulo), Alcan Empreendimentos S.A. (São Paulo), Alcan Alumínio Ltda. (São Paulo), Alumínio do Brasil Nordeste S.A. (Salvador, BA), Alumínio Poços de Caldas S.A. (São Paulo), Mineração Itagua Ltda. (São Paulo), Mineração Rio do Norte S.A. (Belém, PA), Rio Preto Importação e Comércio Ltda. (São Paulo) e Petrocoque S.A. Indústria e Comércio (São Paulo) onde é associada da Petroquisa, do grupo Votorantin e do grupo Universal (brasileiros).

34 — E.A. Indústrias Votorantim (grupo privado nacional).

35 — Cia. de Navegação Loyde Brasileiro (setor público).

36 — Siderúrgica Riograndense S.A. (grupo nacional)

37 — **S.A. Philips do Brasil** (grupo estrangeiro de predominância holandesa).

A S.A. Philips do Brasil pertence ao grupo N.V. Philips Gloeilampenfabrieken (Eindhoven) Holanda, maior produtor europeu de equipamentos eletrônicos e elétricos, com subsidiárias em todo o mundo ocidental e acordos de cooperação com os grupos Siemens (Alemanha) e Matsushita (Japão). Cerca de 50% de seu capital está nas mãos de holandeses, o restante distribuído entre grupos suíços, americanos e franceses. Além de todos os

países da Europa Ocidental, possui subsidiárias no Marrocos, Nigéria, África do Sul, Turquia, Canadá, Estados Unidos, Peru, Porto Rico e Brasil e associações na Austrália, Índia, Tailândia, Manila e Japão.

No Brasil, além da S.A. Philips do Brasil, líder do grupo em nosso país, possui a N.V. Philips Gloeilampenfabrieken as seguintes empresas:

Companhia Brasileira de Discos Phonogran (Rio de Janeiro, GB), Edições Musicais Saturno Ltda. (Rio de Janeiro, GB), Pop Filmes Ltda. (Rio de Janeiro, GB), Ibrape — Indústria Brasileira de Produtos Eletrônicos e Elétricos S.A. (São Paulo), Germano Vieira Aparelhos Hospitalares Ltda. (Rio de Janeiro, GB), esta em associação com o grupo Siemens (Alemanha), Constanta Eletrotécnica S.A. (Ribeirão Preto, SP), Indústrias Brasileiras Reunidas Philips S.A. (São Paulo), Sociedade Anônima Philips do Brasil (São Paulo), Companhia de Planejamentos Técnicos "Intarco" (São Paulo), Escritórios de Seguros Industriais Inaska S.A. (São Paulo), Philips Eletrológica Máquinas e Serviços S.A. (São Paulo), Philips Duphar S.A. Produtos Químicos e Biológicos S.A. (Ribeirão Preto, SP), Philips Eletrônica do Nordeste S.A. (Recife, PE), Promo S.A. Serviços de Promoção (São Paulo), Walita S.A. Eletro Indústria (São Paulo), Philips Financiadora S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos (São Paulo), Aquarius Produções Artísticas Ltda. (Rio de Janeiro, GB), Zorra Edições Musicais Ltda. (Rio de Janeiro, GB), Zoom Edições Musicais Ltda. (Rio de Janeiro, GB), Edições Musicais Intersong Ltda., Ex-Edições Musicais Fonfon Ltda. (Rio de Janeiro, GB), Edições Musicais Helo Ltda. (Rio de Janeiro, GB), Etegil Editora Técnico — Gráfica Industrial Ltda. (S. Paulo) e Philips da Amazônia Ltda. (Manaus).

38 — S.A. Moinho Santista Indústrias Gerais (grupo argentino).

O Moinho Santista pertence ao grupo argentino Bunge-Born, com investimentos em trigo, óleos vegetais e comestíveis, indústria têxtil, indústria química pesada, mineração etc. Tem atuação em quase todos os países do mundo, mais notadamente na Europa Ocidental, em toda a América do Sul, Estados Unidos, México, Canadá, na Ásia e na África.

No Brasil, o grupo possui as seguintes empresas:

Companhia Brasileira de Armazéns Gerais (São Paulo), Fábrica de Tecidos Tatuapé S.A. (São Paulo), Moinho Fluminense S.A. (Rio de Janeiro, GB), Sanbra Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro S.A. (São Paulo), Sociedade Anônima Moinho Santista — Indústrias Gerais (São Paulo), Tintas Coral S.A. (Santo André, SP), Agência Marítima "Intermares" Ltda. (São Paulo), Brasilarroz Indústria e Comércio Ltda. (Porto Alegre, RS), Companhia Lubeca Comércio e Indústria de Produtos Agrícolas (São Paulo), Grandes Moinhos do Brasil S.A. Indústrias Gerais (Recife, PE), Jaraquá Companhia de Seguros Gerais (São Paulo), Moinhos Brasileiros S.A. — Mobra (Natal, RN), Fitela — Fios e Tecidos Ltda. (São Paulo), Moinho Fanucchi Companhia Brasileira de Moagem (Santo André, SP), Núcleo de Propaganda Ltda. (São Paulo), Proceda Serviços Administrativos S.C., Quimbrasil Química Industrial Brasileira S.A. (Santo André, SP), Santista Indústria Têxtil do Nordeste S.A. (Recife, PE), Sentinela Administração e Planejamento de Seguros Ltda. (São Paulo), Companhia de Cigarros Souza

Cruz (em associação com a British-American Tobacco Ltd., na qual esta é majoritária), Serrana S.A. de Mineração (Santo André, SP), Serrana Sociedade de Agenciamento e Navegação Ltda. (Santo André, SP), Sociedade Anônima Moinhos Riograndenses (Porto Alegre, RS), Sonabril Sociedade Nacional Fabril Ltda. (São Paulo), Táxi Aéreo Flamingo S.A. (São Paulo), Teone Moinhos do Brasil S.A. Comercial, Industrial, Agrícola (Cabedelo, PE), Tintas Coral do Nordeste S.A. (Recife, PE), Vera Cruz Companhia Brasileira de Seguros (São Paulo), Banco Francês e Brasileiro (São Paulo), este em associação com o grupo francês de Credit Lyonnais, Araxá Participações Sociedade Civil Ltda. (São Paulo), Serrana S.A. de Aviação Agrícola (São Paulo), Companhia Petroquímica de Amônia: Copetram (Salvador, BA), Natal Industrial S.A. (Natal, RN), Satélite Companhia de Seguros Gerais (Porto Alegre, RS), Fortaleza S.A. Indústrias Gerais (Fortaleza, CE) em associação com o grupo privado nacional J. Macedo, Araxá S.A. Fertilizantes e Produtos Químicos (Araxá, MG), Sociedade Nacional de Representações Ltda. (São Paulo).

39 — Petrobrás Distribuidora S.A. (subsidiária da Petrobrás S.A. (setor público).

40 — Refinaria e Exploração de Petróleo União S.A. (setor público).

41 — Cia. Goodyear do Brasil Produtos de Borracha (grupo americano).

A Goodyear do Brasil pertence à Goodyear Tire & Rubber Company (Ohio), maior produtor mundial de pneus, câmaras de ar e afins. Em sua linha de derivados de borracha produz, ainda, borracha sintética, resinas e adesivos, películas plásticas e pisos de vinil, possui 5 plantações de látex e 35 usinas fora dos Estados Unidos, além de subsidiárias no Reino Unido, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Alemanha Ocidental, Dinamarca, Suécia, França, Itália, Suíça, Portugal, Grécia, Turquia, Índia, Indonésia, Filipinas, Austrália, Canadá, Jamaica, México e, no Brasil, a Companhia Goodyear do Brasil Produtos de Borracha (São Paulo).

42 — Cia. Antártica Paulista Indústria Brasileira de Bebidas (capital privado nacional ligado à Adela Investment Company S.A. (Luxemburgo), companhia de investimentos multinacional). É ainda associada (**joint venture**) de Kirin Breweries Co. Ltd. (Tóquio), cervejaria (maior do Japão) do grupo Mitsubishi.

43 — Indústrias Eternit S.A., ex-Eternit do Brasil Cimento e Amianto S.A. (grupo belga).

A Eternit do Brasil pertence ao grupo Compagnie Financière Eternit (Bruxelas), com subsidiárias na Bélgica (Eternit S.A.), na Holanda e participações na Alemanha Ocidental e na Itália.

No Brasil, o grupo Eternit possui as seguintes empresas: Indústrias Eternit S.A., Asberit S.A. (Rio de Janeiro, GB), Civilit S.A. Estudos Técnicos, Administração e Participações (Rio de Janeiro, GB), Eternit do Brasil Cimento Amianto S.A. (São Paulo), Eternit Bahiana S.A. Indústria de Cimento Amianto (Salvador, BA), Eternit Nordestina S.A. (Fortaleza, CE),

Fademac — Fábrica de Materiais de Construção S. A. (São Paulo) e Sociedade Anônima Mineração de Amianto (São Paulo).

44 — São Paulo Alpargatas S. A. (grupo argentino).

A São Paulo Alpargatas pertence à Fábrica Argentina de Alpargatas S. A. I. C. (Buenos Aires) que, nessa empresa, é associada da multinacional Adela Investment Co. (Luxemburgo) e do First National City Bank & Trust Company.

No Brasil, além da São Paulo Alpargatas, o grupo possui ainda a Companhia Agrícola Fibrasil (Pilar do Sul, SP), Alpargatas Nordeste (Jaboatão, PE).

45 — Cia. Siderúrgica Mannesmann (grupo alemão).

A Mannesmann do Brasil pertence ao grupo siderúrgico alemão Mannesmann A. G. (Dusseldorf), que possui mais de 20 subsidiárias espalhadas pela Europa, Turquia, Estados Unidos, Canadá, Argentina e Brasil.

No Brasil, além da Cia. Siderúrgica Mannesmann (Belo Horizonte, MG), o grupo possui ainda as seguintes empresas:

Orcoma — Organização Comercial Mannesmann Ltda. (São Paulo), Siderúrgica São Caetano (São Paulo), Construções Tubulares Mannesmann S. A. (Santo André, SP), Mannesmann Irrigação S. A. (Santo André, SP), Mannesmann Mineração S. A. (Nova Lima, MG), Mineração Ibiratinga Ltda. (Nova Lima, MG), Mineração Serra do Curral Ltda. (Nova Lima, MG), Mannesmann Agro-Florestal Ltda. (Curvelo, MG), Administradora Técnica e Industrial Mannesmann Ltda. (São Paulo) e Rexroth Hidráulica Ltda. (São Paulo).

46 — Nestlé — Companhia Industrial e Comercial Brasileira de Produtos Alimentares (grupo suíço).

A Nestlé do Brasil pertence ao Grupo Nestlé (Vevey), Suíça, que opera em todo o mundo por intermédio de duas **holdings**, a Nestlé — Alimentana S. A. (Vevey) e a Unilac S. A. (Panamá-City), esta fundada para gerir os investimentos do grupo na América Latina e na Ásia.

É a maior empresa suíça embora apenas 3% do volume global de suas vendas sejam efetuadas no País o que lhe empresta inquestionável caráter internacional. O grupo atua na linha de alimentos, produzindo produtos culinários e congelados, produtos à base de leite, bebidas, doces e chocolates. Participam do grupo, por fusão, o grupo Ursina-Franck (por seu turno fusão da Ursina AG de Konolfingen, Suíça, com a Interfranck Holding Ag, de Zurique). Possui subsidiárias na França, Espanha, Alemanha Ocidental, Itália, Áustria, Dinamarca, Noruega, Reino Unido, Bélgica, Holanda, Suécia, Austrália, Argélia, Tunísia, Marrocos, Portugal, Estados Unidos, Venezuela, Nicarágua, Panamá, Trinidad e Brasil.

No Brasil, além da Companhia Industrial e Comercial Brasileira de Produtos Alimentares (São Paulo), o grupo Vevey-Panamá possui ainda:

Alimentos Supergelados S. A. (São Paulo), Socopal — Sociedade Comercial e de Participações Ltda. (São Paulo), Companhia Brasileira de Cho-

colates (São Paulo), Lucien Lelong S.A. (Rio de Janeiro, GB), Minalba Alimentos e Bebidas S.A. (São Paulo) e Companhia de Alimentos Chamtomap (São Paulo).

47 — CBPO — Companhia Brasileira de Projetos de Obras (capital privado nacional).

Trata-se de empreiteira de obras públicas, nessas condições dependente das encomendas do setor público.

48 — Massey Ferguson do Brasil S.A. Indústria e Comércio (grupo canadense).

A Massey Ferguson do Brasil pertence ao grupo Massey Ferguson Ltd. de Toronto (Canadá) do qual participam os grupos Varsity Plow Ltda. e Perkins Engines Ltd. de Peterborough, Reino Unido. É o maior produtor mundial de tratores e unidades combinadas, produzindo ainda equipamentos industriais, peças e acessórios. Possui fábricas nos Estados Unidos (?), no Canadá (6) e na Alemanha, Espanha, França, Itália, Reino Unido, África do Sul, Índia, Turquia, Japão, Austrália, Argentina e Brasil, num total de 22 fábricas.

No Brasil, além da Massey Ferguson do Brasil S.A. Indústria e Comércio (São Paulo), o grupo possui:

Mototrac — Máquinas e Motores Ltda. (São Paulo) e Motores Perkins S.A. (São Paulo). Participa, minoritariamente, da Campina Grande Industrial S.A. "Cande" (Campina Grande, PB).

49 — Ericsson do Brasil Comércio e Exportação S.A. (grupo sueco).

A Ericsson do Brasil pertence ao grupo sueco Telefonaktiebolaget L.M. Ericsson (Estocolmo) que, por seu turno, é ligado ao grupo ESKILDA Bank (Wallenberg). É um dos maiores produtores mundiais de equipamentos e instalações telefônicas. Suas atividades se estendem a todos os países da Europa Ocidental, Turquia, Marrocos, Austrália, Canadá, Estados Unidos, México, Panamá, Colômbia, Venezuela, Equador, Peru, Chile, Argentina, Uruguai e Brasil.

No Brasil, o grupo possui, além da Ericsson do Brasil, as seguintes empresas:

Telecomponentes Comércio e Indústria S.A. (São José dos Campos, SP), Companhia Riograndense de Telecomunicações (RS) na qual o Estado possui o controle, Sielte S.A. Instalações Elétricas e Telefônicas (São Paulo), Empresa Sul-Americana de Telefones (Rio de Janeiro, GB) e a Fios e Plásticos do Brasil S.A. (Rio de Janeiro, GB). Essa última empresa tem igualmente a participação do grupo americano The Anaconda Company.

50 — CELG — Centrais Elétricas de Goiás S.A. (setor público).

Tudo sugere que a política de substituição de importação sofreu um aditivo perigosíssimo: a substituição do capital nacional pelo investimento estrangeiro. (82)

A análise a esses dados só se completa se levarmos sempre em conta a "Matriz dos requisitos diretos e indiretos por unidade monetária de produção". (52-A) Essa Matriz foi elaborada com a finalidade de revelar quantos insumos um determinado setor deve receber de outro para que possa produzir um cruzeiro de bens e serviços. Mas, para os efeitos das discussões a que estamos procedendo, essa Matriz revelará ainda mais, se a estudarmos conhecendo o controle empresarial exercido, no Brasil, sobre os diversos setores produtores de insumos.

Uma primeira aproximação poderá ser obtida pela conjugação, mais uma vez, das informações fornecidas pela Fundação Getúlio Vargas (53) e por Jean Bernet. (54) A mesma publicação que indicou as 500 maiores empresas (sociedades anônimas) do Brasil, em 1972, selecionou as 10 maiores por ramo de atividades. Basta, agora, estender a pesquisa do controle acionário (setor público, capital privado estrangeiro e capital privado nacional) à classificação das 10 maiores, dentre as 500, por ramo de atividade. O domínio das fontes fornecedoras de insumos indicará por quem efetivamente é exercido o controle da economia brasileira.

Análise por ramo de atividade:

Material de transportes

O quadro das dez maiores empresas do ramo, participantes da Classificação da Fundação Getúlio Vargas, é composto de nove estrangeiras e apenas uma empresa nacional — a EMBRAER, Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. — pertencente ao setor público.

Borracha

Apenas quatro empresas integram o elenco das 500 maiores. Todas estrangeiras.

Mecânica

Das dez empresas, nove são estrangeiras e uma de capital privado nacional com participação da multinacional (55) International Finance Corporation (IFC), de Washington, Estados Unidos.

Extrativa mineral

O ramo está representado nas 500 maiores com cinco empresas, quatro estrangeiras e uma pertencente ao setor público.

Material elétrico e comunicações

Das dez maiores do ramo, todas são estrangeiras.

Metalurgia

Outro ramo em que a participação do capital privado nacional é insignificante. De um total de dez, quatro empresas pertencem ao setor público, quatro são estrangeiras, duas nacionais (capital privado), uma ligada à IFC,

e outra à Molybdenum Corp. (do grupo americano Sunasco Mc.), que detém 49,5% das ações.

Madeira

Apenas três empresas figuram entre as 500 maiores: duas estrangeiras e uma de capital privado nacional.

Química

Três pertencem ao setor público, a PETROBRÁS e suas subsidiárias — a PETROQUISA e a Refinaria e Exploração de Petróleo União S.A., quatro são estrangeiras, e três de capital privado nacional (representando, porém, apenas dois grupos econômicos) com participação estrangeira, sendo que uma delas foi absorvida pela PETROBRÁS e as duas outras se fundiram.

Perfumaria — sabões e similares

Apenas duas participam das 500 maiores, uma estrangeira, outra de capital privado nacional. Mas, enquanto a estrangeira, com um patrimônio líquido de Cr\$ 177.200.000,00 ocupa o 70º lugar entre as 500, a nacional, com um patrimônio líquido de Cr\$ 33.600.000,00, está em 410º lugar...

Couros — peles e similares

O ramo aparece com três empresas: duas estrangeiras e uma de capital privado nacional.

Produtos farmacêuticos e veterinários

Todas as dez empresas do ramo são estrangeiras.

Produtos alimentares

Das dez empresas oito são estrangeiras e duas de capital privado nacional.

Fumo

Do grupo das 500 só participa uma indústria do fumo (empresa estrangeira).

Vestuário — calçados e similares

Das seis que participam do quadro das 500 maiores, quatro são estrangeiras e duas de capital privado nacional.

Serviços industriais de utilidade pública

Das dez empresas, nove pertencem ao setor público. A única empresa privada é de capital estrangeiro.

Comercial varejista

Das dez maiores apenas uma é formada por capital privado nacional; duas pertencem ao setor público e as demais, sete, são estrangeiras.

Transporte rodoviário

As três empresas que representam o ramo são de capital privado predominantemente nacional. A maior delas figura entre as 500 maiores, no 358º lugar, com um patrimônio líquido de Cr\$ 58.100.000,00.

Transporte ferroviário

O ramo figura com duas empresas, ambas do setor público.

Transporte aéreo

As três da lista são empresas de capital privado nacional, mas subsidiadas pelo setor público, de que dependem (a maior delas só veio a registrar lucros a partir de 1971). Dessa lista não participa a VASP, empresa do Governo do Estado de São Paulo.

Comercial atacadista

Seis empresas: cinco de capital privado nacional, uma estrangeira.

Transporte marítimo

Quatro empresas: duas do setor público, as demais de capital privado nacional. A empresa pública ocupa o 35º lugar entre as 500 maiores (patrimônio líquido de Cr\$ 297.900.000,00), enquanto a maior das duas empresas privadas ocupa o 106º lugar, com um patrimônio de Cr\$ 132.300.000,00.

Comunicação — telefone

Nove empresas, todas pertencentes ao setor público.

Têxtil

Das dez empresas, cinco são nacionais (capital privado) e cinco estrangeiras. Das nacionais, duas são ligadas à multinacional Adela Investment Company S.A. (Luxemburgo).

Construção civil

Das dez empresas, nove são formadas por capitais prevalentemente nacionais, e uma é estrangeira. Como empreiteiras, todavia, todas dependem diretamente do setor público.

Serviços de alojamento e alimentação

Quatro empresas: duas estrangeiras e duas de capital privado nacional predominante.

Agrícola

Duas empresas, todas nacionais (capital privado).

Minerais não-metálicos

Daz dez empresas, cinco são estrangeiras (inclusive as três maiores) e cinco nacionais (capital privado).

Mobiliário

Do ramo apenas uma empresa figurou entre as 500 maiores (458º lugar). Capital privado nacional.

Celulose — papel e papelão

Das dez empresas, cinco são estrangeiras, uma está sob intervenção do setor público, as demais pertencem a capitais predominantemente nacionais, embora duas delas estejam associadas a capitais privados internacionais.

Produtos de materiais plásticos

Oito empresas: cinco estrangeiras, as demais controladas por capitais privados brasileiros.

Bebidas

Sete empresas: três estrangeiras, três nacionais e uma ligada a multinacionais.

Editorial e gráfica

Das nove empresas, três são estrangeiras, uma associada a capital estrangeiro e as demais formadas por capital predominantemente nacional.

Serviços comerciais

Dez empresas, sendo uma (a maior) estrangeira, uma pertencente ao setor público e as demais formadas por capital privado nacional.

Diversos

Oito empresas, sendo três estrangeiras e as demais de capital privado nacional.

7. O futuro imediato do Estado brasileiro

A partir da história recente do Estado brasileiro, fácil é projetar as linhas mestras de seu provável comportamento nos próximos anos. Mantidos os atuais determinantes, é seguro prever que o que foi certo até aqui assim permanecerá: um Estado crescentemente intervencionista e que lança mão, em doses cada vez maiores, dos instrumentos do controle governamental da economia do País. O Estado brasileiro manterá — e até aprofundará, nos próximos anos — o controle da economia privada, que se exerce, afóra mecanismos extra-econômicos, por intermédio do sistema fiscal, do Banco Central, dos bancos governamentais e de desenvolvimento, das autarquias

econômicas, das empresas produtivas de bens e serviços, do sistema de controle de preços (até por força da reação inflacionária, deve ser fortalecida a política de tabelamento e controle de preços exercida presentemente pelo CIP) e, por fim, o controle da política nacional.

Malgrado as declarações dos titulares da política econômica do País nos últimos 10 anos, a verdade é que vem crescendo, ano a ano, a relação despesas do governo e PNB. Assim, essa relação que em 1947 (logo após o término da II Guerra Mundial e quando era extraordinário, em todos os países, o esforço, e daí a intervenção estatal, de reconstrução) era de 17,1%, alcançou, em 1969, o elevado índice de 30%. Nada sugere que esse índice deixe de crescer. Ao contrário, a disciplina da economia exercida pelo governo, a influência sobre a distribuição da renda nacional tendem a aumentar, vez que o Estado (como tudo indica) continuará dispendo dos mesmos instrumentos de intervenção e de controle de que se vem utilizando até aqui. (66)

Para o exercício dessa política intervencionista, o Estado brasileiro dispõe dos seguintes instrumentos:

Banco Central — por intermédio do qual disciplina o crédito em todo o País, administra as políticas cambiais e controla toda a rede bancária privada, podendo, inclusive, exercer pressão e compressão sobre as atividades econômicas privadas, desde que é do seu exclusivo arbítrio recusar, sem ser questionado, o redesconto de títulos.

Bancos governamentais — Além da ação regulamentadora exercida pelo Banco Central, o Estado dispõe da participação direta nas operações bancárias, por meio de bancos comerciais e de investimentos, federais e estaduais. O Banco do Brasil, controlado pelo Estado, é não apenas o maior banco comercial do País: em 1972 seus depósitos somaram importância nove vezes maiores do que os depósitos do maior banco comercial privado. Os bancos governamentais, ainda em 1972, detinham 55% dos depósitos e 58% dos empréstimos. O governo controla ainda o Banco do Nordeste, o BNDE, o BNH, as Caixas Econômicas, federal e estaduais, bancos oficiais estaduais e regionais, num total de 15 bancos comerciais dos Estados e 11 bancos estaduais de desenvolvimento.

Mesmo o controle das fontes dos recursos, e daí da vida econômica privada, está nas mãos do Estado: 60% dos empréstimos do sistema financeiro ao setor privado vieram das instituições financeiras governamentais, o que transforma os bancos de investimentos privados em simples agências de repasse, ora de dinheiro do Estado, ora de moeda estrangeira.

Autarquias — política das autarquias, iniciada no primeiro governo Vargas, agora mantida, deverá crescer nos próximos anos. Atualmente, por intermédio dessas agências, o Estado controla diversos setores da economia, como o açúcar, o álcool, o mate, o pinho, o sal, o café, a colonização, a reforma agrária etc.

Intervenção direta — Como Estado intervencionista, o Brasil não se tem cingido à ação regulamentadora, mas, mediante a ação das empresas públicas, tem ação direta em inumeráveis setores da economia, prevalen-

temente de infra-estrutura, como mineração, siderurgia e indústria petroquímica; a eles não se limita, intervindo como intervém na indústria aeronáutica, na indústria de computadores, na indústria gráfica, seguros e nos serviços em geral. Hoje a ação empresarial do governo é predominante na indústria de energia elétrica, no aço, no minério de ferro, na exploração, refino e distribuição de petróleo, no transporte ferroviário, nas telecomunicações, no transporte marítimo, nas empresas de armazéns e silos, na indústria aeronáutica etc.

Controle de preços — Apesar de seu intervencionismo e do crescente prestígio do planejamento, a tendência dos próximos anos deverá ser a mesma dos dias atuais relativamente ao controle dos preços, isto é, a prevalência dos mecanismos de controle da venda ao consumidor, evitando a intervenção nos mecanismos da produção, embora pretenda agir de forma a atenuar os melos de mercado. Com o Conselho Interministerial de Preços, todavia, o Estado deu um passo à frente, prometendo abandonar o simples tabelamento dos preços (política consagrada pela SUNAB), a ação exclusiva sobre os preços a varejo: o CIP dispõe de instrumentos que lhe permitem o controle sobre custos e preços dos setores-chaves da economia. Aqui se conjugam os poderes do CIP com os instrumentos disponíveis por intermédio do Banco Central e do Banco do Brasil: "... se uma firma eleva os preços sem apresentar uma justificativa ao CIP ou se uma justificativa é apresentada porém não é aceita pelo CIP, e se os preços são assim mesmo aumentados, a firma se arrisca a ter cancelada sua linha de crédito com o Banco do Brasil e os demais bancos governamentais, além de que boa parte de seu crédito com os bancos privados pode ser reduzida, de vez que o Banco Central pode recusar o redesconto de seus títulos. Desse modo todas as firmas dos setores nos quais o CIP tem interesse devem obter permissão para elevar seus preços e devem justificar seu pedido apresentando informações sobre seus custos. Parece que até agora o CIP tem evitado criar distorções drásticas de preços na indústria (com exceção dos preços do aço no início dos anos 70) ao levar em conta informações sobre custos e ao estabelecer diretrizes para aumentos de preço compatíveis com taxas de rentabilidade razoáveis. Com esse processo o governo, através do CIP, tem acumulado um grande acervo de informações sobre as atividades do setor privado, aumentando dessa forma seu controle sobre o mesmo. ⁽⁵⁷⁾

Nenhum elemento autoriza admitir qualquer alteração substancial para os próximos anos. Diante das exigências da luta contra o subdesenvolvimento, do esforço pela industrialização, até aqui a norma tem sido conhecer apenas dois agentes de crescimento: capital estrangeiro e Estado. Isto ocorre desde 1930. O capital privado nacional ora é considerado impotente, ora sem imaginação. A partir de 1960 esse binômio foi mantido, sem nenhuma alteração, a não ser sua exacerbação. Cresceram perigosamente tanto as inversões estatais, quanto os investimentos estrangeiros, ⁽⁵⁸⁾ de sorte que a economia privada nacional foi relegada a um distante terceiro plano. O Estado interveio em quase todos os setores, mais notadamente naqueles que, embora não oferecendo a margem de lucro sempre perseguida pelo investimento privado, nacional ou estrangeiro, lhe assegurava o controle da economia nacional como um todo: serviços, atividades de infra-estrutura e produtoras de insumos industriais (forma de conduzir os investimentos

privados para os setores considerados prioritários do ponto de vista do Estado), e, por fim, o controle bancário, creditício, cambial e econômico de alguns setores (autarquias). De outra parte, o capital estrangeiro associou aos seus investimentos tanto a necessidade de altas margens de segurança e rentabilidade (indústria de transformação, comércio varejista, empresas financeiras, turismo etc.) quanto a produção de insumos (metalurgia, mecânica, mineração etc.) e comércio exterior, de forma a assegurar-se de certa dose de dependência da economia nacional. Esse duplo crescimento, mantido o ritmo atual, poderá antepor, amanhã, Estado *versus* capital estrangeiro, superando a oposição clássica entre capital nacional e investimentos estrangeiros. Esse possível conflito de interesses poderá redundar em várias alternativas, dentre as quais, desde logo devemos admitir: a) adoção de uma política de nacionalização ou de freio às inversões estrangeiras; b) associação do capital estrangeiro com as grandes corporações estatais; c) estruturação da economia brasileira num sistema de sociedades de economia mista, nas quais conviveriam o Estado, o empresariado nacional e os investimentos estrangeiros ou, d) choque irreconciliável de interesses, do qual resultaria ou um "capitalismo de Estado" ou uma tendência socializante.

A maior ou menor viabilidade de quaisquer dessas alternativas, construídas teoricamente, esbarra numa variável fora de qualquer controle — o componente político.

Uma política de nacionalização e disciplina dos investimentos estrangeiros, particularmente das remessas de lucros, não está, historicamente, fora de cogitação, sobretudo se a encararmos como o desdobramento de uma fase caracterizada economicamente por indisfarçável boa vontade para com os investimentos estrangeiros e multinacionais. Na medida em que à crescente ação do capital estrangeiro corresponde, *pari passu*, o crescimento das atividades estatais, ao ponto de estabelecer momentos de *frissão* (por exemplo a distribuição do petróleo), é justo admitir que a tendência do Estado será por uma política de proteção aos recursos próprios, seja expulsando o investimento estrangeiro com os instrumentos usuais do mercado (PETROBRAS *versus* companhias distribuidoras de derivados de petróleo), seja recorrendo a instrumentos de pressão legal, como desapropriações, expropriações e estabelecimento de monopólios.

De outra parte, o crescimento da ação estatal pode viabilizar, até, uma associação com os investimentos estrangeiros e multinacionais, à procura não só de lucros mas, igualmente, de segurança e, portanto, garantia de retorno. Não deve ser posta de lado a possibilidade de os investimentos estatais em grandes corporações domésticas, como a PETROBRAS e a Cia. Vale do Rio Doce, cujos investimentos não estão, necessariamente, eternamente vinculados às atividades originais das duas empresas. Essas empresas, para nos cingirmos às maiores e de maior importância internacional, já estão em alguns projetos associados a capitais estrangeiros e podem, a prazo médio, se transformarem em empresas multinacionais, sem perder de vista o controle estatal, que preservarão. Ao investidor estrangeiro nada mais seguro do que investir nessas empresas e, assim, participar de seu lucro certo, associando, num mesmo investimento, segurança e rentabilidade.

Não está fora de propósito, inclusive, que o crescimento interno das grandes companhias estatais fatalmente as transformará em empresas internacionais associadas a capital estrangeiro. A experiência com a Alfa Romeo na FNM, as experiências da BRASPETRO, a associação da SIDERBRAS (setor público) com a FINSIDER (grupo privado italiano) e a Kawasazi (grupo privado japonês), a experiência da Cosígua — Companhia Siderúrgica da Guanabara, associação de grupos privados nacionais (Siderúrgica Riograndense, grupo Gerdau, grupo Antunes), do setor público (Copeg-Rio) e de capital privado estrangeiro (August Thyssen Hütte Ag, Duisburg-Hampor, maior produtor alemão de ferro e aço que participa do controle acionário com 41,96%), as associações da Vale do Rio Doce e da Usiminas com inúmeros grupos estrangeiros em projetos comuns, as associações da PETROBRAS e da PETROQUISA, não devem constituir fatos isolados, mas indicadores seguros nesse sentido.

Para um Estado subdesenvolvido, às voltas com graves problemas de capital, talvez essa seja uma alternativa econômica que consiga aliar os interesses sociais às necessidades de rendimento dos capitais aplicados. O Estado como mau administrador é uma figura já do passado e cuja defesa não resiste ao desempenho contemporâneo da PETROBRAS, da Cia. Vale do Rio Doce, do Banco do Brasil, da Fábrica de Alcalis, da Cia. Siderúrgica Nacional etc. Por intermédio dessas empresas estaria garantida a sobrevivência não só do capital privado nacional, mas igualmente de seus titulares, os quais poderiam conviver com o capital estrangeiro e o estatal, e à sombra deste. Essa alternativa só se construiria na medida em que se colocasse o dilema dos interesses sociais ante a necessidade de recuperação dos investimentos, axioma do capitalismo. Essas companhias poderiam amoldar, numa mesma instituição, esses interesses antagônicos.

A impraticabilidade dessas alternativas, que só se tornariam viáveis com o decurso natural da evolução político-econômica do País, construiria a inevitabilidade do choque, opondo investimentos estrangeiros, capital privado nacional e Estado, vale dizer, interesses individuais e sociais. A primeira conseqüência que esse conflito sugere é a exacerbação da política intervencionista a qual terminaria impondo a fórmula esdrúxula do “capitalismo de Estado”, regime no qual, embora respeitadas as leis do mercado, o controle da economia estaria nas mãos do Estado. Essa solução parece mais consetânea com as características atuais da evolução política brasileira embora não esteja de todo anulada a possibilidade da adoção de uma política socializante, essa dependente de variáveis de política externa cuja análise é de todo inviável no momento.

8. A tendência do intervencionismo no mundo

A estatização da economia não é privilégio dos regimes socialistas, nem o intervencionismo política consagrada pelo mundo subdesenvolvido, apenas. Quadro elaborado pela OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico), relativo à participação das empresas controladas pelo Estado em 17 países, mostra a tendência estatizante da economia internacional; mesmo em muitos países industrializados do Ocidente verifica-se que a participação

do Estado nas empresas produtivas de bens e serviços está crescendo. Eis os dados da OCDE: ⁽⁵⁹⁾

Países	Investimentos	Mão-de-obra	Valor acrescido	Faturamento
Austria	35 %	13 %	14%	18%
França	33 %	12 %	13%	11%
Itália	30 %	11,5%	12%	10%
Reino Unido	29 %	12 %	10%	10%
Suécia	25 %	10,5%	12%	11%
Noruega	21,5%	6 %	9%	10%
Alemanha Ocidental	21 %	9 %	7%	9%
Irlanda	21 %	13 %	12%	9%
Países Baixos	20 %	8 %	10%	8%
Luxemburgo	17 %	5,5%	6%	4%
Bélgica	15 %	8 %	7%	7%
Finlândia	14 %	10 %	7%	6%
Dinamarca	12 %	5 %	6%	5%
Nova Zelândia	10 %	5 %	7%	5%
Canadá	10 %	5 %	6%	5%
Austrália	8 %	4 %	5%	5%
Estados Unidos	6 %	3 %	5%	3%

Não exigirá nenhum esforço de imaginação antecipar, a partir desse quadro, o caminho que a economia mundial percorrerá nos próximos 10 anos. Basta, por exemplo, completar os dados da OCDE fazendo incluir nele países como o Brasil, Peru, Chile, Argentina e México, os Estados emergentes da África e Ásia, as nações árabes, como o Egito, a Líbia e a Síria, o hoje extensíssimo mundo socialista e as nações em desenvolvimento de tendência socialista, de que a Argélia é um bom exemplo.

Mesmo em alguns países nos quais o setor público revela participação muito restrita (aparentemente) na economia, pode-se verificar que o Estado exerce uma poderosa pressão e, por consequência, de certa forma controla a economia privada, mediante encomendas vultosas. Esse é o caso dos Estados Unidos. Apesar de concorrer com apenas 6% (seis por cento) dos investimentos globais, o setor público tem na sua dependência a economia privada na medida em que é o grande comprador do País, condição resultante dos grandes contratos de fornecimento decorrentes, principalmente, do programa espacial e da permanente economia de guerra. Pelo grau de envolvimento militar dos Estados Unidos — seja exercendo o papel de for-

necedor de armas e equipamentos, e instrutores (América Latina, Israel etc.), seja estabelecendo-se como força de dissuação (Europa), seja intervindo diretamente na ação de guerra (Ásia) — pode-se, facilmente, estimar o volume de encomendas ao setor privado e, daí, o grau de dependência de sua produção à política da Casa Branca. Essas encomendas, pela sua variedade, complexidade e volume, praticamente abarcam a todos os setores da economia americana.

Mas a importância — intensidade e qualidade — da ação governamental não está limitada à medida da taxa de crescimento das despesas públicas. Paralelamente, há a regulamentação da atividade econômica, pelo Estado, direta, mediante a política fiscal, a política monetária, a política cambial, o balanço de pagamentos, a legislação trabalhista e previdenciária etc., e, indireta, mediante a intermediação financeira das agências governamentais (no Brasil: BNDE, BNH, BNB, Banco da Amazônia, Banco Nacional de Crédito Cooperativo, Bancos estaduais de desenvolvimento econômico, Caixas Econômicas etc.).

Como repetidamente tem assinalado Gunnar Myrdal, ⁽⁶⁰⁾ o econômico e o político não constituem uma dualidade; ao contrário, representam uma realidade unívoca, estão sempre "imbricados", determinando-se mutuamente". ⁽⁶¹⁾

O intervencionismo estatal — alimentado e incentivado pelas crises econômicas e particularmente pelas crises econômico-políticas — teria forçosamente repercussões na organização do poder político.

Qual o Estado que emerge da era tecnocrônica e se instala mesmo nos países industrializados? Um Estado que, contraditoriamente, tende ao fechamento, no momento mesmo em que os recursos tecnológicos tornam possível o encontro de toda a humanidade; um Estado que se arma contra o liberalismo e seus postulados mais sagrados, a democracia representativa e a liberdade de imprensa.

Como se forma o Estado imune à renovação?

As agressões ao poder — vale dizer, as disputas dos diversos grupos pelo poder — rompendo com a equibração social, têm raiz na própria estrutura das instituições mantenedoras da sociedade. Em outras palavras, a maior ou menor capacidade, da instituição social, de atender às novas exigências dos grupos minoritários ou majoritários — é o instrumento catalizador da oposição ao poder, e, conseqüentemente, da disputa (de grupos ou classes na sociedade) pelo seu controle:

"A incapacidade parcial de um conjunto de instituições de responder ao que delas se espera proporciona uma atmosfera favorável a exigências de uma revisão mais ou menos extensa do **status quo**. Nessa conjuntura, o curso futuro dos acontecimentos dependerá muitíssimo dos modelos de um mundo melhor que se tornem acessíveis a vários grupos estratégicos da população. Nesse meio tempo, os dirigentes poderão redobrar esforços para

impedir que a população obtenha acesso a quaisquer modelos, exceto os de sua própria criação, cujas virtudes acentuarão em tons cada vez mais frenéticos. ⁽⁶²⁾"

Daí as estruturas totalitárias, desde as sociedades pré-industriais às sociedades pós-industriais contemporâneas, montadas de forma a impedir que as trocas de experiências despertem nos Estados mais receptivos o desejo de conquista dos padrões de vida — e dos valores sociais — das sociedades mais desenvolvidas ou mais livres. Daí, nesses Estados, o controle e a vigilância peneirando as informações, dosando-as, de forma a impedir a criação de emulações, e, por conseqüência, de dissensões e crises. Entre o progresso associado à contestação e o marasmo que propicia a tranqüilidade, o Estado totalitário prefere sempre a segunda hipótese. Daí o controle dos órgãos de imprensa e, por fim, a morte do direito à informação.

Essa questão se coloca, fundamentalmente, para os países subdesenvolvidos, nos quais a necessidade de desenvolvimento e, portanto, de dinamismo econômico, encontra obstáculos na necessidade de contenção política, fórmula para a manutenção do **status quo** de que depende a classe dirigente para sobreviver politicamente. Para esses Estados, a opção está entre uma saída que tende ao dinamismo político associado ao desenvolvimento, o modelo que Hélio Jaguaribe ⁽⁶³⁾ denomina de colonial fascista, no qual o desenvolvimento é possível enquanto é certa a imposição de limites ao exercício da liberdade ou de qualquer ação que tenda ao dinamismo político.

Jagaribe ⁽⁶⁴⁾ indica três formas de opção dinâmica, asseguradoras do processo de desenvolvimento em condições ótimas:

- a) o "nacional capitalismo", que supõe uma aliança entre setores progressistas da burguesia nacional, da classe média e do proletariado, sob a liderança neobismarckista do chefe do governo, para a formação de um partido nacional do desenvolvimento;
- b) o "capitalismo de Estado", que se efetiva no governo por intermédio de um golpe que dá o controle do poder a setores progressistas das classes armadas e da tecnocracia, os quais formam uma espécie de "partido da revolução nacional", utilizando, como base para isso, o próprio aparelho do Estado;
- c) o "socialismo desenvolvimentista", que supõe a conquista do poder por uma elite revolucionária, que mobilizará as massas e utilizará formas socialistas de gestão e acumulação.

Inviáveis uma dessas formas de desenvolvimento em condições ótimas, restará ao subdesenvolvido a solução do "colonial-fascismo", assim caracterizado por Hélio Jaguaribe: ⁽⁶⁵⁾

- a) fortalecimento do Estado, não mais para garantir maiores condições de interferência na vida econômica, mas para preservar a estabi-

lidade, por intermédio da utilização da máxima capacidade de coerção;

- b) estreita integração política e econômica no sistema ocidental (sate-litização); e
- c) restabelecimento, sob supervisão estatal, do livre mecanismo de mercado, para assegurar às empresas privadas o controle e a direção integrais da economia.

Essas fórmulas podem levar ao risco de construção de distorções gravíssimas. A primeira delas é alimentar a tese totalitária, segundo a qual os valores democráticos fundamentais (direitos civis, liberdade de informação, de expressão e organização etc.), são incompatíveis com a necessidade — dos países subdesenvolvidos — de alcançar os objetivos de crescimento econômico acelerado. Em outras palavras, a tese do indefinido “executivo forte”, que justifica a destruição da democracia representativa, o pluralismo partidário, a liberdade de imprensa e de informação e o federalismo. O desenvolvimento recente dos países dominados pela mística do “Executivo forte” está mostrando, na prática, como assinala Fernando Henrique Cardoso ⁽⁶⁶⁾ “que a resolução ou o encaminhamento da solução dos problemas sociais e econômicos não leva automaticamente a formas mais aceitáveis de organização e de participação política, nem nas sociedades capitalistas nem nas socialistas”, restabelecendo as bases do liberalismo, desde que as restrições impostas à liberdade individual não podem ter justificativa no bem-estar da coletividade:

“É preciso reivindicar com coragem a retomada, noutra contexto político-intelectual, de algumas questões que haviam sido jogadas na lata de lixo da história sob a rubrica de liberalismo burguês. Um dos mitos mais daninhos da atualidade é a idéia de que bem-estar social e crescimento econômico são, em qualquer regime, incompatíveis com participação popular, livre informação e direitos civis.”⁽⁶⁷⁾

A segunda distorção é a consequência política fundamental da opção pelo modelo colonial-fascista: a transformação da liberdade dos Estados em interdependência, e das soberanias nacionais em protetorado.

Examinemos inicialmente a falência do sistema representativo.

Duas tendências caracterizam o Estado moderno: o centralismo que anula o federalismo (ou pelo menos a modalidade consagrada nos países ocidentais contemporâneos) e a decadência dos sistemas representativos. O centralismo administrativo faz-se acompanhar da hipertrofia dos Executivos, transformando em simples referência histórica a teoria tríplice do poder: Executivo, Judiciário e Legislativo, **independentes** e **harmônicos** entre si. O que se observa é o crescente aumento de atribuições que transforma o Executivo num superpoder, confundido com a própria sobe-

rania do Estado. No presidencialismo, essa hipertrofia dá ao chefe do governo, inevitavelmente — mesmo as chamadas democracias representativas —, uma soma de poderes só conhecida, em passado remoto, nas ditaduras políticas. Nem por isso esses governantes, hoje, são necessariamente ditadores e seus regimes, de exceção jurídica. De nossa parte, vemos nesse quadro a origem da decomposição da vontade popular; a crise do sistema representativo é uma manifestação da crise da representação política, essa derivada da decadência do papel dos legisladores, cujos poderes são cada vez menores na razão em que aumentam as atribuições do Executivo. Por outro prisma, o que se estaria contemplando, como pano de fundo da decadência parlamentar, seria — numa linha de interdependência — a decomposição da vontade popular em vontade de grupos.

Uma das formas mais eficazes de minimização do papel dos parlamentares é o esvaziamento do processo representativo que o alimenta. Povo sem informação é povo sem poder. Retire-se do povo o direito à informação e o resto vem por acréscimo.

O pretexto de prover o Executivo de instrumentos prontos e eficazes, na luta contra o subdesenvolvimento, vai retirando dos demais poderes, especialmente do Legislativo, todas as suas funções mais específicas e o Parlamento tende a se transformar em simples câmara para o referendo de fatos consumados. Esse processo termina por esvaziar não só o processo legislativo mas também o próprio processo popular de sua formação. Daí para a constituição de colégios eleitorais especiais em substituição ao pleito direto e universal, é um passo pequeno. Esse "Estado forte", assentado em bases economicamente dinâmicas, e, portanto, desenvolvimentista ou modernizante, caracteriza o que Fernando Henrique Cardoso classifica como "modelo de dominação autocrática, sob controle burocrático-militar".⁽⁶⁸⁾ Segundo esse modelo, o processo sucessório presidencial é exercido pelo estrato da burocracia militar e obedece a critérios burocráticos de hierarquia e representatividade corporativa.

O protetorado resulta, a um tempo, da aliança política e da subordinação econômica. Por essa, o Estado emergente tem o processo desenvolvimentista subordinado a uma grande potência e dele resulta a integração econômica e política do País num dos dois grandes sistemas. A aliança política é um desdobramento da interdependência política, e configura uma nova categoria de Estado protegido, atada ao novo tipo de Estado protetor: a superpotência. Trata-se do protetorado político, assim descrito por Paulo Bonavides:⁽⁶⁹⁾

"O protetorado (ideológico) encobre ou disfarça na realidade supremas motivações imperialistas. Adoçou-se a fórmula colonialista do passado. Juridicamente, porém, não se firmaram conceitos para institucionalizar essa servidão política, que o direito internacional aliás ignora. Nada de nomes estigmatizados e suspeitos como o de protetorado. Mas é ao protetorado que as alianças

militares e ideológicas contemporâneas conduzem de ordinário os Estados mais fracos. Da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e do Pacto de Varsóvia não se extraem distintos corolários.

A ideologia se fez, por conseguinte, sustentáculo do protetorado, pretexto cômodo e seguro com que apoiar intervenções armadas intoleráveis contra as regras clássicas do direito internacional e do princípio de autodeterminação dos povos, tão penosamente propugnado pela consciência jurídica universal."

Discutindo as fontes de transformação da sociedade no mundo moderno, Moore se reporta à possibilidade — comprovada historicamente — de a crise social converter-se num retorno ao passado:

"A desintegração parcial de uma sociedade pode resultar na exigência de retorno a um passado semi-imaginário e na reafirmação das virtudes mais robustas, a fim de alcançar o futuro almejado."⁽⁷⁰⁾

Os exemplos oferecidos pela história robustecem nosso raciocínio.

Sempre que se acham diante da opção renovar ou sucumbir, os grupos sociais estratificados reagem, abandonando a simples defesa de seus arquétipos, lançando-se a uma atitude de fortalecimento de antigas tradições e normas sociais por eles próprios já postas em desuso. Não se limitam à defesa de "seu modo", à conservação de seu patrimônio cultural, mas à volta a posições indiscutivelmente superadas. O liberal transmuda-se em retrógrado, enquista-se em seu mundo, e qualquer concessão à nova ordem — por menor que seja — assume o caráter de verdadeiro sacrilégio. Nos Estados Unidos a promessa de abertura política ensejada por Kennedy teve correspondência no radicalismo de Goldwater; a pregação liberal de MacCart seria afogada no revigoramento dos falcões e na radicalização dos sindicatos; à ascensão de Allende correspondeu a radicalização dos meios conservadores chilenos; a tendência ao diálogo, representada por Krushev, traria em seu bojo a retomada do poder pela burocracia soviética, lançando as bases de um regime que parecia definitivamente sepultado: o stalinismo, agora sem Stalin.⁽⁷¹⁾

O combate aos ideais liberais, e sua defesa pelos setores mais progressistas, hoje, enquadra-se nessa linha.

Moore se refere ao que denomina de "mitos constitucionais", criações arbitrárias, visando à aglutinação social em torno do Estado. "Todos os grupos e indivíduos que buscam o poder estão descontentes com algum aspecto da sociedade em que vivem. Em muitos casos, o descontentamento reflete, pura e simplesmente, o fato de uma pessoa desejar o poder quando outra pessoa acerta de tê-lo nas mãos. Não se exige a mudança

de estrutura do próprio sistema. (...) Nesse cenário, o descontentamento propende a expressar-se na formulação de uma doutrina.⁽⁷²⁾

Para a conquista do poder, o homem engendra doutrinas e ideologias. As ideologias — representação de seus interesses — estão registradas pela história da humanidade: a crise feudal e a ascensão das cidades criaram o mercantilismo; os interesses da economia rural em oposição às cidades criou o fisiocracismo; os interesses da burguesia construíram o liberalismo.

O mito constitucional não se distingue da ideologia:

“A criação de uma doutrina tem sido, freqüentemente, um dos primeiríssimos passos ao longo da estrada que conduz ao poder. Com graus de aperfeiçoamento amplamente variáveis, a doutrina ministra uma explicação do que está errado no estado atual dos negócios e do que deve ser feito para corrigir esse estado. Podemos dar a uma doutrina assim o nome de mito constitucional da organização que busca o poder.”⁽⁷³⁾

Da variedade de mitos constitucionais, Moore recolhe duas questões que se repetem no curso da história humana. A primeira trata do nativismo contra a xenofilia. A segunda, da hierarquia e da disciplina contra a igualdade e a liberdade.

Nativismo é a reafirmação enérgica, e um tanto deturpada, do modo indígena de vida, reação amiúde produzida numa sociedade que se sente ameaçada por forças superiores à sua compreensão e ao seu controle. Xenofilia é o anseio de copiar os modos de outra cultura, tendência corriqueira nos Estados subdesenvolvidos, inseguros culturalmente, incertos politicamente.

“O nativismo representa uma afirmação torcida ou idealizada da ordem existente, tão torcida que chega a ser genuinamente revolucionária. Não obstante, em sua forma mais desenvolvida de patriotismo religioso ou secular fanático, está sempre ligado a determinado grupo. Na Alemanha, toma a forma de nacional-socialismo, ao passo que no Japão se apresenta sob o aspecto de uma revivescência do culto imperial, na Índia se converte em comunismo hindu ou islâmico, e, nos Estados Unidos, no americanismo 200%.”⁽⁷⁴⁾

O nativismo pode ser espontâneo ou estimulado artificialmente pelo Estado até descambar no nacionalismo ou na xenofobia (o germanismo e o nacional-socialismo). Sua exacerbação é expediente freqüente nos Estados totalitários, no conservantismo centralizado. A estratificação de seus princípios, a absorção do nativismo como ideário nacional, tende a transformar o totalitarismo centralizado no totalitarismo descentralizado, forma mais aguda de totalitarismo, pois a vigilância do Estado, o Consistório de Calvino,

é substituído pela própria repressão, mútua e espontânea. Manifestação gravíssima é a autocensura na imprensa.

Em contraposição ao nativismo, o igualitarismo representa um princípio universal de ordenação das relações sociais. A um tempo antinativista e universalista, o igualitarismo representa quase sempre a rejeição e a negação da ordem existente:

“O igualitarismo inglês, de uma feita, namorou a revolução francesa, ao passo que os revolucionários franceses namoraram a Roma republicana, os tiranidas gregos, ou um estado imaginário da natureza. No que concerne aos movimentos igualitários entre os negros norte-americanos, tem-se observado com freqüência que o seu centro de gravidade se situa na costa negra, e eles tomam emprestado os seus padrões de comportamento à classe média norte-americana.”⁽⁷⁵⁾

Por outro lado, a combinação do nativismo com o igualitarismo num mito constitucional tende a retirar do igualitarismo seu anseio de aplicação universal. A admiração pelo opressor, colocada juntamente com a exigência de igualdade com o grupo dominante, em regra se transmuda em ódio ao opressor. “Vivendo sob a permanente ameaça de uma revolução hilota, Esparta constituiu um exemplo (de igualitarismo despojado de universalidade) assaz conhecido. Ali, a igualdade que prevalecia na casta dirigente não se estendia, naturalmente, aos hilotas reprimidos. Nos movimentos nacionalistas, a concepção de igualdade também é ambígua. Durante as primeiras fases, ocorre, às vezes, a admiração pelo opressor, a par da exigência de igualdade com o grupo dominante. Ambos os temas são acentuadíssimos no nacionalismo hindu. Os próprios nazistas revelaram sentimentos anglofilos, sobretudo admiração pela suposta astúcia da aristocracia britânica, reputada a principal razão da derrota alemã em 1918. Mais tarde, a mesma admiração pôde converter-se em ódio. É possível sumariar as fases características do desenvolvimento de uma série de **slogans**. Primeiro: “Devemos ser iguais a vocês, nossos opressores”. Segundo: “Somos, na realidade, iguais a vocês, nossos opressores”. Terceiro: “Somos superiores a vocês e a todo mundo, se bem que, em comparação com infelizes como vocês, sejam iguais entre nós”. Destarte, para movimentos nativistas, a doutrina da igualdade satisfaz a dois propósitos: mistura em destaque as similaridades no interior do **in-group**, a fim de extingui-lo elementos para negar as pretensões de superioridade do **out-group**, e põe em destaque as similaridades no interior do **in-group**, a fim de extingui-lo do primeiro.”⁽⁷⁶⁾

No mundo moderno, as fontes de transformação da sociedade encontram-se, em parte, nas dificuldades estruturais inerentes ao industrialismo moderno, e na erosão dos valores e crenças tradicionais, causadas pelo racionalismo.

São quatro os processos de aquisição do poder. Primeiro, o processo totalitário. Segundo, o absolutista monárquico. Terceiro, o processo caracterizado pelo mito constitucional que acentua a hierarquia, quando do aparecimento de novas atividades de natureza contrária a necessidades humanas há muito estabelecidas. E quarto, o feudalismo.⁽⁷⁷⁾ Nas primeiras fases do movimento, o poder é um valor instrumental, alguma coisa buscada, não por si mesma, senão para obtenção de outra coisa (a realização do igualitarismo, por exemplo). Implantado, muito rapidamente tendo a afirmar-se como o valor supremo, fim em si mesmo.

Resta examinar a emergência do totalitarismo nas sociedades pré-industriais.

O termo **totalitário**, no emprego de Moore, pressupõe coerção e/ou repressão. Estado totalitário, portanto, é aquele cujo poder está assentado num sistema de coerção ou de repressão. Tem-se por Estado totalitário centralizado, ou totalitarismo centralizado, a "sociedade cujas atividades desde a criação das crianças até a produção e a distribuição de bens econômicos são controlados e dirigidos por um centro único",⁽⁷⁸⁾ uma central. O totalitarismo não é um fenômeno específico do industrialismo, embora por esse — em virtude dos mecanismos postos à disposição do Estado — tenha sido agravado:

"O próprio exame das provas limitadas aqui reunidas nos permite concluir que a concepção básica do totalitarismo centralizado, assim como os seus instrumentos mais importantes, surgiram antes do industrialismo e independentemente dele. Os homens não precisaram esperar a revolução industrial para inventar planos de salvação nacional, que justificassem a coação exercida sobre os seus semelhantes, para que estes seguissem o caminho da conquista messiânica. Nem a humanidade precisou esperar tanto tempo para inventar instituições sociais que multiplicam a autoridade do líder, aumentando a eficácia da coação."⁽⁷⁹⁾

Exemplos de totalitarismos pré-industriais são a dinastia Ch'in, na China (221-209 a.C.), a Índia do século IV a.C. Já modernamente, o melhor símbolo de totalitarismo é a implantação do calvinismo em Genebra. Assim, a concepção do totalitarismo centralizado — e seus instrumentos mais importantes — surgiram antes do industrialismo, e independentemente dele.

Mas o totalitarismo centralizado não é a única espécie de sociedade repressora. Há totalitarismo descentralizado, ou "popular", filho dileto do industrialismo. Como foi dito atrás, se o totalitarismo não é um fenômeno particular do industrialismo, a sociedade industrial moderna produziu novas formas de repressão e modificou as velhas. Essa intervenção tornou o totalitarismo centralizado muitíssimo mais eficiente e terrível; aumentando sua capacidade coercitiva e repressora, transformou-o qualitativamente num outro totalitarismo, o popular ou descentralizado. (Está fora de ques-

tão, todavia, a existência de totalitarismo descentralizado em sociedades pré-letradas.) O progresso do industrialismo moderno criou, pela primeira vez, condições favoráveis à efetivação da repressão em escala substancial.

O totalitarismo popular é caracterizado por um sistema descentralizado e difuso de repressão, aceito de boa mente pela população em geral: a autoridade do governo central exerce um controle menor do que a própria repressão mútua, espontânea.

Uma das características mais notáveis desse totalitarismo é, segundo Moore, oferecida por seus aspectos formais, desde que, ao contrário das espécies anteriores, é desfigurado formalmente. Despojado de estrutura formal própria, pode o totalitarismo descentralizado ou popular coexistir, por exemplo, com sociedades regidas por sistemas democráticos de índole clássica. Esse totalitarismo coexiste, sem fratura, com a democracia representativa e o pluralismo partidário.

Onde quer que a indústria moderna se tenha estabelecido firmemente em grande escala, surgem condições favoráveis ao totalitarismo popular. A produção em massa, que acarreta um estilo uniforme de vida, revigorada pela propaganda, pela publicidade, pelo entretenimento de massa e pelas mudanças na tecnologia de guerra, cria, como assinalaram muitos autores, uma situação totalitária até em Estados formalmente democráticos. O totalitarismo descentralizado é, portanto, o regime típico das chamadas sociedades pós-industriais.

É preciso distinguir entre a disciplina necessária — manutenção da sociedade industrial avançada — e a que põe em risco a liberdade humana. O fascismo, em todas as suas formas e gradações, é, a propósito, o resultado da combinação do nativismo com um acréscimo de disciplina e autoridade.

Se, de um lado, o industrialismo e o consumismo padronizam a produção e o consumo, estandartizando as escolhas e por fim os gostos por meio da uniformização, de outro, a propaganda uniformiza os valores, as crenças, os ideais; a junção do consumismo aos recursos tecnológicos a serviço da comunicação, ambos sob o controle do Estado, configura, a par do mais absoluto domínio sobre os indivíduos, uma rede de coerção e repressão jamais tecida em qualquer Estado totalitário pré-industrial. Mesmo as mais famosas ditaduras de que tem notícia a história civilizada — a dinastia Ch'in mais remotamente, e, mais modernamente, o calvinismo — não alcançaram dispor do poder posto nas mãos do Estado moderno pela renovação tecnológica.

Se o totalitarismo não é fenômeno específico da industrialização, seu agravamento e, mais do que isso, sua expansão contemporânea constituem conseqüências imediatas das conquistas tecnológicas no campo das comunicações. Lembrando as sociedades primitivas, pré-letradas, os meios de

comunicação da sociedade totalitária contemporânea — por meio de emulações como o nativismo, ou da criação de atmosfera de medo e desconfiança — faz com que um setor da sociedade manipule os temores e agressões individuais em proveito próprio. Cada indivíduo, depois de devorado pela pressão da massificação, transforma-se em agente da repressão, ele próprio vigiando a incolumidade do Estado. O grupo, para proteger-se, expulsa de seu corpo os elementos da desagregação; praticando sua própria “profilaxia”, infunde em cada membro o dever da autocensura, vale dizer, o terror. Alexis de Tocqueville, citado por Moore, escrevendo há mais de cem anos antes sobre uma América ainda rural, anteveria os aspectos mais dolorosos do totalitarismo descentralizado moderno:

“Grilhões e algozes eram os grosseiros instrumentos que a tirania empregava outrora; mas a civilização do nosso tempo aperfeiçoou o próprio despotismo, embora não parecesse ter mais nada que aprender. (...) O mestre já não diz: ‘Pensarás como eu ou morrerás’; mas diz: ‘Tens a liberdade de pensar de maneira diferente da minha, e de conservar a tua vida, e a tua propriedade, e quanto possuis; mas, doravante, serás um estranho no meio do teu povo. Conservarás os teus direitos civis, mas eles te serão inúteis, pois nunca serás escolhido pelos teus concidadãos se lhes solicitares os votos; e eles afetarão desprezar-te se lhes pedires a estima. Permanecerás entre os homens, mas serás despojado dos direitos da humanidade. Os teus semelhantes fugirão de ti como de uma criatura imunda; e até os que acreditarem na tua inocência te desertarão, para não serem evitados por seu turno. Vai em paz! Dei-te a vida, mas uma vida pior do que a morte!”⁽⁸⁰⁾

Um dos momentos áureos do totalitarismo moderno é representado pelo calvinismo em Genebra.

“De um modo geral, Calvino e os seus seguidores lograram, evidentemente, espargir sobre Genebra o miasma da assustada hostilidade a toda e qualquer curiosidade por novas idéias ou diferença de opiniões. A semelhança dos bolcheviques, os verdadeiros calvinistas tinham um medo mortal do erro e das suas consequências sociais, acreditando que todo erro deve ser destruído no início.”⁽⁸¹⁾

A exemplo dos bolcheviques, mas retornando à dinastia Ch'in quando, 213 a.C., todos os livros foram queimados, e a discussão e a dúvida proibidas:

“O vosso súdito propõe que as histórias (dos Estados feudais com exceção da história do Estado Ch'in) sejam todas queimadas. Exce-tuados os que detêm a posição de “Sábios de Grande Saber” (um grupo de setenta estudiosos nomeados pela corte) todos os homens de todo o império que possuírem cópias (dessas obras) deverão levá-las aos magistrados para serem queimadas. Os que se atre-

verem a discuti-las ou comentá-las serão executados e seus corpos expostos na praça do mercado. (...) Trinta dias após a publicação deste decreto, todos os que não tiverem queimado os seus livros serão marcados a ferro quente e sentenciados a trabalhos forçados na Grande Muralha. Os livros permitidos incluem apenas os que tratam de Medicina, Adivinhação, Agricultura e Arboricultura.”⁽⁸²⁾

Unem-se a antiga dinastia Ch'in, o calvinismo e a prospecção de Ray Bradbury em “Farhnenheit 451”.⁽⁸³⁾ A queima dos livros e as caçadas aos intelectuais, vale dizer, o amordaçamento da crítica, a morte do pensamento criador, a estagnação, mas a calma, a equilibração, a ausência de dúvidas.

Essa tendência hostil a toda e qualquer curiosidade por novas idéias ou diferenças de opiniões, o desestímulo à crítica, o apego a verdades dogmáticas, a religião do perfeito, do estabelecido, do correto, *ressurge* modernamente, nos Estados totalitários, braços dados ao nativismo. Da junção dessas duas tendências, resulta uma nova forma de nativismo, por meio da qual, num extraordinário esforço de racionalização, de que é objeto toda a sociedade, é intentada a construção da imagem de um Estado fechado, xenófobo, onde tudo está certo, onde tudo é melhor, maior, mais bonito. O simples fato de ser nativo é bastante em si para provar que é correto, melhor etc. Não há dúvida, nem a metódica; não há críticas; a experimentação só existe para confirmar a tese, que independe de demonstração, e se não a confirma, é porque está errada a comprovação científica. O Estado tecnológico é um Estado no qual a morte do individualismo é preço cobrado pelo industrialismo.

Mesmo nos países ainda em vias de industrialização, a característica de seu desenvolvimento é a construção, *pari passu*, do consumismo e da massificação. Que se procura configurar com esses termos? Tanto a massificação quanto o consumismo sugerem não apenas o esmagamento da vontade individual (o personalismo), como também, e isto se nos afigura igualmente grave, a manipulação da vontade geral em direção a objetivos prefixados pelos controladores dos meios e instrumentos de comunicação. Essa intervenção na sociedade contemporânea, sobre ser corrente, é das características, possivelmente a mais marcante, de nossa civilização.

Dai resulta afirmar que a liberdade individual, no seu conceito clássico, já expirou. O Estado moderno — onde o aproveitamento da tecnologia como instrumento de massificação é apenas uma agravante — eliminou o individualismo, convertendo o homem numa propriedade comum, inteiramente devassada: no seu teto não há senão telhas de vidro. Desde a escola, começa ele a perder sua individualidade: o comportamento é anotado e interpretado, o rendimento registrado; ao candidatar-se a um emprego, fica à mercê de agências cuja idoneidade não lhe é dado apurar. Ainda assim, sua personalidade será revolvida pelos testes psicotécnicos e pelo anzol do psicólogo. O pretendente a uma função pública submete-se, além desses

expedientes, a uma série de investigações — umas veladas, outras claras —, como as folhas corridas e os atestados de ideologia (pouco definidos), dependentes ambos de dossiê a cargo de funcionários raramente habilitados ou cujo trabalho obedece a critérios discutíveis. Se a poupança tornou-se uma insanidade no regime inflacionário, o sigilo bancário desapareceu com os poderes do Fisco.

Hoje, todo vintém amealhado precisa de ter sua origem catalogada. Ao preparar o cadastro bancário, o correntista prestará informações que talvez sonegasse a seus familiares, mesmo sabendo que esses dados, íntimos, serão analisados por estranhos, transformados em furos em cartões de computadores e repassados por uma cadeia burocrática sem fim. Se é forçado a comprar a prestação (e como fugir da pressão tirânica da indução publicitária?), sua idoneidade será testada e atestada pelos sistemas de proteção ao crédito, os quais ditarão, a partir daí, sem direito de recurso, a quanto chega e quanto vale sua honorabilidade. Tudo o que tiver de fazer dependerá de números, pois a números foi reduzida sua personalidade: a carteira de identidade é um número, como é um número que o identificará no departamento policial, onde também deixou suas impressões digitais; por um número será identificado seu prontuário de motorista, seu cadastro bancário, sua ficha eleitoral, seu certificado de reservista, sua contribuição sindical, sua inscrição na autarquia liberal, sua inscrição no sindicato; para o imposto de renda, ele é apenas um número do cadastro de contribuintes; um número para a companhia de seguros; um número para a repartição da previdência social; números, números, de forma a facilitar o trabalho dos computadores e aumentar a eficiência do controle do Estado.

NOTAS

1 — BONAVIDES, Paulo. "O federalismo e a revisão da forma de Estado" — *Revista de Informação Legislativa*, n.º 37, pág. 25.

2 — *Idem*.

3 — *Idem, idem*, pág. 27.

4 — Lê-se no *Jornal do Brasil* de 11-10-73: "Em recente conferência pronunciada sob o patrocínio da Escola Superior de Guerra, o presidente da Federação das Indústrias de Pernambuco, Sr. Miguel Vita, disse que a política econômico-financeira, conforme foi colocada nos últimos três anos, tende naturalmente a reforçar o papel da União através de mecanismos de decisão que emanam, cada vez mais, do eixo político-econômico formado por São Paulo, Guanabara e Brasília.

A tese de concentração do poder político e do poder econômico vem contribuindo para modificar o antigo conceito de federação e de autonomia dos estados. Em consequência, assiste-se a um progressivo esvaziamento dos antigos centros econômicos regionais e à formação de conglomerados financeiros-industriais, cujas matrizes, cada vez mais, se radicam no Sul, no caso das empresas nacionais.

O Sr. Miguel Vita destacou que se verifica uma relativa dependência político-econômica em face das decisões das grandes corporações multinacionais, que "operam em setores da produção de bens de consumo duráveis e semiduráveis, e cuja estratégia de marketing é feita fora do contexto nacional".

Disse o Sr. Miguel Vita que, para os Estados do Nordeste, a consequência mais séria da formação de conglomerados industriais no sul do País é o esmagamento das pequenas e médias empresas regionais, dentro de um processo que chamou de "neocolonialismo interno", que ameaça e desafia a política de integração nacional consagrada desde o Governo do Marechal Castello Branco".

5 — BONAVIDES, Paulo. *Op. cit.*

6 — *Idem*.

- 7 — PARODI, Alexandre. "La vie publique et la vie économique". In: *Encyclopédie Française*. t. 10 — L'Etat Moderne. Paris, 1935, pág. 10, 20-6.
- 8 — SMITH, Adam. "The nature and causes of the wealth of nations". In *The Works of Adam Smith*. v. 4. London, Cardell, 1811. pág. 42.
- 9 — BONAVIDES, Paulo. "Do Estado Liberal ao Estado Social". 3.ª ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1962, pág. 205.
- 10 — MYRDAL, Gunnar. "Beyond the welfare state". London, Duckwth, 1960, págs. 14-5.
- 11 — MENDES, Cândido "Antecipações do pensamento de João XXIII na Pacem in Terris". *Sin-tese política, econômica e social*, 5 (18): 36-7, abr./jun. 1963.
- 12 — VENANCIO FILHO, Alberto. "A intervenção do Estado no domínio econômico; o direito público econômico no Brasil". Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1968, págs. 13-4.
- 13 — VENANCIO FILHO, Alberto. Op. cit., pág. 21.
- 14 — REBELLO, Edgardo de Castro. Carta-prefácio ao livro de Max Fleuss "História Administrativa do Brasil", 2.ª ed., São Paulo, Cia. Melhoramentos, 1925, pág. XIV.
- 15 — VENANCIO FILHO, Alberto. "A intervenção do Estado no domínio econômico; o direito público econômico no Brasil". Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1968, págs. 13-4.
- 16 — "Depois de assinalar que os donos de terra e a burguesia mercantil sempre estiveram interessados na exportação de produtos primários — jamais, portanto, se identificando com uma política industrialista de substituição de importações —, daí sua luta histórica contra o "confisco cambial", Cid Silveira (*Revista Civilização Brasileira*, n.º 2, maio 1965, pág. 128) assinala: "Ora, a inflação tem sido mal crônico, através de toda a nossa história, mais ou menos agudo conforme as conjunturas. A política livre-cambista, imposta aos países subdesenvolvidos pelos países de economia dominante, tem sido a causa principal desse mal crônico, a inflação. Com grandes recursos de capital e de know-how, os países de economia dominante infiltram-se de mil e uma maneiras nos mercados fornecedores de produtos primários e acabam controlando a oferta por meio de cotações ditas nos mercados de demanda. É o que se dá com o café, nosso principal produto de exportação, que tem seus preços básicos estabelecidos não no mercado brasileiro nem no dos demais países produtores — todos eles subdesenvolvidos — e sim na Bolsa de Café e Açúcar de Nova Iorque, centro financeiro da maior potência capitalista do mundo de hoje."
- 17 — MAUÁ, Irineu Evangelista de Souza, Visconde de. *Autobiografia*, 2.ª ed., pref. e anot. de Cláudio Ganns. Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1943, pág. 219.
- 18 — FAORO, Raymundo. "Os donos do poder" (*Formação do patronato político brasileiro*). Porto Alegre, Ed. Globo, 1958, pág. 210.
- 19 — Hermes Lima vê no unitarismo e na centralização monárquica a economia fundada no trabalho servil: "Estou em que a centralização monárquica representou, no plano político, um dos pontos de apoio e de defesa da organização servil do trabalho. Em país da extensão do nosso, da diversidade de zonas e climas do nosso, seu desenvolvimento estaria necessariamente fadado a verificar-se de modo irregular, isto é, maior numas regiões, menor noutras, aqui mais rápido e acentuado, além mais lento e difícil. A autonomia das províncias poderia, por isso mesmo, proporcionar a abertura de brechas parciais na muralha da escravidão que, para subsistir, teria, portanto, de defender-se como um todo. No gozo de regalias e faculdades, que permitissem a cada província tratar dos seus próprios negócios e interesses peculiares, as possibilidades de quebra do sistema de trabalho servil podiam tornar-se múltiplas e, assim, mais favoráveis aos esforços de renovação da estrutura econômica e social." (LIMA, Hermes. *Idéias e Figuras*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação, 1957, pág. 89).
- 20 — VENANCIO FILHO, Alberto. "A intervenção do estado no domínio econômico; o direito público econômico no Brasil". Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1968.
- 21 — FURTADO, Celso. "Formação econômica do Brasil". Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1959, pág. 196.
- 22 — Essa divisão é proposta por BAER, Werner; KERSTENETZKY, Isaac; VILLELA, Annibal. In: "As modificações no papel do Estado na economia brasileira".
Esse trabalho, bem como o de SUZIGAN, Wilson e VILLELA, Annibal, "Política de governo e crescimento da economia brasileira — 1889-1945", Rio de Janeiro, IPEA/INFES, 1973, *Série Monográfica*, serviram de roteiro para nosso estudo sobre as raízes do intervencionismo brasileiro.
- 23 — "Os mais importantes fatores responsáveis pela predominância da cultura do café na agricultura brasileira foram, primeiro, as desvalorizações cambiais do início da República, e segundo, os sucessivos planos de valorização do produto no mercado internacional. Originando-se na crise do "Encilhamento", a contínua desvalorização da taxa de câmbio veio a representar um poderoso estímulo ao incremento da produção de café no Brasil, na última década do século passado. A queda do preço em moeda estrangeira era mais que compensada pela desvalorização cambial. Assim, mantido elevado o preço em moeda nacional do café, estava garantida a lucratividade da cafeicultura. Ao final do século, já havia excesso de produção, lançando-se as primeiras idéias a favor da intervenção no mercado.

Mas o fator decisivo que levaria à adoção de uma orientação intervencionista no mercado do café no Brasil foi a política econômica aplicada a partir de 1899, e continuada nos primeiros anos do século. Em particular, a política de valorização da taxa de câmbio não interessava aos produtores. Fortaleceu-se, então, a corrente em favor da intervenção. Esta só não se verificou nos primeiros anos do século em virtude da melhoria nos preços internacionais do café. Mas quando, em 1906, foi prevista uma safra recorde para o ano agrícola de 1906/7, cristalizou-se o movimento intervencionista. O Convênio de Taubaté simbolizou o início do primeiro plano de valorização do café executado pelos Estados produtores.

Estava-se iniciando aí uma política que, a longo prazo, traria sérios prejuízos ao crescimento da economia brasileira: o excessivo dimensionamento da capacidade de produção do setor café em prejuízo dos investimentos nos demais setores. Isso resultava de uma distorção do mecanismo de mercado como orientador dos investimentos. Havia a garantia de que, quaisquer que fossem as condições do comércio internacional, o preço do café seria sempre sustentado.

Sucederam-se os planos de valorização. Após o Convênio de Taubaté, viriam as valorizações de 1917 e 1921. Quase sempre, os planos eram executados em virtude de previsão de uma próxima safra recorde. E o sucesso da valorização residia no fato de que, quase sempre, a essa grande safra se sucediam safras menores.

Mais uma vez a política econômica do Governo Federal viria a suscitar os anseios intervencionistas, desta vez em favor da ampliação do programa. De fato, a terceira valorização foi prejudicada pelas políticas de redução dos déficits orçamentários, estabilização monetária e valorização da taxa de câmbio, adotadas em 1923/25. Insitucionalizou-se a defesa permanente do café. Os estímulos a novos aumentos da capacidade de produção daí derivados levaram a uma crise permanente de superprodução: a cada safra recorde sucedia uma safra maior. E deu-se então a debacle total do setor café, em fins de 1929. A crise do café no Brasil antecedeu por alguns meses a grande depressão de 1929/33. E certamente teria havido uma grave crise no setor (e, conseqüentemente, na economia brasileira), mesmo que não tivesse havido a Grande Depressão." (VILLELA, Annibal Villanova e SUZIGAN, Wilson. Política do governo e crescimento da economia brasileira (1889-1945). Rio de Janeiro, IPREA, 1973. Série Monográfica, págs. 63/4.).

24 — Op. cit.

25 — "Foi somente nos anos trinta que passou a haver uma maior preocupação da política econômica com o problema da industrialização. A crise do café e o surto industrial que então se verificaram despertaram a atenção do Governo para a industrialização como alternativa para o crescimento econômico. Data dessa época a criação das primeiras instituições governamentais ligadas à orientação e promoção do crescimento industrial e do seu financiamento. O Conselho Federal de Comércio Exterior, criado em 1934, veio a ser o órgão encarregado da política industrial em função das suas interrelações com o comércio exterior. A fundação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, em 1937, por outro lado, permitiu o financiamento da implantação de novas indústrias básicas, como celulose e papel, metalurgia do alumínio, siderurgia à base de carvão mineral e outras. Embora de início fosse destinada precipuamente a oferecer créditos à agricultura em crises, a partir dos anos 40 passou a desempenhar as funções de um verdadeiro banco de desenvolvimento industrial. Seus empréstimos, representando parte substancial dos créditos do Banco do Brasil à indústria de transformação, eram concedidos para compra de máquinas e equipamentos, a prazos de, inicialmente, cinco anos, depois aumentando para dez anos, e a juros reduzidos. A própria política monetária, pressionada pelo crescimento industrial, tornou-se mais flexível com a criação da Caixa de Mobilização Bancária do Banco do Brasil, em 1932, e a nova regulamentação da Carteira de Descontos do mesmo Banco, em 1935. Foi facilitado o acesso ao desconto dos títulos industriais e comerciais.

Assim, parece ter sido a política econômica que se adaptou ao fato do crescimento industrial dos anos 30. Na verdade, este foi propiciado, no início, pela política cambial, cujo objetivo principal era o equilíbrio do balanço de pagamentos. É muito provável, portanto, que a omissão da política econômica tenha atrasado o desenvolvimento industrial no Brasil antes dos anos 30. Mas teria o país condições para o desenvolvimento industrial nessa época?" (VILLELA & SUZIGAN, op. cit., págs. 79 e segs.).

26 — O governo Dutra, cujo período assinala a consagração de uma política econômica liberal sem precedentes, adquiriu as empresas ferroviárias inglesas (São Paulo Railway Company, Great Western e Leopoldina Railway), cujo material rodante era considerado antigo e desgastado. O estranho do caso está no fato de que a União deveria receber, por força do contrato de concessão, poucos anos mais tarde, inteiramente de graça todo o velho acervo das empresas inglesas... Assim, nessas divisas e o equilíbrio do balanço de pagamentos se foram, em pouco tempo, sem que a economia do País fosse beneficiada pela importação de máquinas e equipamentos, seja para novas implantações industriais, seja para reposições. (Ver a propósito IANNI, Octavio, Estudo e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970). Rio, Civilização Brasileira, 1971, pág. 85.).

27 — "A Política Cambial do governo Dutra desdobrou-se em duas fases distintas. Na primeira, compreendendo os anos de 1946/47, o País consumiu praticamente toda a reserva de divisas acumulada durante a guerra. Isto ocorreu pelas seguintes razões: não se estabeleceram quaisquer restrições à importação de mercadorias estrangeiras; as divisas eram livremente

adquiridas no mercado; e a taxa cambial fora mantida ao nível do pré-guerra, o qual não correspondia mais à realidade." Adiante:

"Note-se, pois, que a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), criada em 2 de fevereiro de 1945, ao fim do governo Vargas, não foi utilizada para evitar o desbaratamento de divisas. Entretanto, esse órgão foi criado com as seguintes finalidades, entre outras: autorizar a compra e venda de ouro e cambiais; orientar a política de câmbio e operações bancárias, em geral. Além disso, a SUMOC estava em condições de "adotar várias providências no campo cambial, a fim de conhecer o vulto dos capitais estrangeiros investidos no país, controlar-se a remessa de lucros, dividendos e royalties, e serem levantadas estatísticas essenciais para a formulação de uma política cambial, tais como o balanço de pagamentos".

Para isso, todavia, esse órgão deveria ter sido manipulado como instrumento ativo de política econômica. Mas não foi o que se verificou, no período 1946/47. Ao contrário, o poder público foi levado a uma posição passiva e de retraimento.

A segunda fase da política cambial do governo Dutra cobre os anos 1947/50. Ela se inicia quando reaparecem e acentua-se o desequilíbrio do balanço de pagamentos do País. Nesse momento, o governo foi levado a adotar uma política de "relacionamento" de divisas, ao estabelecer o regime da licença prévia. Devido às pressões dos grupos econômicos interessados e ao debate público conduzido pelas oposições, o governo passou a licenciar a venda de divisas; preferencialmente, para a importação de máquinas e implementos, combustíveis, matérias-primas, etc., considerados indispensáveis ao funcionamento e à complementação do sistema industrial. Estabeleceu-se mesmo uma escala de prioridade e preferência, mas a fim de evitar a redução ou interrupção das atividades de alguns setores básicos da economia." (IANNI, Octavio. *Estudo e planejamento econômico no Brasil — 1930/1970*, Rio, Civilização Brasileira, 1971.).

- 28 — A propósito, escrevem os autores de *As modificações no papel do Estado na economia brasileira*: "O rápido crescimento das empresas estatais no campo dos serviços de utilidade pública foi devido aos controles de preços. A fixação de tarifas para esses serviços não permitia uma rentabilidade considerada adequada pelas empresas (principalmente estrangeiras) para garantir a expansão e modernização de sua capacidade. De vez que as tarifas controladas eram consideradas de interesse nacional, isto é, tarifas relativamente baixas, eram consideradas desejáveis para encorajar o crescimento industrial e subsidiar o consumidor, a única alternativa que restava era o Estado entrar gradualmente no campo de geração e distribuição de eletricidade, transporte público, telecomunicações etc."
- 29 — VIEIRA, Zacarias Amara. "Intervenção do Estado no domínio econômico". *Revista Jurídica*, 3 (13), jan./fev. 1965.
- 30 — Apud SARASATE, Paulo. "A Constituição do Brasil ao alcance de todos", 2.^a ed., Freitas Bastos, 1967, págs. 514/5.
- 31 — "Todo planejamento implica em opções políticas. Estas dizem respeito a todos os estágios do processo de planificação, e a cada uma de suas fases principais: tanto os meios como os alvos almejados precisam ser avaliados. Conforme se desenrola a formulação e execução do plano, modificam-se crenças e opiniões. Mas as crenças e opiniões não se alteram meramente devido às mudanças que resultam das modificações de suas fontes, da classificação e alteração de opiniões. Elas se alteram também devido a mudanças que resultam das modificações que se verificam na distribuição do poder, e suas influências nas pessoas, departamentos, camadas sociais e partidos políticos. Em essência, um plano de desenvolvimento é um programa político; e certamente estamos sujeitos a sérias confusões se não somos capazes de tomar isto em devida conta." (Cf. MYRDAL, Gunnar. *Asian Drama*. London, Penguin Books, 1968, Vol. III, págs. 1.888/89, Apud Octavio Ianni, pág. 310.).
- 32 — Cf. IANNI, Octavio. Op. cit., pág. 311.
- 33 — "A ampliação das funções do governo, empenhado na tarefa de ajustar reciprocamente a propensão a consumir e o incentivo para investir (...) é o único meio prático de evitar a destruição total das instituições econômicas vigentes, e a condição para o funcionamento próspero da iniciativa privada." (Cf. John Maynard. KEYNES, *A General Theory of Employment, Interest and Money*.)
- 34 — "Art. 198 — Na execução do plano de defesa contra os efeitos da denominada seca do Nordeste a União despendará, anualmente, com as obras e os serviços de assistência econômica e social, quantia nunca inferior a três por cento da sua renda tributária."
- 35 — BRASIL. Plano Nacional de Viação e Conselho Nacional de Transportes. Projetos n.ºs 326-A e 327, de 1949. Relator: Deputado Edison Passos. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1952, pág. 29.
- 36 — COSTA, Jorge Gustavo da. "Planejamento governamental: A experiência brasileira". Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1971, pág. 19.
- 37 — COSTA, Jorge Gustavo da. Op. cit., pág. 21.
- 38 — COSTA, Jorge Gustavo da. Op. cit., pág. 58.
- 39 — "I — Orientar a mineração, a agricultura, a pecuária e a indústria em geral, no sentido de habilitá-las a produzir, com a máxima eficiência, os materiais e produtos mais necessários e urgentes; II — coordenar os transportes no território nacional e para o exterior; III — planejar, dirigir e fiscalizar o racionamento de combustíveis e energia; IV — intervir no mercado do trabalho, determinando a utilização de mão-de-obra, no tempo e lugar próprios; V — fixar ou limitar a quantidade de qualquer mercadoria a ser vendida, fornecida ou distribuída ao consumo público, bem como dos serviços a serem prestados."

- 40 — KUBITSCHKE DE OLIVEIRA, Juscelino. Presidente da República. Mensagem ao Congresso Nacional. 15 mar., 1956, pág. 89.
- 41 — COSTA, Jorge Gustavo da. "Planejamento governamental; A experiência brasileira". Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1971, pág. 150.
- 42 — BRASIL, Presidência da República. Conselho de Desenvolvimento. Plano de Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro, 1957, pág. 5, v. 1.
- 43 — Idem, op. cit., pág. 5.
- 44 — Idem, op. cit., pág. 6.
- 45 — KUBITSCHKE DE OLIVEIRA, Juscelino. Presidente da República. Mensagem ao Congresso Nacional. 15 mar., 1956, pág. 48.
- 46 — "Setor Energia: 1. Energia elétrica; 2. Energia Nuclear; 3. Carvão nacional; 4 e 5. Petróleo e refinação; Setor de Transportes: 6 e 7. Transporte ferroviário; 8 e 9. Transporte rodoviário; 10. Serviços portuários e dragagem; 11. Marinha mercante; Setor de Alimentação; 14. Armazéns e silos; 15. Armazéns frigoríficos; 16, 17 e 18. Fertilizantes; Setor Indústrias de Base: 19 a 22. Siderurgia; 23 a 25. Alcalis; 26. Exportação de minério; 27. Indústria de automóveis; 28. Construção naval; Setor Educação: 29 e 30. Pessoal técnico."
- 47 — IANNI, Octavio . Op. cit., pág. 302, lembra que "Em geral, as crises econômicas criam as condições a partir das quais o Estado é levado a desempenhar papéis mais ativos na economia dos países capitalistas dominantes ou dependentes".
- 48 — "Mas era talvez na fraqueza da infra-estrutura básica que residia um dos maiores obstáculos à industrialização. Esse problema se manifestava mais gravemente quanto aos transportes que em relação à energia. De fato, a baixa eficiência do sistema de transportes impedia que o Brasil, país de dimensões continentais, se constituísse num mercado nacional. As ligações entre as principais regiões econômicas do País eram feitas pela navegação de cabotagem. Mas as ferrovias, principal meio de transporte terrestre, não cumpriam seu mais importante papel, o de, complementando a navegação de cabotagem, formar um sistema integrado de transporte terrestre. Na realidade, as ferrovias foram se desenvolvendo em função das culturas migratórias de exportação, distribuindo-se em vários sistemas isolados de penetração pelo interior do País a partir dos principais portos de exportação, com raras ramificações. Mas o principal impedimento à integração era a grande diversidade de bitolas e equipamentos dos vários sistemas regionais. Com o desenvolvimento das rodovias a partir dos anos 20, e a crise do café nos anos 30, as ferrovias entraram em decadência. Contudo, em termos regionais, é certo que a indústria se beneficiou com o desenvolvimento das ferrovias. Principalmente no Estado de São Paulo, a interiorização da rede ferroviária, acompanhando a cultura cafeeira, permitiu a integração do mercado regional e representou importante fator no acentuado desenvolvimento industrial do Estado."
- Passados tantos anos, permanecemos na mesma política caolha: as ferrovias são projetadas tendo em vista falsos "corredores de exportação", o que as continua condenando a compor um conjunto de sistemas isolados. *Pari passu*, os grandes investimentos, na área da viação, são desviados para as rodovias, alimentando um transporte caro e de alto custo social de manutenção. Retomemos Villela e Suzigan:
- "Quanto às fontes energéticas, a característica era o reduzido aproveitamento do imenso potencial hidráulico do país. Extremamente pobre em combustíveis fósseis, o Brasil ainda tinha, até o final do século passado, cerca de metade de sua capacidade instalada representada por energia de origem térmica, que utilizava carvão importado. Ainda em 1907, somente 4,2% da força motriz utilizada da indústria era energia elétrica. A partir dos primeiros anos do século, porém, passou a crescer rapidamente a potência instalada de energia de origem hidráulica. Já em 1919, quase metade da força motriz utilizada na indústria era de energia elétrica. E, em 1945, a potência instalada de energia de origem hidráulica era 6,5 vezes a de origem térmica. O crescente aproveitamento do potencial hidrelétrico beneficiou, sem dúvida, o crescimento industrial a partir da segunda década deste século. Mas foi, mais uma vez, em termos regionais que esse crescimento produziu maior impacto. Com efeito, foi no Estado de São Paulo que se deu mais rápido crescimento da potência instalada de energia elétrica de origem hidráulica. Em 1940, cerca de 55,4% do total da capacidade instalada desse tipo de energia concentravam-se em São Paulo.
- É fácil, portanto, perceber as raízes da concentração regional da produção industrial no Brasil: refletiam a própria concentração regional da dotação de fatores. Centro da cultura do café, atraindo grande parte do capital estrangeiro aplicado no País, e recebendo a maior da imigração estrangeira, e, posteriormente, das migrações internas, além de dispor de uma rede de transporte razoavelmente desenvolvida e abundância de energia elétrica, São Paulo tornou-se, progressivamente, também o maior centro da atividade industrial no País."
- 49 — Cf. *Conjuntura Econômica*, v. 27, jul., 1973. Para 1971, foi utilizada a mesma revista, v. 26, jul., 1972. Para 1970, idem, v. 25, jul., 1971, e assim por diante.
- 50 — Cf. *Conjuntura Econômica*, v. 27, jul., 1973.
- 51 — Cf. *Guia Interinvest. O Brasil e o capital internacional*. Rio de Janeiro, 1973.
- 52 — Segundo os resultados a que chegou a revista *Visão* no seu "Quem é quem na economia" (ago./1973), os capitais estatais participam com 64% e os estrangeiros com 20% do patrimônio líquido das 200 maiores sociedades anônimas do País. Restam aos capitais privados nacionais apenas 16%.

Quadro
Matriz 69
Unidade: Cr\$ 1 000 000,00

	Indústria extra-tiva	DEMANDA INTERMEDIÁRIA																						DEMANDA FINAL							Total de usos				
		Indústria de transformação																						Consumo		F B K F			Var. estoques	Exportação		Demanda final			
		01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	Unid. fam.	Go-verno					Unid. fam.	Em-presas	Go-verno
Ind. extrativa	01	0,1	215,1	3,7	1,2	0,8	0,1	0,1	0,1	1,1	0,4	0,3	26,8	0,3	2,3	0,1	0,2	0,2	1,9	0,1	—	0,1	2,8	61,3	3,6	87,4	420,4	—	—	—	—	—	—	189,9	610,3
Min. não metálicos	02	2,0	172,8	28,5	6,7	41,1	11,1	5,5	6,8	0,3	0,4	0,8	13,1	31,8	15,6	6,7	0,9	0,4	17,3	25,8	—	2,0	8,0	5,0	66,7	497,2	—	—	—	—	—	—	1 395,5	2 396,0	
Metalurgia	03	52,2	50,0	1 910,3	384,8	511,3	534,0	48,8	61,8	25,5	14,1	8,0	76,5	18,9	18,7	18,8	8,0	21,4	182,2	18,9	2,8	8,0	34,7	918,4	919,6	—	—	—	—	—	—	5 849,3	6 209,1		
Mecânica	04	—	—	—	389,3	27,5	392,9	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	595,5	1 405,2		
M. elet. com.	05	18,0	1,0	1,0	56,6	551,1	155,7	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	595,5	1 405,2		
Mat. transporte	06	—	—	—	41,6	95,2	18,7	718,6	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1 087,7	1 914,8		
Madeira	07	1,2	5,6	20,6	18,2	0,2	1,1	524,0	73,5	10,3	0,6	1,2	6,3	0,1	0,2	1,9	3,6	2,8	5,2	2,0	—	1,3	6,0	5,2	577,4	77,9	—	—	—	—	—	—	219,0	1 575,8	
Mobiliário	08	—	—	—	—	—	—	0,4	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	195,2	196,7		
Papel e papelão	09	3,1	13,3	24,5	7,2	21,0	13,5	31,0	9,7	268,5	2,9	3,3	68,1	43,2	40,3	32,8	36,1	42,7	151,4	12,5	9,2	362,3	35,6	6,5	30,7	—	—	—	—	—	—	—	1 301,3	18,5	
Borracha	10	0,9	1,8	10,1	27,8	7,8	91,6	1,0	1,2	0,6	118,7	1,3	7,0	5,5	0,1	1,9	2,7	25,8	2,0	0,1	—	1,0	1,6	0,1	156,9	204,9	—	—	—	—	—	—	576,7	1 249,1	
Couro e peles	11	1,1	0,3	1,4	0,9	0,4	0,3	0,9	4,1	0,1	0,7	82,5	0,8	0,1	0,7	2,0	1,9	154,7	0,6	0,1	—	1,2	4,0	0,3	82,3	—	—	—	—	—	—	—	4,6	346,3	
Química	12	17,8	91,8	105,4	28,3	109,5	73,3	53,6	63,7	92,0	211,3	38,8	1 190,2	57,4	92,8	293,3	1 014,5	278,8	831,7	10,5	5,9	50,6	33,1	108,2	705,2	—	—	—	—	—	—	—	108,2	5 683,4	
P. farm. Medic.	13	—	0,1	0,1	0,1	0,3	—	0,1	0,1	0,1	—	—	33,8	209,6	3,2	1,2	0,8	0,2	2,9	0,8	—	0,3	2,8	—	5,5	362,4	—	—	—	—	—	—	1 020,1	1 644,4	
P. perfumaria	14	—	0,7	0,3	0,1	0,3	0,2	—	—	0,1	0,5	0,1	81,4	4,4	70,9	0,2	1,1	0,2	43,4	1,6	0,2	0,1	0,2	0,1	18,9	172,4	—	—	—	—	—	—	485,4	882,8	
P. mat. plast.	15	2,1	1,4	16,8	7,3	12,3	10,5	3,2	4,5	2,3	1,3	1,5	26,2	11,9	31,2	39,3	10,8	12,0	36,7	4,0	1,6	3,8	5,1	0,8	105,9	242,5	—	—	—	—	—	—	682,2	1 283,3	
Têxtil	16	8,5	3,2	10,7	2,2	9,8	26,8	6,3	40,7	3,9	25,3	17,1	7,0	5,8	2,6	36,5	1 234,3	1 172,2	3,7	0,2	0,5	4,8	13,7	1,1	1 383,7	504,2	—	—	—	—	—	—	1 419,1	5 944,9	
V. cal. art. tec.	17	7,0	1,2	3,5	1,1	1,0	2,7	1,1	5,6	2,3	6,2	5,1	6,1	2,4	0,3	6,3	61,4	320,2	15,9	2,0	0,1	0,1	2,3	1,9	604,6	859,2	—	—	—	—	—	—	1 574,7	3 098,1	
P. aliment.	18	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	15,6	20,6	28,2	—	—	—	1 475,0	35,5	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4 057,0	7 075,7	
Bebidas	19	—	0,3	0,4	0,2	0,2	—	0,2	0,2	0,9	0,1	0,1	43,8	1,8	2,3	1,4	0,5	0,1	87,0	135,1	0,1	0,6	19,2	0,6	9,8	196,3	—	—	—	—	—	—	—	552,7	1 062,6
Fumo	20	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	332,8	468,9	
Edit. f. gráfico	21	0,1	1,7	0,7	1,0	0,8	1,0	0,3	0,2	1,1	0,1	0,1	4,4	1,6	0,8	0,9	0,9	0,8	1,2	0,5	—	21,5	1,3	0,8	17,6	391,1	—	—	—	—	—	—	—	1 100,8	1 651,2
Diversos	22	0,8	1,2	12,8	13,8	8,6	30,3	4,4	0,3	0,2	0,8	2,0	10,6	4,7	3,0	6,5	8,6	19,7	0,6	0,1	—	2,1	57,3	2,8	378,8	72,9	—	—	—	—	—	—	205,1	847,9	
Ind. cont. civil	23	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2 668,4	2 668,4	
Agricultura	24	0,3	1,1	1,7	0,4	0,4	0,2	5,1	6,2	0,6	183,5	1,4	112,0	3,4	0,3	0,2	222,2	8,3	684,8	19,5	—	0,7	4,3	0,1	1 688,0	8 304,3	—	—	—	—	—	—	21 270,7	32 679,8	
P. discriminados	25	51,3	137,7	673,2	166,0	345,2	118,8	180,5	53,9	198,8	50,4	33,7	568,2	142,6	77,9	31,6	463,0	295,1	387,9	84,4	3,4	220,0	58,7	111,4	3 438,9	100 871,4	—	—	—	—	—	—	97 761,8	206 293,8	
Tot. cons. intern.		194,2	763,1	2 871,2	1 206,6	1 679,7	2 247,5	867,4	335,6	577,0	620,3	195,0	2 289,5	569,8	387,6	493,0	3 075,0	2 363,9	3 911,7	353,8	41,7	683,9	293,6	1 225,0	10 168,0	116 627,0	—	—	—	—	—	—	143 166,4	297 183,2	
Importação		33,0	62,1	407,2	290,6	363,0	206,3	20,5	4,1	49,9	47,9	5,4	764,0	196,5	36,0	105,4	199,8	27,8	131,8	31,9	—	40,7	88,0	—	162,4	6 775,9	—	—	—	—	—	—	10 049,5		
Salários		264,5	318,8	1 281,8	780,8	480,4	757,6	299,0	283,5	204,0	221,2	19,6	469,2	481,8	90,2	247,1	1 298,8	525,7	381,9	206,3	11,8	199,5	273,4	680,4	8 366,4	32 424,5	—	—	—	—	—	—	38,39	51 109,2	
Outras remun.		85,6	959,4	982,0	683,8	881,9	1 015,1	263,5	83,9	310,1	264,8	77,9	1 621,8	306,0	211,2	348,1	837,5	7,6	2 339,7	246,4	60,3	517,6	108,0	684,5	10 320,3	28 028,5	—	—	—	—	—	—	51 328,8		
Imp. indiretos		29,9	136,3	214,3	75,9	258,0	362,6	74,1	63,4	94,7	94,3	18,3	201,9	57,2	148,5	88,8	266,9	110,3	129,1	191,8	353,2	103,4	54,3	70,7	883,0	20 807,6	—	—	—	—	—	—	24 088,2		
Depreciação		0,1	126,3	452,6	52,8	59,9	182,3	51,1	5,6	53,8	0,6	0,1	337,0	33,1	8,3	11,8	267,9	72,9	132,4	20,4	1,9	0,1	30,6	7,8	2 779,7	1 920,4	—	—	—	—	—	—	6 590,5		
Total		883,1	1 570,8	2 930,7	1 594,3	1 890,2	2 297,6	687,7	406,4	692,9	580,9	145,9	2 629,9	878,1	459,2	695,8	2 670,1	716,4	3 032,3	866,9	427,2	820,6	466,3	1 442,4	22 349,4	82 890,9	—	—	—	—	—	—	133 118,9		
Total Recursos		610,3	2 396,0	6 209,1	3 081,5	3 722,9	4 751,4	1 575,6	746,1	1 319,8	1 249,1	246,2	5 652,4	1 644,4	892,8	1 282,2	5 944,9	3 096,1	7 075,7	1 062,6	468,9	1 551,2	347,9	2 668,4	33 679,8	306 293,8	—	—	—	—	—	—	297 183,2		

- 53 — *Conjuntura Econômica*, edição citada.
- 54 — *Guia Interinvest*. "O Brasil e o capital internacional". Rio de Janeiro, 1973.
- 55 — Aqui selecionadas segundo o conceito de Jean Bernet, op. cit., pág. 715, a saber "firmas ou organizações cujo capital provém notoriamente de grupos radicados em mais de um país, e/ou cujo quartel-general está dividido entre dois ou mais países, uma vez que, em ambos os casos, perdeu-se a nitidez da noção de nacionalidade do investidor".
- 56 — Mais uma vez nos louvamos no trabalho de Baer Kerstenetzky e Villela, "As modificações no papel do Estado na economia brasileira".
- 57 — *Idem*, op. cit.
- 58 — *Idem*, *Idem*.
- 59 — Quadro divulgado no Brasil pelo O Estado de São Paulo, de 23-6-73.
- 60 — MYRDAL, Gunnar. "Asian Drama". London, Penguin Books, 1968, v. III.
- 61 — IANNI, Octavio. Op. cit., pág. 307.
- 62 — MOORE JR., Barrington. "Poder político e teoria social". São Paulo, Ed. Cultrix Ltda., 1972, pág. 18.
- 63 — "Brasil: estabilidade pelo colonial-fascismo?", in *Brasil: tempos modernos*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1968, apud CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972, pág. 69.
- 64 — *Idem*, pág. 61.
- 65 — *Idem*, pág. 61.
- 66 — *Idem*, pág. 3.
- 67 — *Idem*, pág. 3.
- 68 — *Idem*, pág. 79.
- 69 — In: *Repertório Enciclopédico do Direito Brasileiro*, Rio de Janeiro, Ed. Borsoli. S.d. vol. 47, pág. 238.
- 70 — *Ob. cit.*, pág. 19.
- 71 — V. AMARAL VIEIRA, R. A. "Juventude em crise". Rio de Janeiro. Bit Editora. 1970, pág. 61.
- 72 — *Ob. cit.*, pág. 17.
- 73 — *Idem*, pág. 18.
- 74 — *Idem*, pág. 20.
- 75 — *Idem*, *idem*.
- 76 — *Idem*, *idem*.
- 77 — Estamos aceitando a sugestão de Moore.
- 78 — *Ob. cit.*, pág. 34.
- 79 — *Idem*, pág. 67.
- 80 — *Idem*, pág. 75.
- 81 — *Idem*, pág. 66.
- 82 — *Idem*, pág. 46.
- 83 — Escreve François Truffaut (*Jornal do Brasil*, 28 de abril de 1973) a propósito de seu filme "Fahrenheit-451": "Um homem a eliminar" — "A queima de livros, a perseguição ao pensamento, o terror contra as idéias são elementos integrantes da história humana. Ontem, apresentava-se de forma aberta e cruel, hoje, suas manifestações são mais oblíquas, mais pacíficas, porém, mais perigosas: discos, fitas magnéticas, cinema, televisão, rádio — olhamos, escutamos. Operações alienantes que nos levam para fora de nós mesmos, tiramos a reflexão exigida pela operação intelectual da leitura. Quantos dos seus conhecidos lêem seriamente? Quantos dos seus amigos ririam na sua cara se você lhes dissesse: "Esta noite fico em casa, vou ler"? Na sociedade contemporânea, os livros não precisam ser queimados por um Hitler ou por uma santa inquisição. Tornam-se inúteis, sufocados pelas imagens, os sons, os objetos. Os intelectuais, os autênticos, os honestos são como judeus ou maquis. Dentro de uma civilização de coisas, quem se obstina em ter idéias é um condenado. Quem pensa é um herético, um ser diferente, um inimigo. Coloca a sociedade em crise, pois representa a sua má consciência. Ele é a prova concreta de que nem todos perderam a razão, de quem nem todos se enganaram simplesmente por ter mudado de casa, adquirido automóvel, ou meia dúzia de utilidades eletrônicas. Trata-se, portanto, de um homem a ser eliminado juntamente com todos os seus livros."

BIBLIOGRAFIA

- 1) RUSSELL, Bertrand. *Ensaio impopulares*. Companhia Editora Nacional. Trad., de Brenno Silveira, São Paulo, 1958.
- 2) BONAVIDES, Paulo. "O federalismo e a revisão da forma de Estado." *Revista de Informação Legislativa*, n.º 37.
- 3) *Jornal do Brasil*, 11-10-73.
- 4) PARODI, Alexandre. "La vie publique et la vie économique." In: *Encyclopédie Française*. t. 10 — L'État moderne. Paris, 1935.
- 5) SMITH, Adam. "The nature and causes of the wealth of nations." In: *The Works of Adam Smith*. v. 4. London, Cardell, 1811.
- 6) BONAVIDES, Paulo. *Do Estado liberal ao Estado social*. 3.ª ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1962.
- 7) MYRDAL, Gunnar. *Beyond the welfare state*. London, Duckworth, 1960.
- 8) MENDES, Cândido. Antecipação do pensamento de João XXIII na "Pacem in Terra". *Síntese política, econômica e social*, 5 (18): 38-7, abr./jun, 1963.
- 9) VENANCIO FILHO, Alberto. *A interpretação do Estado no domínio econômico: o direito público no Brasil*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1968.
- 10) *Revista Civilização Brasileira*. n.º 2, maio, 1965.
- 11) MAUÁ, Irineu Evangelista de Souza, Visconde de. *Autobiografia*, 2.ª ed., Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1943.
- 12) FAORO, Raymundo. *Os donos do poder ("Formação do patronato político brasileiro")*. Porto Alegre, Ed. Globo, 1958.
- 13) LIMA, Hermes. *Idéias e Figuras*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação, 1957.
- 14) FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1959.
- 15) KRSTENETZKY, Isaac; VILLELA, Annibal. In: *As modificações no papel do Estado na economia brasileira*. Rio de Janeiro, IPEA, 1973.
- 16) SUZIGAN, WILSON; VILLELA, Annibal. *Política de governo e crescimento da economia brasileira — 1889/1945*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973, Série Monográfica.
- 17) IANNI, Octavio. *Estudo e planejamento econômico no Brasil (1938/1970)*. Rio, Civilização Brasileira, 1971.
- 18) VIEIRA, Zacarias Amaral. "Intervenção do Estado no domínio econômico". *Revista Jurídica*. 3 (13), jan./fev. 1965.
- 19) SARASATE, Paulo. *A Constituição brasileira ao alcance de todos*, 2.ª ed. Freitas Bastos. 1967.
- 20) MYRDAL, Gunnar. *Asian Drama*, 3 volumes. London, Penguin Books, 1968, vol. III.
- 21) KEYNES, John Maynard. *A general theory of employment, interest and money*.
- 22) BRASIL. Plano Nacional de Viação e Conselho Nacional de Transportes. *Projetos n.ºs 326-A e 327, de 1949*. Relator: Deputado Edison Passos. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1952.
- 23) COSTA, Jorge Gustavo da. *Planejamento governamental; a experiência brasileira*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1971.
- 24) KUBITSCHKE DE OLIVEIRA, Juscelino. *Presidência da República. Mensagem ao Congresso Nacional*. 15 março, 1956.
- 25) BRASIL. *Presidência da República. Conselho de Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, 1957, v. 1.
- 26) *Conjuntura Econômica*, v. 27, jul. 1973.
- 27) *Guta Interinvest*. "O Brasil e o capital internacional". Rio de Janeiro, 1973.
- 28) *Visão*, ago., 1973.
- 29) *O Estado de São Paulo*, 23-6-73.
- 30) MOORE JR., Barrington. *Poder político e teoria social*. São Paulo, Ed. Cultrix Ltda., 1972.
- 31) JAGUARIBE, Hélio. "Brasil: estabilidade pelo colonial-fascismo?" In: *Brasil: tempos modernos*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1968.
- 32) CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972.
- 33) *Repertório Enciclopédico do Direito Brasileiro*. Rio de Janeiro, Ed. Borsoi. S.d. Vol. 47.
- 34) AMARAL VIEIRA, R.A. *Juventude em crise*. Rio de Janeiro, Bit Editora, 1970.